

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Lilianna Bolsson Loebler

**Educação a Distância e Desenvolvimento Rural: uma análise a partir do  
Curso Técnico a Distância em Agricultura nos Polos de Canguçu e de São  
Lourenço do Sul (RS)**

Santa Cruz do Sul  
2015

Lilianna Bolsson Loebler

**Educação a Distância e Desenvolvimento Rural: uma análise a partir do  
Curso Técnico a Distância em Agricultura nos Polos de Canguçu e de São  
Lourenço do Sul (RS)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, linha de Pesquisa “Estado, Instituições e Democracia”, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosane Bernardete Brochier Kist

Coorientador: Prof. Dr. Marco André Cadoná

Santa Cruz do Sul

2015

**L825e      Loebler, Lilianna Bolsson**

Educação a distância e desenvolvimento rural: uma análise a partir do Curso Técnico a Distância em Agricultura nos Polos de Canguçu e de São Lourenço do Sul (RS) / Lilianna Bolsson Loebler. – 2015.

183 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) –  
Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosane Bernadete Brochier Kist.

Coorientação: Prof. Dr. Marco André Cadoná.

1. Educação a distância. 2. Tecnologia educacional I. Kist, Rosane Bernadete Brochier. II. Marcos Cadoná. Marco André. III.

Bibliotecária responsável Edi Focking - CRB 10/1197

Lilianna Bolsson Loebler

**Educação a Distância e Desenvolvimento Rural: uma análise a partir do  
Curso Técnico a Distância em Agricultura nos Polos de Canguçu e de São  
Lourenço do Sul (RS)**

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado e Doutorado); Área de Concentração em Desenvolvimento Regional; linha de Pesquisa “Estado, Instituições e Democracia”, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Dr.<sup>a</sup> Rosane Bernardete Brochier Kist  
Professora Orientadora – PPGDR/UNISC

Dr. Marco André Cadoná  
Professor Coorientador – PPGDR/UNISC

Dr.<sup>a</sup> Cidonea Machado Deponti  
Professora Examinadora – PPGDR/UNISC

Dr.<sup>a</sup> Grazielle Betina Brandt  
Professora Examinadora – PPGDR/UNISC

Dr. Vantoir Roberto Brancher  
Professor Examinador – Instituto Federal Farroupilha/RS

Dr.<sup>a</sup> Christine da Silva Schroeder  
Professora Examinadora – PPGA/PUC-RS

Santa Cruz do Sul  
2015

*Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (Paulo Freire).*

## AGRADECIMENTOS

Ao findar uma etapa importante de minha vida acadêmica e profissional, é necessário agradecer àqueles que estiveram ao meu lado, pois, sem apoio, incentivo e amor de várias pessoas dificilmente teria chegado ao término deste trabalho.

Quero agradecer, em primeiro lugar, aos meus familiares, em especial à minha filha Marcella, minha grande incentivadora, que sempre acreditou que eu conseguiria; sem seu apoio incondicional, minha filha, eu não teria chegado ao fim desta jornada. Também agradeço imensamente aos meus pais, aos meus irmãos, aos meus cunhados e sobrinhos, que sempre me acolheram, inclusive nas horas mais difíceis. Graças ao suporte e carinho familiar que recebi, seja através de palavras ou de ações, adquiri forças para vencer.

Agradeço também, aos professores que orientaram a realização desta minha tese de doutoramento. Professora Rosane Bernardete Brochier Kist e professor Marco André Cadoná, pelo aceite e empenho nesta orientação. Aos dois meus agradecimentos pela confiança, pelos conhecimentos transmitidos, pelas críticas e sugestões, pelo profissionalismo que permitiram a finalização deste trabalho. Tenho um agradecimento especial para a professora Rosane (sei que o professor Marco entenderá) que, com os seus cuidados, já há mais tempo me acompanha e é melhor testemunha de minhas dificuldades, mas, também, de meu esforço para alcançar um bom termo para esse trabalho.

Com carinho e com boas lembranças, quero agradecer também aos meus colegas do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, com quem compartilhei angústias, alegrias, aprendizado e companheirismo, indispensáveis ao crescimento pessoal e profissional e que fizeram minha estada em Santa Cruz do Sul bem mais agradável.

Meus agradecimentos, também, a todos os meus amigos que estiveram presentes ao longo desse período de realização da tese, mostrando solidariedade nas horas desafiadoras na construção deste trabalho, dedicando apoio, dando estímulo e carinho.

Agradeço aos estudantes, tutores, coordenadores e professores do Curso em Agricultura, modalidade de ensino a distância, dos Polos de Canguçu e de São Lourenço do Sul. Pessoas que me acolheram, colaboraram, relataram suas dificuldades, lutas e

esperanças. Em especial aos estudantes, que na busca incessante de uma condição de vida mais digna, transmitiram-me inspiração, enfrentando este desafio de estudar à distância.

Não posso deixar de agradecer, também, a todos os participantes da pesquisa, que disponibilizaram tempo, que concederam informações, com sinceridade e comprometimento, nas entrevistas realizadas. São pessoas que, em boa parte, são responsáveis pelas questões instigadoras que nessa tese são apresentadas, ainda que não possam ser responsabilizados pelas limitações que podem na análise estar presentes.

Por fim, para não cometer algum esquecimento, pois há muitas pessoas para agradecer, demonstro o meu agradecimento a todos àqueles que de alguma forma me apoiaram, me compreenderam e contribuíram durante esta difícil caminhada. Graças ao empenho de todos, foi possível a realização desta tese, para a conclusão e obtenção do título de *Doutora em Desenvolvimento Regional*.

## RESUMO

A presente tese de doutoramento, realizada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC), apresenta uma análise de Cursos a distância que foram implantados visando qualificar profissionalmente agricultores familiares de uma região do Sul do Rio Grande do Sul. Tomando como referência empírica o Curso Técnico em Agricultura, implantado na modalidade de ensino a distância em dois municípios da região Sul do Rio Grande do Sul, Canguçu e São Lourenço do Sul, coloca-se em questão a própria contribuição dessa estratégia de expansão do ensino profissionalizante nos meios rurais através das tecnologias da informação. Vinculado ao *Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil*, lançado em 2007 pelo governo brasileiro através do Ministério da Educação e Cultura com o objetivo de ofertar educação profissional e tecnológica a distância, “democratizando o acesso a cursos técnicos em nível médio”, que, em 2011 passou a ser denominado de *Rede e-Tec Brasil*, o Curso Técnico em Agricultura que é objeto de estudo da presente tese é realizado, em sua maioria, por agricultores familiares dos dois municípios onde estão localizados Polos de Educação a Distância. Tem como objetivo, nesse sentido, não somente estender o acesso à educação técnica e profissional para as famílias agricultoras, mas, também, através desse acesso, contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar, a partir do pressuposto de que a educação é uma dimensão fundamental para o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural dos indivíduos, das regiões e da sociedade. Essa relação que é colocada em questão na presente tese. A educação técnica e profissional acessada através dos cursos a distância ofertados a partir dessa política pública democratiza o acesso à educação nos meios rurais onde é ofertada? Tem condições de problematizar a dinâmica de desenvolvimento dos meios rurais, em especial, da agricultura familiar, colocando-se como “mecanismo de desenvolvimento da agricultura familiar”? Se, de fato, contribui para o desenvolvimento da agricultura familiar da região onde os cursos são ofertados, que desenvolvimento “promove” e que agricultura familiar atende? Essas foram as questões que nortearam a pesquisa realizada e que resultou na tese que aqui é apresentada. Questões que, sob o ponto de vista do delineamento da pesquisa, intentou-se enfrentar analiticamente a partir de um conjunto de estratégias de levantamento de dados: levantamento de documentos sobre a implantação do Curso Técnico em Agricultura nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul; realização de entrevistas com estudantes que no momento da pesquisa estavam realizando o Curso Técnico em Agricultura ofertado nos dois referidos municípios; realização de entrevistas com tutores, professores e coordenadores do Curso Técnico em Agricultura. A partir dos pressupostos teóricos e metodológicos adotados, os resultados da pesquisa realizada atentam para a processualidade histórica da implantação do Curso estudado, para as contradições e para os conflitos que estão presentes no contexto de sua implantação e de sua realização pelos estudantes, filhos e filhas de agricultores familiares. Nessa direção, se o estudo indica que os estudantes sentem-se valorizados (pessoal e profissionalmente) com o acesso à educação técnica e profissional ofertada, se entendem que é possível, através da modalidade de ensino a distância, conciliar trabalho, família e estudo, se observam que a modalidade de ensino a distância permite acessar educação técnica e profissional sem abandonar a família e a propriedade agrícola, por outro lado, a constatação da fragilidade em termos de recursos financeiros e de infraestrutura para a realização do Curso, o alcance limitado e seletivo de estudantes, a insegurança quanto à própria continuidade e manutenção do Curso, uma

proposta pedagógica que enfatiza a integração competitiva da agricultura familiar no mercado, relativizando a problematização da própria dinâmica de desenvolvimento da agricultura familiar na região onde o Curso se realiza, apontam para processos contraditórios de seletividade social, de reprodução social de desigualdades nos espaços rurais.

**Palavras-chave:**

Educação a Distância; Curso Técnico em Agricultura, Desenvolvimento Rural; Agricultura Familiar, Acesso à Educação Técnica e Profissional, Reprodução Social.

## ABSTRACT

This PhD thesis written in the Program of Graduate Studies in Regional Development of UNISC (University of Santa Cruz do Sul), provides an analysis of deployment Distance Courses aimed to professionally qualify farmer's family in the southern region of Rio Grande do Sul. Taking the Technical Course in Agriculture deployed in distance learning mode at two southern towns (Canguçu and São Lourenço do Sul) of Rio Grande do Sul State as empirical reference, is placed in question the contribution itself this expansion strategy of vocational education in rural areas through information technologies. Linked to the System Open School Technique of Brazil, launched in 2007 by the Brazilian government through the Ministry of Education and Culture with the purpose of offering professional and technological distance education, "democratizing access to technical courses in high level", which in 2011 was renamed Network e-Tec Brazil, the Technical Course in Agriculture which is the present thesis object of study is conducted, mostly by family farmers of the two municipalities where they are located Centers for Distance Education. It aims, in this sense, not only extend access to technical and vocational education for the farming families, but also through this access, contribute to the development of this type of agriculture, on the assumption that education is a fundamental dimension to the socioeconomic, political and cultural development of individuals, regions and society. This relationship is called into question in this thesis. Does technical and professional education accessed through distance courses offered from this public policy democratize access to education in rural areas where it is offered? Is it able to discuss the dynamics of development of rural areas, especially family farming, placing it as "development mechanism of family farming"? If, in fact, it contributes to the development of family farming in the area where courses are offered, do that development "promote" and that family farming serve? These were the questions that guided the survey, which resulted in this doctoral thesis here presented. Issues from the point of view of the research design, brought to face analytically from a set of data collection strategies: survey documents on the implementation of the Technical Course in Agriculture in the cities of Canguçu and São Lourenço do Sul, interviews with students while the study were taking the Technical Course in Agriculture offered in both cities, interviews with tutors, teachers, and coordinators of the Technical Course in Agriculture. From the theoretical and methodological assumptions adopted, the results of the research carried out indiscriminate about historical processuality the implementation of the course studied, to the contradictions and conflicts that are present in the context of implementation and realization of courses by students, sons and daughters family farmers. In this sense, the study indicates that students feel valued (personally and professionally) with access to technical and vocational education offered is understood that it is possible, by type of education by distance, balance work, family and study, observed that the distance learning mode allows access to technical and vocational education without abandoning the family and the farm, on the other hand, the finding of weakness in terms of financial resources and infrastructure to the completion of the course, the limited scope and selective students, uncertainty as to the very continuity and maintenance of the course, a

pedagogy that emphasizes the competitive integration of family farming in the market, diminishing the questioning of the dynamics of family agriculture development in the region where the course is held, point to contradictory processes of social selectivity of social reproduction of inequality and social relations in agriculture based on the assumption of economic and competitive integration of family farming.

**Keywords:** Distance education; Technical Course in Agriculture; Rural development; Family agriculture; Access to Technical and Vocational Education; Social reproduction.

## LISTA DE ABREVIATURAS

AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
AVEA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CR	Currículo de Referência
EAD	Educação a Distância
e-Tec Brasil	Escola Técnica Aberta do Brasil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Economia e Estatística
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IF Farroupilha	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Farroupilha
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOODLE	Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment
NEAD	Núcleos de Educação a Distância
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPC	Plano Pedagógico de Curso
PTA	Plano de Trabalho Anual
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SESC	Serviço Social do Comércio
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil

UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Tecnologia

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Cenário da educação a Distância no IF Farroupilha/RS ano 2015

Figura 2 – Abrangência do IF Farroupilha – RS – Ano 2012

Figura 3 – Abrangência do IF Farroupilha, – RS – Ano 2014

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Evolução dos polos na Rede e-Tec Brasil

Gráfico 2 - Evolução de Polos na Rede e-tec Brasil, por região do Brasil

Gráfico 3 - Evolução de Polos de Educação a Distância do IF Farroupilha

Gráfico 4 - Vagas ofertadas pelo IF Farroupilha

Gráfico 5 - Faixa Etária dos alunos (n= 230)

Gráfico 6 - Gênero dos alunos participantes do curso (n=230)

Gráfico 7 - Etnia dos alunos matriculados nos polos de Canguçu e de São Lourenço do Sul (n=230)

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Modelos de Agricultura Patronal e Familiar

Quadro 2 - A Educação a Distância e as diferentes gerações

Quadro 3 - Cursos ofertados pelas instituições Federais do Rio Grande do Sul

Quadro 4 - Evolução da abertura de Polos no IF Farroupilha.

Quadro 5 - Dados relativos aos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul

Quadro 6 - Evolução do IF Farroupilha

Quadro 7 - Cursos de nível médio ofertados nos polos do Instituto Federal Farroupilha

Quadro 8 - Objetivos específicos do Curso em Agricultura na modalidade a Distância

Quadro 9 - Grade Curricular do Curso em Agricultura na modalidade a Distância

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por grandes regiões (Brasil), segundo o sexo e o nível de instrução – 2010.

Tabela 2 - População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização – Canguçu/RS

Tabela 3 - População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização São Lourenço do Sul/RS

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E DESENVOLVIMENTO NO MEIO RURAL.....	31
2.1 Educação e Desenvolvimento Rural.....	39
2.2 Políticas Públicas para a Educação a Distância no Brasil.....	52
2.3 O Sistema Rede e-Tec Brasil.....	62
3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRICULTURA NA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL.....	77
3.1 O desenvolvimento regional na Metade Sul do Rio Grande do Sul.....	86
3.2 Situando os municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul no contexto de desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul.....	88
3.2.1 O município de Canguçu.....	90
3.2.2 O município de São Lourenço do Sul.....	92
3.3 Desenvolvimento rural e agricultura familiar nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul.....	95
4 O CURSO TÉCNICO A DISTÂNCIA EM AGRICULTURA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE AGRICULTORES E PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NOS MUNICÍPIOS DE CANGUÇU E DE SÃO LOURENÇO DO SUL.....	98
4.1 O Processo de implantação do Curso a Distância em Agricultura nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul.....	103
4.1.1 A implantação dos Polos de Educação a Distância nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul.....	107
4.1.2 Percepções dos profissionais sobre a Educação a Distância.....	110
4.1.3 Possibilidades, limites e desafios do Curso de Educação a Distância.....	114
4.2 A formação profissional a partir do Curso Técnico a Distância em Agricultura e a aplicação dos conhecimentos adquiridos.....	118
4.2.1 Características socioeconômicas dos alunos.....	119
4.2.2 O Acesso ao Curso a Distância e as condições de sua realização.....	124
4.2.3 Resultados do Curso na vida dos alunos e de suas famílias.....	138
4.3 O Curso a Distância e o Desenvolvimento da Agricultura em Canguçu e São Lourenço do Sul.....	142
4.3.1 O Plano Político Pedagógico do Curso de Agricultura e a concepção de desenvolvimento rural.....	142
4.3.2 O Curso de Agricultura na modalidade de Educação a Distância e o desenvolvimento da agricultura nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul.....	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
REFERÊNCIAS.....	165
APÊNDICE A.....	179
APÊNDICE B.....	180
APÊNDICE C.....	182

## 1. INTRODUÇÃO

A presente tese de doutoramento tem como objetivo analisar a contribuição de cursos a distância para o desenvolvimento rural, mais especificamente para a formação profissional de agricultores familiares da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Tomando como referência empírica o *Curso em Agricultura*, desenvolvido nos Polos de Educação a Distância localizados nos municípios gaúchos de Canguçu e de São Lourenço do Sul e vinculado ao Sistema Rede e-Tec Brasil (Ministério da Educação e Cultura – MEC), a análise coloca em questão o alcance dos cursos a distância na formação técnico-profissional de agricultores e, nesse sentido, na própria dinâmica de desenvolvimento dos espaços rurais na região estudada.

A educação a distância não é um fenômeno novo no Brasil. Sua emergência ocorreu ainda no início do século XX, mais especificamente a partir da década de 1920, quando a Rádio Sociedade Rio de Janeiro (em 1923) ofereceu o primeiro curso radiofônico, colocando o rádio como uma “ferramenta na difusão dessa modalidade de ensino” (CAMPOS, 2010, p. 5). Na década de 1940, uma parceria entre o SENAC (Serviço Nacional do Comércio), o SESC (Serviço Social do Comércio) e emissoras de rádio de São Paulo impulsionou a criação da Nova Universidade do AR – UNIAR, com o objetivo de oferecer “cursos comerciais radiofônicos” (CAMPOS, 2014, p. 05). Ao longo da segunda metade do século XX, diferentes momentos históricos marcaram a expansão da educação a distância no Brasil, dentre os quais merecem destaque: o convênio assinado entre o Ministério da Educação (MEC) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1960, para expandir as “escolas radiofônicas aos estados nordestinos”, num processo que resultou no Movimento de Educação de Base, “um sistema de ensino a distância não formal” (CAMPOS, 2014, p. 5-6); a instalação de TVs Educativas em diferentes estados do País, no período entre 1965 e 1974 (CAMPOS, 2014, p. 6); através do “Projeto Minerva”, a produção do Curso Supletivo de Primeiro Grau, em 1973, com participação do MEC e Secretarias Estaduais de Educação (CAMPOS, 2014, p. 06); o lançamento do “Telecurso de 2º Grau”, pela Fundação Padre Anchieta (TV Cultura/SP) e pela Fundação Roberto Marinho, em 1978; a realização da primeira Licenciatura Plena em Educação Básica (1º a 4º séries do 1º grau), na modalidade de ensino a distância, em 1992, criada através de um projeto apoiado pelo Núcleo de Educação a Distância do Instituto de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), pela Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), pela

Secretaria de Estado de Educação (Mato Grosso) e pela Tele-Universite Du Quebec (Canadá); a disseminação, a partir de 1995, da internet nas instituições de ensino superior; a primeira regulamentação do Ensino a Distância no Brasil, ocorrida em 1996 através da LDBE (Lei de Diretrizes e Bases da Educação); a criação de ambientes virtuais de aprendizagem em universidades públicas e particulares, a partir de 1997; a possibilidade de Credenciamento Oficial, a partir de 1999, de Universidades brasileiras para atuarem em Ensino a Distância (CAMPOS, 2010, p. 05-07).

Cabe assinalar, nesse sentido, que a partir da década de 1990, com o desenvolvimento da internet no Brasil e na medida em que as tecnologias de informação (computadores, telefonia, a própria Internet) tiveram maior acesso público, as condições históricas de realização de cursos a distância ampliaram-se. A própria educação a distância ganhou novos contornos a partir daquela década, se aproximando cada vez mais de um modo de ensino capaz de possibilitar maior autoaprendizagem aos estudantes, através das “novas tecnologias de informação”; mas, ao mesmo tempo, mobilizando equipes preparadas para o acompanhamento dos estudantes, através de meios virtuais e/ou de forma presencial (nos polos de Educação a Distância), e, assim, perseguindo maior proximidade (e em menor tempo) entre os estudantes e as instituições proponentes de cursos a distância. Como afirma Azevedo (1999), antes da Internet “tínhamos uma EAD que utilizava apenas tecnologias de comunicação de um-para-muitos (rádio, TV) ou de um-para-um (ensino por correspondência)”; após a Internet, então, “temos as três possibilidades de comunicação reunidas numa só mídia: um-para-muitos, um-para-um e, sobretudo, muitos-para-muitos” (AZEVEDO, 1999, p. 10).

Como indicado anteriormente, ainda em 1996 o governo brasileiro, ao promulgar a Educação a Distância através da LDBE, criou maiores possibilidades para a atuação de instituições de ensino (públicas, comunitárias, privadas) na modalidade de ensino a distância, do que resultou, ainda durante aquela década de 1990, num crescimento significativo no oferecimento de cursos a distância: em 2002, o Brasil já tinha um total de 84.397 matrículas de ensino superior a distância, distribuídas em 60 cursos (em especial, os cursos de Pedagogia, de Matemática e de Ciências Naturais) autorizados pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) (BARROS, MENDONÇA, BLANCO, 2001). Já durante a década de 1990, portanto, o ensino a educação a distância tornou-se um espaço de ensino atraente para instituições privadas e, inclusive, para o próprio

governo, que visualizou nessa modalidade de ensino uma forma de aumentar a escolarização de professores de escolas públicas, levando até esses (em especial àqueles localizados em regiões mais distantes dos grandes centros urbanos) a possibilidade de realização de um curso superior (CAMPOS, 2010, p. 05-07).

Durante a primeira década de 2000, a educação a distância continuou se expandindo no Brasil, situando-se naquele contexto a criação da UniRede (Rede de Educação Superior a Distância), em 2000, com a intenção de reunir instituições públicas “comprometidas na democratização do acesso à educação de qualidade, por meio da Educação a Distância, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e extensão” (ALVES, 2011, p. 7); ou, então, a criação da Universidade Aberta do Brasil, em 2005, numa parceria entre o Ministério da Educação, os estados e os municípios, com o objetivo de oferecer cursos na modalidade a distância (ALVES, 2011, p. 7). A partir da criação da Universidade Aberta do Brasil, em 2007 o governo brasileiro também criou o “Sistema Rede e-Tec Brasil”, com o propósito de ofertar educação profissional e tecnológica (na modalidade de ensino a distância), “democratizando” o acesso a cursos técnicos de nível médio (GUIMARÃES, 2013).

O *Curso de Agricultura*, oferecido na modalidade de educação a distância nos municípios gaúchos de Canguçu e de São Lourenço do Sul, cuja investigação sustenta a análise apresentada nesta tese sobre a contribuição dessa modalidade de ensino em dinâmicas de desenvolvimento de espaços rurais, está vinculado ao Sistema Rede e-Tec Brasil. Presente em todo o território brasileiro, o Sistema Rede e-Tec se expandiu rapidamente a partir de sua criação e, em 2012, compreendia mais de oitenta cursos, distribuídos em todas as macrorregiões brasileiras (GUIMARÃES, 2013). Na região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), naquele referido ano eram oferecidos 24 cursos, atendendo 15.384 estudantes, distribuídos em 253 polos de educação a distância (GUIMARÃES, 2013); no Rio Grande do Sul, também em 2012, quatro instituições (as quatro instituições públicas: Universidade Federal de Santa Maria, Instituto Federal Farroupilha, Instituto Federal Sul Rio-Grandense e Instituto Federal do Rio Grande do Sul) realizavam 15 cursos, que atendiam 2.420 estudantes, distribuídos em 34 polos (GUIMARÃES, 2013).

Desde o seu lançamento, em 2007, o Sistema Rede e-Tec foi apresentado pelo governo brasileiro como uma estratégia de política pública educacional que “visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e *tem o propósito de ampliar e*

*democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios” (BRASIL, MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2014. Os grifos são meus). Na perspectiva normativa que sustenta as intenções políticas do Programa, está a expectativa de que a realização de cursos a distância não somente possa contribuir para uma maior democratização do acesso ao ensino profissionalizante, mas, também, para que o próprio Estado, através da educação, potencialize sua contribuição para o desenvolvimento local/regional dos territórios onde os cursos são oferecidos.*

Essa perspectiva normativa acerca da Educação a Distância (que afirma sua positividade enquanto estratégia de democratização da educação e, mesmo, de impulso ao desenvolvimento) não é por toda ignorada pela bibliografia que analisa a temática da educação a distância no Brasil. Bibliografia que, por diferentes caminhos, tem grande contribuição para uma melhor compreensão da expansão da Educação a Distância no País, das tensões que estão presentes na dinâmica de implantação dessa modalidade de educação, das dinâmicas de socialização educativa que decorrem dessa forma de acesso à educação; mas que, também, enfatiza o aspecto democratizante, facilitador do acesso, impulsionador de dinâmicas de interiorização da educação (GUIMARÃES, 2013; RUBIO, 2011).

O “diálogo” com essa bibliografia será estabelecido ao longo da presente tese. No entanto, a título de exemplo, cabe o registro de dois estudos recentes sobre a Educação a Distância no Brasil e que partem de uma perspectiva teórica que ressalta as questões positivas dessa modalidade de ensino, inclusive no que diz respeito a sua contribuição para o desenvolvimento dos locais/regiões onde são realizados.

Alves (2011), ao analisar a história da Educação a Distância no Brasil, destaca que a implantação de cursos nessa modalidade de ensino contribuiu para a execução de projetos educacionais “mais diversos e para as mais complexas situações” (cursos profissionalizantes, capacitação para o trabalho ou divulgação científica, campanhas de alfabetização etc.) (ALVES, 2011, p. 84), defende que a Educação a Distância “pode ser considerada a mais democrática das modalidades de educação, pois se utilizando de tecnologias de informação e de comunicação transpõe distâncias à conquista do conhecimento” (ALVES, 2011, p. 90) e conclui que a Educação a Distância vem ampliando sua capacidade de democratizar o ensino e a aquisição de conhecimentos, pois se constitui “em um instrumento capaz de atender um grande número de pessoas

simultaneamente, chegar a indivíduos que estão distantes dos locais onde são ministrados os ensinamentos e/ou que não podem estudar em horários pré-estabelecidos” (ALVES, 2011, p. 90).

Na mesma direção, Neves (2003), ao destacar ainda no começo do século XXI o crescimento da Educação a Distância no Brasil, enfatiza que tal crescimento estava relacionado não somente com a possibilidade das tecnologias de informação e de comunicação estarem presentes em diferentes níveis de ensino, mas, também, porque “cada vez mais cidadãos e instituições veem nessa forma de educação um meio de democratizar o acesso ao conhecimento e de expandir oportunidades de trabalho a aprendizagem ao longo da vida” (NEVES, 2003, p. 3).

Na presente tese, é essa perspectiva que ressalta o “caráter democratizante” da Educação a Distância que é colocada como um problema. E é colocada como um problema não porque se pretende questionar a contribuição dessa modalidade de educação, tanto no que diz respeito à expansão de diferentes níveis de educação (não somente profissional, mas, inclusive, de formação universitária) quanto no que diz respeito ao acesso à educação em regiões que historicamente não foram contempladas por ações estatais comprometidas com a implantação e a consolidação de instituições de ensino.

No caso específico dos cursos desenvolvidos pelo Sistema Rede e-Tec, não se pode ignorar o fato de que muitos dos mesmos estão localizados em municípios que, de modo geral, não tinham até então acesso próximo e fácil ao ensino profissionalizante (em nível médio) e ao ensino universitário. Mais do que isso, ao propor como análise um curso a distância destinado a populações residentes em espaços rurais, cujas vidas estão diretamente vinculadas à agricultura, não se pode ignorar que esses espaços historicamente foram “marginalizados” pelas políticas públicas, inclusive na área da educação. A título de exemplo, dados produzidos pelo IBGE, a partir de uma comparação dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, indicam que naquele período o percentual de pessoas com 25 anos ou mais que não tinham nenhuma instrução escolar ou tinham o ensino fundamental incompleto caiu de 58,8% para 44,2% nas áreas urbanas, enquanto que nas áreas rurais do País esse índice também caiu, mas de 90,3% para 79,6% (IBGE, 2010). As diferenças entre as populações residentes nas áreas urbanas e rurais são ilustrativas do descaso histórico do estado brasileiro com as regiões rurais e, nesse sentido e inclusive, justificam expectativas de que através da Educação a

Distância se possa chegar mais intensamente junto às populações rurais, diminuindo-se as desigualdades que ainda persistem.

Entende-se, no entanto, que o “caráter democratizante da educação” (seja ela desenvolvida na modalidade a distância ou não) não pode ser tomado como um dado, mas, ao contrário, como uma questão a ser investigada. É nesse sentido, inclusive, que desde a elaboração de seu projeto, a presente tese teve como objetivo geral “analisar as implicações do Curso Técnico em Agricultura, integrante do Programa e-Tec Brasil, para a formação de agricultores e para o desenvolvimento da agricultura nos municípios de São Lourenço do Sul e de Canguçu”. Foi nessa direção, também, que, tomando como referência empírica o *Curso de Agricultura*, oferecido nos Polos de Canguçu e de São Lourenço do Sul, foram estabelecidos os objetivos específicos da tese: identificar as condições históricas de implantação do Curso de Agricultura no Polo de Educação a Distância de Canguçu e de São Lourenço do Sul; analisar qual é a concepção de “desenvolvimento rural” que está pressuposta no projeto político e pedagógico do Curso de Agricultura; investigar as condições de realização do Curso de Agricultura, por parte dos estudantes, filhos e filhas de agricultores familiares; compreender como os estudantes disseminam os conhecimentos e as experiências oferecidos pelo Curso de Agricultura junto às suas famílias; refletir sobre a importância do Curso de Agricultura, oferecido na modalidade de Educação a Distância, para o desenvolvimento da agricultura dos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul.

Como indicado tanto no objetivo geral quanto nos objetivos específicos, o pressuposto que orienta o estudo realizado não é o de que, a priori, a educação tem uma “funcionalidade” em dinâmicas de desenvolvimento, contribuindo positivamente para o desenvolvimento dos indivíduos, das comunidades, das regiões. Pelo contrário, essas são questões que norteiam o trabalho realizado, dando-se atenção, inclusive, à reflexão em torno da temática “educação e desenvolvimento”, que desde há muito tempo está presente em alguns campos disciplinares das ciências humanas e sociais, em especial na economia, na sociologia e na pedagogia.

Nessa direção, inclusive, é importante o registro de que a relação entre educação e desenvolvimento compreende uma temática que alimenta controvérsias históricas nas ciências sociais e humanas. Nesse debate, como indica Gomes (2012), é possível identificar pelo menos dois períodos: no primeiro, anterior à década de 1960, predominaram perspectivas teóricas que conceberam a educação “como fator de

democratização, de distribuição de renda e até, segundo uma tradição antiga, de melhoramento da natureza humana” (GOMES, 2012, p. 1); no segundo e a partir da década de 1960, ganharam cada vez maior importância perspectivas teóricas que, ao mesmo tempo, criticam o “otimismo pedagógico” e colocam a educação como um espaço/tempo tanto de dominação e de reprodução social quanto de resistências e de construção de diferentes formas de sociabilidade (GOMES, 2012, p. 1).

Nesse segundo período, portanto, muitos teóricos contribuíram para que se desenvolvesse uma perspectiva crítica no campo da educação, ressaltando-se o caráter reprodutor da educação nas sociedades capitalistas e propondo novas propostas pedagógicas, comprometidas com a crítica à educação instrumentalizada pela dinâmica das sociedades capitalistas e, ao mesmo tempo, com a afirmação dos modos de vida, da cultura, dos interesses de diferentes setores (dominados) da sociedade, em especial, das classes populares e de trabalhadores (GOMES, 2012).

Teóricos que não necessariamente apresentam o mesmo diagnóstico da educação nas sociedades capitalistas, nem defendem os mesmos pressupostos teóricos. Pois se trata de um campo de reflexões que compreende desde a contribuição do estruturalismo marxista de Louis Althusser, passando pela discussão da educação e hegemonia/contrahegemonia de Antonio Gramsci, pela perspectiva reprodutivista de Pierre Bourdieu, pela crítica à “educação bancária” e a defesa de uma “educação libertária” de Paulo Freire (GOMES, 2012).

Não é objetivo desta tese, evidentemente, aprofundar essa reflexão sobre os caminhos de uma perspectiva de reflexão acerca da educação que contribuiu (desde a segunda metade do século XX) para uma melhor (e mais crítica) compreensão de temáticas importantes no campo da educação, tais como, por exemplo, as relações entre educação/reprodução social e educação/emancipação social. Mas é importante destacar que se trata de um campo constituído por diferentes enfoques teóricos e que os pontos de partida e de chegada dos autores não são os mesmos.

Para os fins da presente tese, porém, a contribuição teórica de Pierre Bourdieu tem grande importância. Pierre Bourdieu (1930 – 2002) foi um sociólogo francês cuja contribuição em muito transcendeu o campo da educação. Contudo, ainda durante a década de 1960, Bourdieu ofereceu uma resposta original ao problema das desigualdades escolares (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

Vivendo num contexto histórico em que, inclusive em seu país (a França), predominava um “otimismo pedagógico”, Bourdieu soube interpretar tanto o peso das “origens sociais” dos estudantes sobre seus destinos escolares quanto às contradições entre a massificação da escolarização e o retorno (social e econômico) dos diplomas escolares nos mercados de trabalho. Uma de suas teses principais, nesse sentido, é que os “estudantes” não são indivíduos abstratos, que se encontram nas escolas em situação de igualdade, mas, ao contrário, são atores construídos socialmente, pois trazem consigo a formação social e cultural adquirida em suas famílias e em suas trajetórias biográficas, sendo essa formação social e cultural mais ou menos valorizada pelo aparelho escolar. Assim, “cada família transmite a seus filhos [...] um certo capital cultural e um certo *ethos* [...] que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar” (BOURDIEU, 1998, p. 41-42. Grifo no original), de modo que a “herança cultural”, que difere de acordo com as “classes sociais”, “é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito” (BOURDIEU, 1998, p. 42).

Mas Bourdieu vai adiante, questionando uma suposta “neutralidade” da escola e afirmando que os estudantes encontram na escola uma instituição que propõe a aprendizagem de saberes, de práticas, de gostos, de posturas, de valores que, em que pese o discurso de dissimulação, são, na verdade, saberes, práticas, gostos, posturas, valores das “classes privilegiadas” da sociedade (BOURDIEU, 1998). Nesse sentido, a escola exerceria um papel ativo não somente na reprodução das desigualdades sociais, mas, também, na legitimação dessas desigualdades.

Evidentemente, não se ignora as críticas que são dirigidas à “sociologia da educação” de Bourdieu. Por um lado, a crítica dirigida ao viés reprodutivista que sustenta suas reflexões, a partir do qual decorre uma visão da educação escolar que a subordina aos objetivos da dominação social, ignorando, por exemplo, que os conteúdos escolares propostos (que para Bourdieu definem um “arbítrio cultural”, a partir do qual a escola exerce a “violência simbólica” sobre os indivíduos pertencentes às “classes dominadas”) (BOURDIEU, 1983), podem ser importantes e valorizados por indivíduos das classes dominadas, além de poderem ser definidos e redefinidos em contextos de conflitos sociais onde as próprias “classes dominadas” têm participação ativa. Por outro lado e nesse sentido, é importante destacar que os espaços escolares nem sempre se mostram fechados à diversidade social e cultural e que é possível identificar várias

iniciativas escolares “que buscam promover uma aproximação mais respeitosa entre a cultura escolar e a cultura de origem dos alunos – organizando o ensino a partir dos conhecimentos anteriores trazidos pelos alunos, respeitando e valorizando os modos de fala e as tradições de cada grupo social [...]” (NOGUEIRA, NOGUEIRA, 2002, p. 34).

A originalidade exigida numa tese de doutoramento, no entanto, não combina com completa passividade diante, mesmo, dos quadros teóricos que referenciam a construção da análise. Nesse sentido, há de se problematizar a própria construção teórica de Bourdieu acerca das relações entre educação e sociedade. Contudo, se esse autor é tomado como uma referência importante na análise apresentada nesta tese é porque a mesma atenta à origem social dos estudantes que realizam cursos na modalidade de Educação a Distância (inclusive no que diz respeito às condições infraestruturais esperadas para a realização de cursos oferecidos nessa modalidade – presença de computador em suas casas, por exemplo, capacidade de uso das tecnologias de informação, acesso ao sinal da internet etc.) e a importância da mesma para a realização da formação escolar oferecida pelo curso a distância.

Não se pode esquecer, nesse sentido, que o Curso de Agricultura, objeto de análise na presente tese, é oferecido para indivíduos que residem em espaços rurais de dois municípios localizados na Região Sul do Rio Grande do Sul. Mais do que isso, o curso é oferecido para filhos e filhas de agricultores, que possuem (como ainda será analisado nesta tese) condições sociais e econômicas diferenciadas, além de estarem situados em posições geográficas diferenciadas, onde nem sempre os serviços públicos (saúde, educação, saneamento, infraestrutura de informação) chegam da mesma forma e com a mesma capacidade de alcançar os indivíduos, as famílias, as comunidades.

Para alcançar os objetivos propostos, de modo coerente com os pressupostos teóricos anteriormente indicados, duas questões de ordem metodológica precisam ser esclarecidas: por um lado, a abordagem metodológica adotada e, por outro lado, os procedimentos metodológicos utilizados para o levantamento dos dados empíricos que sustentam a análise construída.

Quanto à *abordagem metodológica*, a tese desenvolvida se sustentou no *materialismo histórico*. Nesse sentido, cabe, de imediato, afirmar, a partir da sugestão de Triviños (1994), que as pesquisas que adotam o materialismo histórico como método de abordagem devem pressupor: a) que a realidade existe de maneira independente da consciência que se tem dela e, portanto, que ela tem objetividade; b) que além de ser

objetiva, a realidade não é estática, mas, ao contrário, está em constante mudança; c) que a dinâmica da realidade é resultado de sua própria constituição marcada por contradições; d) que os procedimentos de pesquisa adotados devem partir da contemplação viva dos fenômenos (do concreto), para, a partir daí, “penetrar” na dimensão abstrata dos mesmos, analisando-os em sua totalidade, nas suas partes constituintes, na relação entre as partes e entre essas e o todo (concreto abstrato) e, então, voltar-se ao concreto, agora não mais como uma realidade imediata, mas como uma realidade concreta pensada, compreendida em sua complexidade, nos seus aspectos essenciais e em suas possibilidades, naquilo que é singular e universal, necessário e contingente (concreto pensado) (TRIVIÑOS, 1994, p. 49).

Trata-se, portanto, de analisar a contribuição do Curso de Agricultura (oferecido nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul na modalidade de Educação a Distância) para o desenvolvimento da agricultura familiar, a partir da própria historicidade que caracteriza a implantação de cursos a distância no Brasil, em especial a partir dos anos 2000, sem perder de vista as necessidades e os interesses dos sujeitos envolvidos nesses projetos de formação profissional, em especial os estudantes, filhos e filhas de agricultores familiares nos municípios onde o referido curso é oferecido. Mas trata-se, também, de atentar para as contradições existentes entre projetos de expansão do Educação a Distância e os projetos de vida e de trabalho dos estudantes, num esforço de compreensão das condicionalidades das ações desses sujeitos sociais, das dificuldades que encontram para se inserirem em dinâmicas educativas que pressupõem que determinadas condições infraestruturais estejam satisfeitas (ter um computador, por exemplo, ou o acesso a internet), da capacidade criadora que se constitui a partir da própria prática social que se desenvolve através de suas inserções nas dinâmicas de formação profissional possibilitadas pelo curso analisado.

Sob o ponto de vista dos procedimentos de levantamento de dados, a pesquisa realizada no âmbito da realização da presente tese implicou duas frentes de levantamento de dados. A primeira frente compreendeu o levantamento de *dados secundários*, mais especificamente sobre a estrutura institucional de oferecimento de cursos a distância no Rio Grande do Sul, sobre o Instituto Farroupilha (Instituição responsável, na ocasião da realização da pesquisa, pelos Polos de Canguçu e de São Lourenço do Sul), sobre a implantação do Curso em Agricultura nos Polos de Canguçu e de São Lourenço do Sul, sobre o Projeto Político-Pedagógico do Curso em

Agricultura. A segunda frente compreendeu o levantamento de *dados primários*, através da aplicação de um formulário de pesquisa, aplicado junto a estudantes do Curso em Agricultura nos Polos de Canguçu e de São Lourenço, e da realização de entrevistas (semiestruturadas) com gestores, professores e tutores do referido curso, nos referidos Polos.

Em relação aos *dados secundários*, os mesmos foram importantes para a perseguição de três objetivos da tese realizada: primeiro, a compreensão do processo histórico de implantação de Polos de Educação a Distância – vinculados ao Sistema Rede e-Tec – no Rio Grande do Sul, a partir da criação desse Sistema pelo Ministério da Educação e Cultura, em 2007; segundo, a compreensão do processo histórico que resultou na implantação do Curso em Agricultura nos Polos de Canguçu e de São Lourenço; terceiro, a compreensão dos pressupostos político-pedagógicos que orientaram a criação e a execução do Curso em Agricultura nos referidos Polos.

Em relação aos dados primários, como indicado anteriormente, foram utilizadas duas técnicas de levantamento de dados.

A primeira foi o *formulário de pesquisa*, aplicado junto a estudantes que, durante o ano de 2013, estavam realizando o Curso em Agricultura nos Polos de Canguçu e de São Lourenço (turmas 2011 e 2012). Cabem aqui diferentes esclarecimentos. O primeiro deles está relacionado à própria técnica de pesquisa, o formulário de pesquisa, muitas vezes confundido com o questionário (instrumento de coleta de dados que é preenchido pelo informante sem a presença do pesquisador), mas, que, sob o ponto de vista técnico, é um instrumento de coleta de dados, constituído por perguntas fechadas e/ou abertas, em que o próprio pesquisador pergunta e anota as respostas dadas pelo informante (numa situação “face-a-face” com o entrevistado) (GIL, 1987). O segundo está relacionado ao número de estudantes que responderam o formulário de pesquisa que, como afirmado acima, foi respondido pelos estudantes que realizavam o Curso de Agricultura durante os anos de 2011 e 2012 nos dois polos investigados, totalizando 22 estudantes. Por fim, o terceiro está relacionado aos temas que estruturaram o formulário de pesquisa, que foi constituído a partir dos seguintes “eixos temáticos”: a) perfil dos estudantes; b) condições de ingresso no curso; c) avaliação da proposta governamental de acesso à educação na modalidade de Educação a Distância; d) avaliação das condições de realização do curso; e) avaliação das interações entre os estudantes, entre

os estudantes e a coordenação, entre os estudantes e os tutores/professores; f) relação entre o curso e as atividades profissionais.

A segunda técnica utilizada para a coleta dos dados primários foi a *entrevista*, uma técnica de levantamento de dados em que o pesquisador estabelece um contato direto com as pessoas pesquisadas, num processo que é interativo/dialógico, a partir de um ou de temas sugeridos pelo pesquisador (GIL, 1987). A entrevista realizada foi estruturada a partir dos mesmos eixos temáticos que orientaram a construção do formulário de pesquisa (condições de ingresso no curso; avaliação da proposta governamental de acesso à educação na modalidade de Educação a Distância; avaliação das condições de realização do curso; avaliação das interações entre os estudantes, entre os estudantes e a coordenação, entre os estudantes e os tutores/professores; relação entre o curso e as atividades profissionais) e foram realizadas com cinco (05) professores, com dois (02) coordenadores de Polo, com dois (02) Coordenadores de Tutoria, com um (01) Coordenador do Núcleo de Educação a Distância, com um (01) Coordenador Geral da Rede e-Tec Brasil, com dois (02) supervisores pedagógicos, com três (03) tutores presenciais e com três (03) tutores a distância, totalizando, então, dezenove (19) entrevistas.

Por fim, ainda neste texto de introdução registra-se a estrutura da presente tese, constituída de três capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

Assim, o segundo capítulo, “Educação a distância e desenvolvimento no meio rural”, está dedicado às reflexões teóricas e bibliográficas que orientaram a construção da presente tese. Nele, pretende-se aprofundar a discussão sobre a relação entre educação e desenvolvimento, colocando-se essa relação enquanto um problema a ser investigado e, ao mesmo tempo, definindo-se a plano teórico de investigação da relação entre a educação e o desenvolvimento nos meios rurais em que residem os estudantes que foram investigados. Além disso, considera-se nesse segundo capítulo a discussão (bibliográfica) sobre o Educação a Distância no Brasil, com ênfase às políticas públicas (recentes) que resultaram na criação do Sistema Rede E-tec Brasil, no qual o Instituto Farroupilha, responsável pelos Polos de Educação a Distância de Canguçu e de São Lourenço do Sul, está vinculado.

No terceiro capítulo aborda-se o tema do desenvolvimento regional e a agricultura na Metade Sul do Rio Grande do Sul, especificamente nos municípios de Canguçu e de

São Lourenço do Sul. Outrossim, destacam-se elementos relacionados com o desenvolvimento rural e a agricultura familiar nos dois municípios.

O quarto capítulo apresenta o Curso Técnico em Agricultura nos Polos de Canguçu e de São Lourenço do Sul e suas implicações para a formação de jovens agricultores. Para tanto, será apresentado o processo de implantação do Curso a Distância em Agricultura, o acesso e a formação profissional dos alunos, bem como, a relação do referido curso com o desenvolvimento da agricultura nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul. No último capítulo são apresentadas as considerações sobre este estudo.

## **2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E DESENVOLVIMENTO NO MEIO RURAL**

Neste capítulo contextualiza-se a Educação a Distância (EAD) e ressalta-se sua relação com o desenvolvimento no meio rural. Busca-se especialmente compreender a EAD a partir do Curso Técnico em Agricultura integrante da Rede e-Tec Brasil desenvolvido nos polos localizados nos municípios gaúchos de Canguçu e São Lourenço do Sul.

Existem afirmativas de que a educação deve contribuir para a inserção social dos indivíduos (MANTOAN, 2003). Entretanto, parte-se da compreensão de que a inclusão social pressupõe a valorização da condição humana dos indivíduos (RATTNER, 2002) através de um processo de formação crítica dos sujeitos. Nesse sentido, entende-se que a Educação a Distância pode ser uma das estratégias adotadas para suprir as necessidades de formação de jovens e adultos que vivem no meio rural, tornando-os mais qualificados para o exercício de atividades produtivas no setor agrícola.

Com base neste argumento, através deste estudo busca-se analisar se, de fato, a Educação a Distância, a partir do Curso Técnico em Agricultura, contribui para a formação profissional de jovens agricultores e, conseqüentemente, colabora para o desenvolvimento da agricultura familiar dos municípios onde esses cursos são oferecidos.

Parte-se do pressuposto de que o acesso dos agricultores ao curso pressupõe, também, a garantia do acesso às tecnologias de informação, o transporte para seu deslocamento e uma metodologia de ensino que seja compatível com sua realidade, entre outros fatores. Nesse sentido, devem ser consideradas também as características familiares, culturais, sociais e econômicas destes sujeitos, fatores que são fundamentais para a garantia de que eles possam se manter estudando e usufruindo dos benefícios oferecidos pelo curso.

Como refere Gomes (1994) a educação naturalmente é considerada como um meio de gerar a modernização, não só mudando valores e atitudes dos indivíduos, mas como um canal para a transformação da tecnologia e da ciência. A utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) avança cada vez mais no cotidiano das pessoas, e nesta nova realidade está incluído o uso desta ferramenta na educação. Considerada atualmente como um instrumento de apoio do processo educacional, e

como parte integrante do dia a dia das metodologias educativas, se reconhece que a informática interferiu na forma de estudar e de educar.

Como está em crescente avanço o uso da tecnologia da informação na educação, acredita-se que a informática pode se constituir em uma ferramenta fundamental na aprendizagem do aluno no futuro. Além de servir como ferramenta de trabalho, fazendo parte do cotidiano das pessoas, a informática proporciona relações pessoais entre estas através do uso do computador possibilitando uma nova forma de comunicação. Como qualquer mudança, implica em desafios e oportunidades.

Uma das vantagens da utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação na educação (TIC) é a possibilidade do acesso ao conhecimento, e da maior rapidez com que as informações chegam a um maior número de indivíduos. De acordo com Kenski (2007), o uso das tecnologias da informação e da comunicação na educação consolidou-se por meio de práticas ancoradas em políticas públicas com o propósito de utilizar o computador na educação.

As primeiras iniciativas de informatização na educação que se têm notícia foram na década de 1970, nos Estados Unidos, com o propósito de introduzir o uso do computador nos cursos de formação profissional. Na França, também nos anos de 1970, foram realizadas experiências com o uso das tecnologias da informação nas salas de aula, equipando os liceus e capacitando os professores para a utilização destas ferramentas com o aluno.

Com a invenção dos microcomputadores ocorreu uma revolução no uso da tecnologia no cotidiano das pessoas. Entretanto, existe a necessidade de uma capacitação que possibilite a utilização das novas tecnologias, pois, como refere Delors (2005, p.25), “Na medida em que o saber e a informação dominam cada vez mais todos os setores da atividade humana, a aprendizagem torna-se a chave do progresso”.

Com o desenvolvimento tecnológico acelerado, especialmente os governos perceberam a importância e a necessidade de capacitar as pessoas para o uso das tecnologias. No início dos anos 1980, informatizar as escolas tornou-se prioridade em vários países. Os órgãos mundiais financiadores dos programas educativos apostaram nas possibilidades das tecnologias da informação e comunicação, como o suporte ideal para alcançar as metas educacionais.

Os primeiros programas governamentais foram criados visando à introdução de equipamentos nas escolas tendo por objetivo a sensibilização dos professores e alunos quanto ao uso da informática na educação. As empresas sentiram também a necessidade de adotarem a Tecnologia da informação e comunicação e passaram a explorar esse eixo de mercado, investindo na criação de equipamentos e *softwares* para fins educativos.

Na década de 1990, a rápida expansão da internet no mundo desencadeou um grande estímulo ao uso da tecnologia da informação e comunicação na educação, passando a ser adotado, especialmente neste período, o uso do termo “sociedade da informação”. Este acelerado desenvolvimento tecnológico e científico propiciou modificações drásticas nos processos de produção e provocou mudanças nas sociedades, especialmente a partir da alteração das condições de trabalho, e de modificações em todos os setores da atividade humana.

A partir da década de 1990 teve início o incentivo de uma série de programas governamentais estimulando a inclusão de computadores nas escolas e a criação de cursos para a capacitação de professores com o objetivo de prepará-los para o uso dos recursos tecnológicos na sala de aula. Identificam-se vantagens da inclusão destas tecnologias como recurso pedagógico, especialmente através da informática, pois ela possibilita a realização pesquisas, de produção de textos, de desenhos, de cálculos e de simulação de práticas, entre outros fatores.

Nesse período passa a ocorrer também um maior incentivo à Educação a Distância (EAD) através da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação, financiadas principalmente por programas de governo. Inicialmente utilizadas como um recurso para a superação de deficiências educacionais visando à qualificação de profissionais, seu aperfeiçoamento e atualização na área da educação, posteriormente a EAD passou a ser considerada como a forma de atender as necessidades em massa da população que estava desatendida por falta de condições de acesso à educação.

No que se refere especificamente ao meio rural, se reconhece que, embora existam inúmeros benefícios oriundos dos avanços tecnológicos para a vida destas populações, há que se considerar, também, que este processo não ocorre de forma homogênea e abrangente em todas as localidades. Atualmente ainda são identificadas muitas barreiras no meio rural, tanto no que se refere à condição econômica para a aquisição de equipamentos digitais como em relação à própria conexão via internet, que ainda se constitui como um grande desafio no meio rural.

De acordo com Mueller e Lindner (2013), o meio rural sempre foi considerado um local de rusticidade, atraso, de dificuldades, entre outros atributos negativos que apontavam algumas fragilidades no que se refere à garantia de uma vida confortável neste local. No entanto, esta visão se modificou substancialmente, sendo que não é mais possível se admitir que o campo fique excluído do processo de modernização. A tecnologia da comunicação lentamente torna-se disponível à população que vive no meio rural, embora não esteja totalmente acessível, pois existem muitos pontos do País onde ainda não se dispõe destas tecnologias.

Para proporcionar a qualidade de vida da população rural, impedindo o êxodo rural e reduzindo ou eliminando as desigualdades sociais, incluindo esta população aos benefícios sociais básicos como saúde, educação, transporte e comunicação, uma das estratégias é o aperfeiçoamento dos programas e serviços prestados, através de políticas públicas adequadas e planejadas e de acordo com a realidade e as demandas do local.

Identifica-se a necessidade de haver mudanças de conceitos quanto ao modo de vida no meio rural para que este se torne atrativo para os seus habitantes. Nesse sentido, Viero (2011) salienta que:

Pode-se afirmar que o meio rural já não pode mais ser visto como um local distante e atrasado, difícil de sobreviver pelos que vivem nele e no meio urbano e industrial, mas sim como um ícone de diversidade que está em constante desenvolvimento e aproxima-se cada vez mais do meio urbano. Diante desse contexto, a difusão das TICs, especialmente da internet, a mais revolucionária das tecnologias de comunicação - tornou-se uma necessidade para o meio rural, tanto quanto já era para o urbano, visando atender à demanda por conhecimento e informações atualizadas e constantes (VIERO, 2011, p. 275).

Embora se reconheça a existência de uma valorização do meio rural, constata-se que questões como a infraestrutura ainda representam um problema grave em muitas localidades, principalmente no que se refere ao acesso aos recursos tecnológicos de comunicação e de informação. Para tanto, há necessidade de investimentos financeiros que propiciem a esta população o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, contribuindo para que o meio rural seja considerado com um lugar onde há possibilidades de se viver bem, com qualidade de vida.

É nesse sentido que a contribuição do sociólogo Pierre Bourdieu na discussão sobre educação e desenvolvimento tem grande importância para a análise apresentada nesta tese a partir da investigação das contribuições da Educação à Distância no

processo de formação escolar e profissional de agricultores familiares dos municípios gaúchos de Canguçu e de São Lourenço do Sul.

Conforme já referido na introdução, a produção teórica de Bourdieu tem uma contribuição que transcende em muito a área da educação. Uma primeira questão está relacionada ao tema das condições diferenciadas dos atores segundo sua origem social e familiar e as repercussões dessas condições nas atitudes e comportamentos escolares (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002). Para Bourdieu, portanto, os estudantes não são indivíduos abstratos, que se integram no processo escolar em condições igualitárias. Como o próprio Bourdieu afirma em sua análise sobre “a escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura” e referindo-se à realidade de seu País, a França, durante as décadas de 1960/1970 (BOURDIEU, 1998a), “um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na Universidade que o filho de um assalariado agrícola” (BOURDIEU, 1998a, p. 41).

Já nessa indicação fica claro que para Bourdieu as diferenças em termos de êxito ou de fracasso escolares não estão relacionadas com dons pessoais (constituição biológica e psicológica dos estudantes), mas, fundamentalmente, a sua origem social, que condiciona a situação dos indivíduos diante das exigências escolares. Mas, evidentemente, é preciso compreender os mecanismos através dos quais as diferenças em termos de origens sociais condicionam as trajetórias individuais dos estudantes no sistema escolar. E, nesse sentido, Bourdieu é claro:

[...] Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito (BOURDIEU, 1998a, p. 41-2).

Bourdieu está preocupado em afirmar, contrapondo-se a visões subjetivistas, mas, também, a visões objetivistas, que os indivíduos são atores configurados socialmente (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002). E esse processo social não ocorre de fora para dentro (como decorre de uma análise estruturalista, segundo a qual as experiências subjetivas estão diretamente subordinadas às relações sociais objetivas), pois, para Bourdieu, os indivíduos incorporam, a partir de sua formação inicial (num ambiente social e familiar, correspondente a uma posição na estrutura social),

disposições sociais para ação que estão diretamente relacionadas as posições que ocupam na estrutura social (incorporam habitus) (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

Ao destacar a herança cultural dos indivíduos, Bourdieu não nega a importância dos condicionamentos econômicos, mas destaca que é o “capital cultural” o que mais faz diferença na compreensão das trajetórias individuais nos sistemas escolares. Através desses “acúmulos” culturais (gostos, estilos, valores, estruturas psicológicas, acesso a bens culturais, informações etc.) os indivíduos têm recursos de poder que se equivalem e se destacam em relação a outros recursos (econômicos, por exemplo).

O próprio Bourdieu detalha a noção de capital cultural ao propor que se trata de um capital que pode existir sob três formas: capital cultural incorporado, capital cultural objetivado e capital cultural institucionalizado (BOURDIEU, 1998b). O primeiro implica uma interiorização (processo de socialização) que requer tempo, é parte integrante do indivíduo, vinculado inclusive às singularidades psíquicas e biológicas do mesmo.

[...]. A acumulação de capital cultural exige uma incorporação que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor [...]. Sendo pessoal, o trabalho de aquisição é um trabalho do “sujeito” sobre si mesmo (fala-se em “cultivar-se”). O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da “pessoa”, um “habitus” [...] (BOURDIEU, 1998b, p. 74-5).

O capital cultural objetivado, por sua vez, é materialmente transferível, pois está diretamente relacionado com as capacidades culturais que permitem o uso de bens culturais e/ou econômicos. É um tipo de capital cultural que, segundo Bourdieu, “só existe e subsiste como capital ativo e atuante [...] na condição de ser apropriado pelos agentes e utilizado como arma e objeto das lutas que se travam nos campos da produção cultural [...] e, para além desses, no campo das classes sociais [...]” (BOURDIEU, 1998b, p. 78). A seguinte passagem é esclarecedora:

Assim, os bens culturais podem ser objeto de uma apropriação material, que pressupõe o capital econômico, e de uma apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural. Por consequência, o proprietário dos instrumentos de produção deve encontrar meios para se apropriar do capital incorporado que é a condição da apropriação específica, ou dos serviços dos detentores desse capital. Para possuir máquinas, basta ter capital econômico; para se apropriar delas e utilizá-las de acordo com sua destinação específica [...] é preciso dispor, pessoalmente ou por procuração, de capital incorporado [...] (BOURDIEU, 1998b, p. 77).

Por fim, o capital cultural institucionalizado está relacionado ao capital cultural incorporado sob a forma de títulos, garantidos ou sancionados legalmente. O certificado escolar (um diploma), nesse sentido, é ilustrativo, pois expressa diferentes formas de reconhecimento institucional de capitais culturais incorporados (BOURDIEU, 1998b).

Para Bourdieu, a posse de um capital cultural contribui para explicar diferenças nas formas de inserção dos indivíduos no sistema escolar por que, em primeiro lugar, facilita a aprendizagem dos conteúdos e códigos escolares. Assim, por exemplo, para estudantes, filhos e filhas de agricultores familiares, que participam de uma formação escolar na modalidade de Educação a Distância, ter computadores em casa, saber manuseá-los, ter acesso a Internet, ter conhecimento sobre os usos da Internet pode fazer uma diferença importante no processo de socialização implicado numa formação escolar a distância. Em segundo lugar, a posse de capital cultural pode ser determinante para o próprio conhecimento da estrutura e do funcionamento do sistema de ensino, o que pode diferenciar as estratégias dos indivíduos nas relações que estabelecem com o sistema de ensino, seja para atribuir maior importância a esse ou aquele processo de formação, seja para utilizar as próprias possibilidades que as estruturas de ensino oferecem.

Uma segunda questão central na contribuição de Pierre Bourdieu para a compreensão da relação entre educação e desenvolvimento está relacionada com o próprio “funcionamento” do sistema escolar (e, na sua leitura, contextualizada pelo período em que escreveu sobre, ou seja, década de 1970) e sua função de “conservação social”.

Nessa direção, há de se perceber, em primeiro lugar, que o sistema escolar não é neutro. É não é neutra porque nem transmite um conhecimento “supostamente superior”, nem por que avalia os estudantes “a partir de critérios universais”, nem porque sua constituição atende a objetivos/interesses/visões de mundo consensuais dentro de uma dada estrutura social. Nessa direção, para o caso específico de análise nesta tese, é importante destacar que o Curso de Agricultura foi planejado a partir de diferentes concepções acerca da educação, da educação a distância, da importância da educação para agricultores familiares, da própria agricultura familiar.

A noção de “arbitrário cultural”, desenvolvida por Bourdieu, nesse sentido é esclarecedora. A partir dessa noção Bourdieu destaca que não há uma cultura superior em relação a outras e que os valores que orientam as ações em cada grupo são

arbitrários. Assim, a cultura escolar não é superior em relação à cultura que os estudantes trazem a partir de suas experiências familiares e sociais anteriores; o valor atribuído à cultura escolar, assim, é arbitrário e seu reconhecimento requer um conjunto de condições que a própria escola desenvolve (de reprodução social) (BOURDIEU, 1998a). A seguinte passagem é ilustrativa, ainda que reforce a análise crítica de Bourdieu em relação à função conservadora que a escola francesa ocupava no período em que desenvolveu sua análise:

Mais profundamente, é porque o ensino tradicional se dirige objetivamente àqueles que devem ao seu meio o capital lingüístico e cultural que ele exige objetivamente é que esse ensino pode permitir senão explicitar suas exigências e não se obrigar a dar a todos os meios de satisfazê-las [...]. Assim, tornando-se o exemplo do exame, percebe-se evidentemente que, quanto mais as provas escritas propostas se aproximam de um exercício retórico mais tradicional, mais favorável à exibição de qualidades imponderáveis, tanto no estilo quanto na sintaxe do pensamento ou nos conhecimentos mobilizados, a “dissertatio de omni re scibili” que domina os grandes concursos literários [...] mais elas marcam as diferenças existentes entre os candidatos de diferentes origens sociais. Segundo a mesma lógica, os “herdeiros” são mais favorecidos nos exames orais do que nos escritos, principalmente quando o exame oral se torna explicitamente aquilo que ele sempre é implicitamente, a saber, o que teste das maneiras cultivadas e distintas (BOURDIEU, 1998a, p. 57).

Claro que essa leitura pode levar a uma análise que enfatiza o caráter reprodutor do sistema escolar. E, nesse sentido, há de se considerar as críticas feitas ao próprio Bourdieu (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002). Nessa direção, é preciso que se coloque a própria noção de “arbitrio cultural” como uma questão a ser discutida. Afinal, como se chega à definição de um projeto político-pedagógico? Quais são os “universais” e “necessários” que são nesse processo considerados? Em que medida eles expressam as diferenças (econômicas, culturais, sociais) presentes numa determinada realidade, contextualizada no tempo e no espaço? São questões importantes enquanto questões de análise, não relativizando que os sistemas escolares pressupõem valores, normas, códigos de conduta, formas de construção do conhecimento, expectativas quanto à aprendizagem etc. e que essas amplas e diferentes dimensões do processo escolar são “arbitrários”, no sentido de que resultam de construções sociais.

As questões teóricas que Pierre Bourdieu levanta, nesse sentido, são questões importantes na análise apresentada na presente tese. Questões que se somam a outras tantas, que são analisadas a partir de agora, na construção do presente capítulo, compreendendo, inicialmente, uma reflexão sobre educação e desenvolvimento rural, na

sequência uma abordagem sobre o tema das políticas públicas brasileiras com ênfase na Educação a Distância, para, finalmente, analisar o Programa Rede e-Tec Brasil.

## 2.1 Educação e Desenvolvimento Rural

A concepção de educação com base em Freire (1987) pressupõe que a mesma se constitui como um “agente transformador” que possibilita a interação do homem ao meio estabelecendo relações e provocando modificações. Para Freire (2000), a educação, por si só, não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela ocorrem mudanças. Ou seja, a educação deve possibilitar uma ação transformadora, de pensamentos, de decisões e de atitudes, proporcionando processos de transformação e de desenvolvimento social.

As pessoas são seres culturais em estado contínuo de mutações e influências, pois se compreende que “[...] ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, midiaticizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 39). Devem-se considerar, ainda, os conhecimentos já adquiridos por estes alunos durante suas trajetórias de vida, suas experiências de trabalho e suas tradições.

Saviani (2007) refere que a educação coincide com a origem do homem porque o mesmo precisou aprender a produzir para atender seus objetivos e necessidades de sobrevivência. Nesta perspectiva, Konder (2000) ressalta que a educação e o trabalho estão fortemente relacionados, pois, segundo ele,

Toda sociedade vive porque consome; e para consumir depende da produção. Isto é, do trabalho. Toda a sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo da sua experiência, educação. Não há sociedade sem trabalho e sem educação (KONDER, 2000, p. 112).

O mundo do trabalho, por sua vez, passou por profundas transformações, exigindo um novo perfil de profissional com maior nível de conhecimento técnico e cultural, polivalente, flexível e autônomo em suas atitudes e decisões (ANTUNES, 2015). Nessa perspectiva, Berguer (1999) ressalta que

As mudanças profundas pelas quais vem passando o mundo, nesta segunda metade do século, produziram transformações na prática social e no trabalho. A educação, que por muito tempo as desconheceu, não pode ficar alheia a elas. Por isso verificamos em todo o planeta inquietações, nos meios ligados ao setor educacional, provocando reformas que buscam sua adequação às novas exigências (BERGER, 1999, p.1).

Identifica-se uma relação entre educação e desenvolvimento da qual se observa a realização de investimento em políticas educacionais sob a alegação de que este processo poderá contribuir para alavancar o desenvolvimento das regiões através do acréscimo no nível educacional da população. Este fundamento teórico da existência da relação entre educação e desenvolvimento tem sido utilizado como justificativas dos governos para a implantação das políticas públicas em Educação (BRUNO, 1996).

Observa-se que houve um crescimento dos investimentos aplicados pelo governo Brasileiro em educação especialmente na última década, tendo havido um acréscimo de 205,7%, sendo que, o orçamento que em 2003 era de R\$ 33,3 bilhões aumentou para R\$ 101,86 bilhões em 2013 (MEC, 2013).

A educação é compreendida a partir da Teoria do Capital Humano como um dos fatores que podem promover o desenvolvimento e interferir na distribuição social da renda. No entanto, a partir desta perspectiva as questões relacionadas às desigualdades sociais são esquecidas, e as pessoas que não obtêm esse sucesso educacional são auto-responsabilizadas pelo seu fracasso. Com relação a esta questão, Frigotto evidencia que

O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social (FRIGOTTO, 1993, p.41).

Desta forma, a educação é considerada como um dos fatores que auxilia no desenvolvimento e na distribuição social da renda, sem, no entanto, levar-se em consideração questões relacionadas com as diferenças de classes sociais. Demo (1998) ressalta que a educação é uma importante aliada do conhecimento, sendo considerada como a principal fonte da inovação. A partir desta perspectiva compreende-se que, como a educação está diretamente relacionada com as mudanças sociais e econômicas da sociedade, o desenvolvimento seria proporcionado a partir de mudança sociais resultantes do progresso educacional.

Navarro (2001) salienta que nas últimas cinco décadas o tema desenvolvimento atingiu uma singularidade histórica a ponto de tornar-se o centro do interesse e da atenção nas discussões e debates relacionados com o processo de implantação de programas governamentais, motivando grupos sociais a buscarem ações que promovam o desenvolvimento de sua região. Por outro lado, Sen (2000) refere que o desenvolvimento de uma região deve ser apresentado como a expansão das liberdades

reais que as pessoas desfrutam, contrastando com visões mais restritas, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e aumento da renda *per capita*, da industrialização, e do avanço tecnológico ou modernização. Mas condições de bem-estar social são essencialmente determinadas por saúde, educação e direitos civis a todos os cidadãos.

O desenvolvimento de uma região resulta do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida e do bem-estar de sua população. Sen (2000) considera que os papéis do Estado e do mercado não devem ser excludentes ou antagônicos em um projeto de desenvolvimento, mas devem estimular sinergias entre os mesmos, sendo que, em alguns momentos, um poderá suprir as deficiências do outro.

Como ressaltam Vasconcelos e Garcia (1998), o desenvolvimento de uma região envolve as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Entretanto, a busca de bem-estar e da qualidade de vida para a população demanda um maior envolvimento das pessoas da comunidade nas atividades sociais, em ações políticas, bem como, nos processos econômicos e culturais. Envolve e responsabiliza os atores envolvidos na busca de uma maior participação na luta contra as desigualdades e a marginalização social.

Nas últimas décadas, significativas reflexões e ações têm marcado a educação e gerado reformas no sistema educativo em todas as nações. Tais transformações são baseadas no princípio do direito da educação para todos, na igualdade de condições de acesso e permanência na escola, apregoando-se a democratização da educação. Como afirma Mello (1994)

A educação é convocada, talvez prioritariamente, para expressar uma nova relação entre desenvolvimento e democracia, como um dos fatores que podem contribuir para associar o crescimento econômico à melhoria da qualidade de vida e à consolidação dos valores democráticos (MELLO, 1994, p.31).

Nesse sentido, observa-se que os cursos profissionalizantes seguem orientações para formulação e para apresentação dos planos de cursos técnicos com base na Resolução CNE/CEB 04/99, na qual se deve compreender que:

[...] não apenas a preparação deve ser para técnico numa dada função produtivo, mas para a Área Profissional na qual essa função está inserida. Isso assegura visão de conjunto ao aluno, amplia seus horizontes para além da função técnica que escolheu e lhe oferece possibilidades de futura mobilidade no mundo produtivo [...] (BRASIL, 2001. 7).

O direito a educação faz parte dos direitos sociais do cidadão. No Brasil este direito somente foi reconhecido a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), passando a ser considerado como uma obrigação do Estado. Posteriormente, foram criadas duas leis que asseguram tanto à criança quanto ao adulto, o direito à educação; são elas: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990 (BRASIL, 1990), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996 (BRASIL, 1996).

Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), entre o período de 2001 a 2011 demonstram que os índices de analfabetismo vêm caindo no Brasil nos últimos dez anos. No entanto, estes índices ainda são elevados entre a população com idade superior a 60 anos, que registra 24,8% de analfabetos, sendo praticamente um quarto do total nessa faixa etária, realidade decorrente das dificuldades enfrentadas pelos sujeitos em décadas passadas no que se refere ao acesso à educação<sup>1</sup>.

De acordo com as informações apresentadas pelo IBGE (2010), a proporção de pessoas com 15 anos ou mais que não sabia ler nem escrever diminuiu de 12,1% em 2001 para 8,6% em 2011. Em 2012, 8,8% dos homens nessa faixa etária eram analfabetos. Entre as pessoas de cor preta ou parda, 11,8% não sabiam ler nem escrever, enquanto que entre as de cor branca esse percentual caiu para menos da metade, correspondendo a 5,3%. Na Região Nordeste, do total da população acima de 15 anos, 16,9% é analfabeto. Na Região Norte, o índice chegou a 10,2%, e nas áreas rurais do País a 21,2% (IBGE, 2010).

A tabela 1 apresenta dados do IBGE (2010), da qual se verifica que entre pessoas com 25 anos ou mais há uma proporção pequena da população na região sul que apresenta curso superior concluído. Os dados revelam que existe um número significativo de pessoas nas diferentes regiões Brasileiras que apresentam baixa escolaridade e que, conseqüentemente, tendem a apresentar baixa qualificação, principalmente nas atividades que exigem mais escolaridade. Observa-se que na Região

---

<sup>1</sup> Ressalta-se que há uma legislação para pessoas com idades de 60 anos ou mais que privilegiam a educação como a Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) e o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003).

Sul há uma parcela pequena da população apta a frequentar os cursos subsequentes, pois se identificam baixas taxas de escolaridade sendo que há um percentual equivalente a 48,0% de pessoas que não estudaram ou que abandonaram seus estudos ainda no Ensino Fundamental.

Tabela 1: Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por grandes regiões (Brasil), segundo o sexo e o nível de instrução –2010.

Sexo e nível de instrução.	Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Região				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Sem instrução e fundamental incompleto	49,3	53,6	59,0	43,7	48,0	46,8
Fundamental completo e médio incompleto	14,7	14,0	12,0	15,8	16,0	14,8
Médio completo e superior incompleto	24,6	24,5	21,7	26,4	23,8	25,1
Superior incompleto	24,6	24,5	21,7	26,4	23,8	25,1
Superior completo	11,3	7,6	7,1	13,7	12,1	13,2
Não determinado	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2	0,3

**Fonte:** Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Conforme os dados apresentados na Tabela 1, o percentual de pessoas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto entre a população brasileira com idade de 25 anos ou mais é bastante elevado (IBGE, 2010). Segundo a concepção crítica de Freire (1981, p. 15) “o analfabetismo nem é a ‘chaga’, nem é a ‘erva daninha’ a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta”. Embora se esteja vivenciando a “era da informação e do conhecimento” ainda se identificam dados alarmantes sobre o analfabetismo no Brasil.

Segundo a pesquisa do IBGE (2010) os dados mostram, por exemplo, que, embora no país como um todo a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade tenha se reduzido de 13,63% em 2000 para 9,6% em 2010, ainda chega a 28% nos municípios com até 50 mil habitantes na região nordeste. Além disso, o percentual de analfabetos entre pretos (14,4%) e pardos (13,0%) era, em 2010, quase o triplo dos brancos (5,9%).

No que se refere ao analfabetismo entre os jovens a situação da região nordeste também é preocupante, na medida em que mais de ½ milhão de pessoas de 15 a 24 anos de idade (502.124) declara não saber ler e escrever. Na região do semiárido a taxa de analfabetismo também foi bem mais elevada do que a média obtida para o país, mas teve uma redução de 32,6%, em 2000, para 24,3%, em 2010. Entre os analfabetos residentes nessa região, 65% eram pessoas maiores de 60 anos de idade, (IBGE, 2010, s/p).

Segundo os dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2000, 6,7% da população do Estado do RS era analfabeta. Dez anos depois, este índice foi reduzido para 4,5%, evidenciando uma acentuada e significativa queda. Inclusive, dentro deste percentual, os idosos apresentam a faixa etária que mais se apresenta nesta condição, 13,5% das pessoas com mais de 60 anos é analfabeta no Estado.

O percentual mais elevado de analfabetos do Estado do Rio Grande do Sul é localizado no município de Lagoão, no Vale do Rio Pardo. O analfabetismo atinge 20,1% dos habitantes. Este índice é considerado alto, se confrontado às duas cidades gaúchas com a menor taxa de analfabetismo, Morro Reuther, no Vale dos Sinos, e Feliz, no Vale do Caí, que estão próximos de erradicar este problema, pois possuem apenas 1% da população que não sabe ler e escrever.

Constata-se que as desigualdades nos níveis de formação educacional estão relacionadas também com diferenças de sexo e raça. A taxa de analfabetismo entre brancos, por exemplo, fica em 3,8% da população com 15 ou mais anos, enquanto que representa 8,6% entre os pardos e 16,7% entre os indígenas.

No que se refere aos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul, delimitados geograficamente para este estudo, constatam-se algumas particularidades. No município de Canguçu observou-se um aumento no índice de Desenvolvimento Humano entre o período de 1991 (0,381%) a 2010 (0,650%). No que se refere à taxa de analfabetismo deste município constata-se que o índice entre os homens com idades de 15 anos ou mais é de 10,1%, enquanto que, entre as mulheres, a taxa é de 9,2%, sendo que o índice da população em geral, considerando-se pessoas com 15 anos ou mais de idade, equivale a 9,7%; no que se refere à escolarização obtiveram-se os seguintes dados: num total de 34.749 habitantes com idade acima de 15 anos, 33.066 são alfabetizados e 1.683 não são alfabetizados (IBGE, 2010).

Frigotto (2010, p. 33) ressalta que se compreende a [...] “Educação não como um fator, mas como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais”. Nesse sentido, Luckesi (1989) salienta que a educação sozinha não tem condições de sanear os múltiplos problemas que existem nas sociedades, necessitando estar articulada a outras políticas como a saúde, o saneamento, a renda, entre outras.

Identifica-se que a crescente demanda por profissionais qualificados para lidar com as tecnologias de inovação e gestão também existe no setor agrícola. Concorde-se com a ideia de que a tecnologia colabora com a eficiência do processo produtivo agrícola, sendo importante seu uso na criação de novas variedades, na utilização de corretivos e fertilizantes para o solo, na irrigação e na mecanização agrícola, contribuindo para o incremento da agricultura no País.

Entretanto, o rápido avanço tecnológico que ocorre na atualidade não está totalmente acessível a todos os sujeitos, especialmente aos produtores da agricultura familiar. Por outro lado, compreende-se que, embora nem todos os pequenos agricultores possuam acesso a estas tecnologias, não significa que eles não contribuam para o desenvolvimento das regiões e do país.

Mas há que se reconhecer que a obtenção de conhecimentos técnicos pode tornar o meio rural menos árduo, mais produtivo e menos competitivo para os agricultores, pois, a qualificação possibilita a opção pela escolha e pela aplicação das melhores e de corretas técnicas de produção, contribui para melhorar a produtividade, para reduzir custos e preservar o meio ambiente.

Oliveira (2001) refere que a ideia de se relacionar a educação com o desenvolvimento rural se explica pelo fato de que, desde a década de 1950, identificou-se um baixo desempenho da pequena propriedade e um atraso da agricultura familiar. Visando mudar esta realidade, ocorreu a tentativa de modernização econômica através da industrialização, com avançados recursos tecnológicos. Este fator demandou dos trabalhadores rurais um maior nível de conhecimento, obrigando-os a buscar melhores e maiores quesitos educacionais, principalmente para terem condições culturais de aplicar o gerenciamento de sua propriedade. Stoffel (2013) ressalta a importância do conhecimento, do acesso e do uso de novas tecnologias pelos agricultores, pois, segundo ele,

[...] se, nos anos 1960, o conhecimento já fazia diferença, hoje, é mais importante que agricultores familiares tenham acesso a este recurso. O conhecimento de que se está falando não está restrito àquele conquistado nos bancos escolares, mas também ao obtido em palestras, oportunidades de extensão, eventos, informações disponíveis na internet, por meio de instituições das quais os agricultores façam parte (STOFFEL, 2013, p.53).

O mercado de trabalho demanda atualmente profissionais especializados para atender as propriedades e indústrias do setor, da qual o profissional, para manter-se na atividade, necessita estar sempre atualizado através de cursos e de treinamentos para a sua capacitação. O setor agrícola, por sua vez, também enfrenta constantes desafios relacionados com situações adversas como o clima, além de depender dos preços de mercado e de necessitar uma permanente atualização técnica e acompanhamento das inovações, entre outros elementos. Além disso, a mecanização da agricultura contribuiu para o desemprego no campo, pois as máquinas substituíram em grande parte a mão de obra nas empresas agrícolas, ocasionando um deslocamento destes sujeitos que viviam no campo para as cidades.

Neste cenário, a agricultura familiar sofreu severamente pelo êxodo rural, necessitando de um olhar mais atento às causas e consequências desse fenômeno, que é desencadeado pela migração de muitos moradores para cidades maiores ou, até mesmo, para outros estados, em busca de melhores condições de vida, especialmente do acesso à saúde, à educação e ao trabalho.

Diante desta realidade são necessárias ações que valorizem e reconheçam o pequeno agricultor, incentivando a sua permanência e a qualidade de vida no meio rural. Para tanto, devem ser criadas políticas públicas que possibilitem o acesso dos pequenos agricultores à programas sociais e econômicos que lhes propiciem os recursos para produção e o bem estar das famílias no meio rural, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento das regiões. De acordo com o Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável (IPADES, 2010):

O desenvolvimento regional para um melhor entendimento nada mais é do que o conjunto dos diferentes desenvolvimentos locais, que não é simplesmente o reflexo de um processo de desenvolvimento nacional em uma dada localidade. O que caracteriza o processo de desenvolvimento econômico local é o protagonismo dos atores locais, na formulação de estratégias, na tomada de decisões econômicas e na sua implementação. Trata-se, portanto, de um processo de desenvolvimento econômico que se baseia na autonomia dos agentes locais que, muitas vezes, caminham em oposição ao pensamento dominante (IPADES, 2010, s/p).

As relações e a forma de trabalho interferem na composição familiar das pessoas que vivem no campo, onde as condições de trabalho e renda nem sempre são atrativas para determinados grupos, como a população jovem e a feminina, fazendo com que ocorram problemas como o êxodo rural. Segundo Camarano e Abramovay (1999), o êxodo rural apresentou um caráter de seletividade no meio rural, pois a população migrante passa a se constituir principalmente por jovens e mulheres, que partem em busca de melhores opções de vida.

Na chamada “revolução verde”, com seu auge na década de 1960 a 1970, ocorreu um processo de investimento agrícola que privilegiou incrementos tecnológicos, acessíveis apenas às pessoas de alta renda e poder, ou seja, a um determinado conjunto de agricultores, excluindo os pequenos agricultores familiares. A seletividade do processo de modernização ocorrida na agricultura e as distorções sociais sucedidas provocaram a expulsão de milhares de pequenos agricultores do campo alterando seu modo de vida.

Até a década de 1980, período em que ocorria um expressivo crescimento no agronegócio, aliado ao uso da tecnologia, visualiza-se o contraste da concentração de terras e a pobreza da população do campo, aliada à reduzida qualidade de vida e à destruição dos recursos naturais. As mudanças estruturais ocorridas no setor agrícola não tiveram impactos apenas sobre os processos produtivos, mas também na vida social destes agricultores.

Segundo estudos de Camarano e Abramovay (1999), os dados sobre o êxodo rural brasileiro, a partir dos anos 1950, evidenciam que a cada dez anos um de cada três brasileiros que reside no meio rural preferiu emigrar do campo. Diante dos números apontados, os autores alertam que, no início do século XXI, o esvaziamento social, demográfico e econômico do campo é considerado como uma “fatalidade”.

Ao se analisar a realidade agrícola do País, verifica-se a existência de dois modelos de produção agrícola. O primeiro modelo é constituído pela agricultura familiar, ou com produtores organizados pelo associativismo, prática que fortalece os pequenos produtores rurais. O outro modelo é composto por grandes empresas agrícolas que empregam alta tecnologia, tanto de equipamentos como de profissionais, logo, os cursos profissionalizantes devem atender estas duas demandas de profissionais.

Durante a década de 1990 as demandas rurais voltaram a serem discutidas, superando questões como a produção, a reforma agrária e o êxodo rural, abrangendo, também, questões referentes à agricultura familiar, ao meio ambiente, à sustentabilidade e à qualidade de vida. Conforme referido por Abramovay (1999),

[...] o novo perfil que tende a adquirir a produção agrícola, mais voltada a mercados específicos e segmentada, o meio rural é cada vez menos visto pela sociedade como um espaço estritamente produtivo. Suas funções de preservação ambiental, de criação de um quadro favorável ao lazer, ao contato com a natureza e com um estilo de vida diferente do característico das cidades, são cada vez mais valorizadas (ABRAMOVAY 1999, p.16).

A partir de um estudo relacionado com as propriedades familiares ou não familiares, Veiga (1996) apresenta um comparativo que evidencia uma distinção entre os estabelecimentos considerando-se os dois tipos de produção, conforme consta no Quadro 1. A comparação entre estes dois setores produtivos demonstra as enormes vantagens da agricultura familiar comparativamente às grandes propriedades não familiares, especialmente no que se refere à forma de gestão familiar, que fortalece as relações familiares e contribui para o aumento de benefícios ambientais resultantes das práticas utilizadas por estes agricultores. Os benefícios da agricultura familiar trazem inúmeras influências positivas advindas de seu desenvolvimento, tais como: maiores fontes de biodiversidade, segurança alimentar, preservação da cultura, contenção do êxodo rural. Veiga (1996) também resalta algumas vantagens oriundas da agricultura familiar:

Sob o prisma da sustentabilidade (estabilidade, resiliência e equidade), são muitas as vantagens apresentadas pela organização familiar na produção agropecuária, devido à sua ênfase na diversificação e na maleabilidade de seu processo decisório. A versatilidade da agricultura familiar se opõe à especialização cada vez mais fragmentada da agricultura patronal (VEIGA, 1996, p. 395).

A importância da agricultura familiar pode ser evidenciada especialmente na forma social de trabalho e na produção, que implica num processo de busca de alternativas de desenvolvimento que visam à superação da forma tradicional do padrão agrícola de desenvolvimento trabalhada. A partir do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 as políticas públicas e discussões teóricas sobre desenvolvimento rural passaram a ser disseminadas com bases inteiramente diferentes daquelas da década de 1970.

Quadro 1: Modelos de Agricultura Patronal e Familiar

<b>Modelo patronal (não familiar)</b>	<b>Modelo familiar</b>
Completa separação entre gestão e trabalho.	Trabalho e gestão intimamente relacionados;
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurado pelos proprietários;
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação.
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis;	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida;
Predominância do trabalho assalariado	Trabalho assalariado como complementação;
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões ‘de terreno’ e ‘de momento’;	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo;
Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão de obra;	Tomada de decisões in loco condicionada pelas especificidades do processo produtivo;
Pesada dependência de insumos comprados.	Ênfase no uso de insumos internos.

Fonte: FAO/INCRA (1994, p. 2).

Por outro lado, se reconhece que o fortalecimento da agricultura familiar não depende apenas do reconhecimento do setor, mas, sobretudo, de ações que contribuam para reduzir a sua vulnerabilidade, sendo que, as políticas públicas assumem um papel fundamental para que isso ocorra. A agricultura familiar até a década de 1990 era tratada com descrédito e relegada a um plano secundário pelos governos e pela sociedade.

Na agricultura familiar a sucessão ocorre de pai para filho, geralmente através do ensinamento de um conhecimento empírico, que é fundamental, mas que necessita de maior embasamento científico, assim como ocorrem em outras profissões. Como ressalta Carneiro (1999, p. 4) “[...] a família desempenha a função de agente integrador das relações sociais que se desenvolvem no interior dos estabelecimentos de agricultura familiar. Estes atos vão desde a forma de produção até a comercialização de seus produtos, assim como as relações entre as pessoas pertencentes à família e à comunidade”. Abramovay (1998), ao refletir sobre a sucessão que ocorre entre os membros de uma família a partir da agricultura familiar destaca que

O processo sucessório e a formação da nova geração de agricultores parecem obedecer a uma nova geração de automatismo: a agricultura produz, geram novos agricultores familiares, o processo sucessório das propriedades é estimulado aos filhos, às ligações familiares é muito forte (ABRAMOVAY, 1998, p.35).

Nesse sentido, para que ocorra o fortalecimento da agricultura familiar é necessário acontecer mudanças importantes, como a reforma agrária, a criação de políticas de crédito e de preços, a melhoria de estradas, melhora das condições de armazenamento dos produtos, dentre outros elementos (EHLERS, 1999). Além destes fatores, tem que se pensar também na importância da Educação para os habitantes do meio rural, como um dos elementos que contribui para que haja o desenvolvimento da agricultura familiar com sucesso.

Através da aquisição do conhecimento, o agricultor familiar adquire condições de tornar-se mais competitivo no mercado, ter acesso às novas tecnologias e com isso aprimorar suas técnicas de produção e gerenciamento da sua propriedade, tornando-a lucrativa e competitiva no mercado (EHLERS, 1999). As mudanças ocorridas nos últimos tempos trouxeram diferentes características à agricultura familiar e também proporcionam outras modificações ao local em que estes sujeitos habitam, principalmente quanto à qualidade de vida e à produção de alimentos saudáveis. Ocorreram mudanças de conceitos e práticas, entre elas a necessidade do acesso à educação em todos os níveis de ensino nestas comunidades. Neste sentido, Delors (2005) evidencia que estas mudanças decorrem de vários fatores, tais como:

[...] impacto da tecnologia e das novas ideias sobre a economia, com as modificações correspondentes da natureza, da organização e da divisão do trabalho; transformações demográficas e sociais ligadas ao crescimento populacional e que levam a uma rápida industrialização e urbanização; migrações étnicas e políticas, e, como consequências de todos os fenômenos, ameaças implícitas aos sistemas tradicionais (DELORS, 2005, p.40).

Constata-se que, em geral, os programas de governo na área de educação rural no Brasil são poucos e não oferecem uma educação plenamente apropriada para o campo, de modo a valorizar a cultura, os conhecimentos, as potencialidades e as experiências da população. Além disso, a implantação de programas de Educação a Distância deve integrar as Políticas Públicas como um todo, na qual se privilegiam populações ou sujeitos específicos como os negros, os quilombolas, a população indígena, entre outros. Conforme ressaltado por Belloni (2012)

A educação aberta e a distância aparecem cada vez mais, no contexto das sociedades contemporâneas, como uma modalidade adequada e desejável para atender às novas demandas educacionais decorrentes das mudanças na nova ordem econômica mundial (BELLONI, 2012, p. 1).

O Brasil oferta uma educação que muitas vezes não considera as características regionais e, principalmente, que não está de acordo com a realidade e os costumes da população do campo. Os jovens rurais, para terem acesso aos cursos da área agrícola, em geral necessitam residir nos grandes centros, onde encontram uma realidade diferente da qual vivenciam na zona rural. Muitos destes estudantes, após a conclusão dos estudos, permanecem nas cidades, conseguindo colocações em outros setores, não ligados à atividade agrícola, pois é nas cidades que eles encontram mais opções de educação, trabalho, saúde e lazer.

Os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) evidenciam que nas áreas rurais ainda existe uma população com escolaridade insuficiente para frequentar os cursos a distancia. Esta realidade confirma a necessidade de serem ofertados outros níveis de escolaridade nestas regiões, principalmente o Ensino Fundamental e o Médio, reforçando a importância de investimento dos governos em educação em todos os níveis de ensino. O desenvolvimento depende em grande parte, da educação do homem do campo, pois,

[...] Uma obra de educação rural não pode, portanto, ficar “adstrita” ao ensino técnico nas poucas escolas destinadas ao preparo profissional dos trabalhadores da agricultura (...). É necessário que se invista na educação do homem do campo, aumentando as escolas técnicas e incentivando uma educação no campo e para o campo, (CALAZANS, 1993, p.21).

Nesse sentido, se observa alguns avanços significativos com relação a esta realidade, pois, de acordo com Grisa (2012) especialmente a partir dos anos de 1990 os “pequenos agricultores” ou “agricultores familiares” tornaram-se com maior intensidade público alvo das políticas públicas brasileiras. O enfoque e o tratamento dados ao setor da agricultura familiar sofreram mudanças devido ao reconhecimento de novos conceitos que se contrapõem àqueles atribuídos em décadas passadas, que consideravam o setor atrasado, impróprio e ineficiente.

As políticas públicas voltadas para o setor agrícola passaram a evidenciar a importância socioeconômica, a capacidade produtiva e, acima de tudo, o reconhecimento da contribuição dos agricultores familiares na produção de alimentos e, especialmente, no processo de desenvolvimento do país. Assim, a Educação passou a

ser reconhecida como uma das estratégias necessárias para a promoção do bem-estar no meio rural, tendo se intensificado a criação de políticas públicas que privilegiem o setor agrícola especialmente a partir da Educação a Distância, conforme pode ser evidenciado no item que segue.

## **2.2. Políticas Públicas para a Educação a Distância no Brasil**

Nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos de 1990, a Educação tem recebido destaque entre as políticas públicas brasileiras através de programas governamentais que visam ao desenvolvimento do país, especialmente através da disseminação da ideia da necessidade de sua democratização.

Conforme referido por Teixeira (2002, p. 2), as políticas públicas podem ser definidas como “[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”.

Assim, como ressalta Souza (2006), uma política pública se justifica pelo objetivo de resolver um problema que atinge coletivamente a um grupo, cabendo ao Estado sua formulação e implantação, com a finalidade de atender e atingir o maior número de pessoas possível, especialmente as que mais necessitarem. As Políticas Públicas devem se concretizar através de respostas efetivas do Estado no atendimento das demandas e anseios da população, tanto daquelas pessoas que vivem no meio urbano como no rural.

Nesse sentido, Bandeira (1999) ressalta a importância do envolvimento da comunidade tanto no processo de elaboração de políticas públicas, desde a fase de implantação, como no acompanhamento de todas as suas etapas, cobrando os resultados e a eficácia das políticas implantadas. Aos governantes cabe fazer a manutenção destes programas com a liberação das condições necessárias e recursos para o seu desenvolvimento, devendo ser garantida sua continuidade independente da troca de governo. A falta de participação e de envolvimento da comunidade nos programas governamentais é um dos fatores que pode ocasionar o fracasso destas políticas, motivo pelo qual se torna fundamental a parceria entre a sociedade e o governo através de um processo participativo e democrático, com colaboração e responsabilidade de ambas as partes, pela efetivação, consolidação e continuidade desta política (BANDEIRA, 1999).

Esta posição de destaque que a educação tem recebido lhe atribui um papel importante no processo de desenvolvimento do País, mas, também, lhe confere responsabilidades para com a redução das desigualdades educacionais, decorrentes especialmente de fatores como a desigualdade de renda, de oportunidades e de condições de vida digna para toda a população. Nesse contexto evidencia-se a necessidade de disponibilização da educação para todos os sujeitos não somente no que se refere ao acesso à escolarização, mas, especialmente, quanto à permanência e à conclusão deste processo de formação. Wedemeyer (apud KEEGAN, 1991), ressalta a necessidade de democratização da educação, pois,

[...] a ninguém deve ser negada a oportunidade de aprender, por ser pobre, geograficamente isolado, socialmente marginalizado, doente, institucionalizado ou qualquer outra forma que impeça o seu acesso a uma instituição. Estes são os elementos que supõem o reconhecimento de uma liberdade para decidir se se quer ou não estudar. (CHARLES WEDEMEYER, apud KEEGAN, 1990, p. 48).

Nesse sentido, tem se criado iniciativas que visem à expansão do acesso da população à índices mais altos de alfabetização e de qualificação profissional, especialmente a partir da Educação a Distância. As bases legais para a modalidade de Educação a Distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no D.O.U. de 20/12/05 (que revogou o Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998) com normatização definida na Portaria Ministerial n.º 4.361, de 2004 (que revogou a Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998 ).

A partir da entrada em vigor da LDB, a Educação a Distância (EAD) passou a ser reconhecida como modalidade aplicável ao sistema educacional brasileiro, deixando de ser um simples campo dedicado aos projetos experimentais ou emergenciais que visavam ao atendimento de determinadas demandas como as de jovens e de adultos excluídos do acesso e permanência na escola regular.

O Decreto n.º 2.494/1998, que regulamenta o artigo 80 LDB (BRASIL, 1996, s/p), define EAD como sendo a forma de ensino que

[...] possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação, e expressa a sistematização dessa modalidade de ensino (BRASIL, 1996, s/p).

O Plano Nacional de Educação exigido pela LDB, que passou a vigorar em janeiro de 2001, com a aprovação da Lei 10.172/01, aborda a Educação a Distância e as Tecnologias Educacionais, referindo-se à modalidade de ensino “como um meio auxiliar de indiscutível eficácia” para enfrentar “os déficits educativos e as desigualdades regionais” (BRASIL, 2011, s/p).

Somente em 2006, a partir do Decreto nº 5.800, de 08 de junho, a Educação a Distância recebeu o *status* de um sistema institucional nacional, regulamentado e financiado como política pública de Estado. Através deste, foi instituído o sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil), voltado para o desenvolvimento da Modalidade de Educação a Distância com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e de programas de educação superior no País.

A Educação a Distância atualmente no Brasil é considerada como um sistema organizado e assumido pelas políticas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Ministério da Educação (CAPES/MEC) a partir do Decreto nº 5.800 de 08/06/2006 (BRASIL, 2006). O Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, estabeleceu o reconhecimento no sistema oficial de ensino dos cursos ofertados na modalidade por Instituições credenciadas pelo MEC. Com isso, expandiu-se o processo de produção de cursos em Educação a Distância que, inicialmente, propunha-se a atender interesses e necessidades específicas de formação de professores da Educação Básica e da Educação Superior, mas que, posteriormente, passou a ser utilizado como forma de expandir o sistema educacional em pontos remotos do País através da democratização do ensino.

A Educação a Distância tornou-se a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e de aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos conforme preconizado no Decreto 5.622, de 19.12.2005.

Para Luzzi (2007) a ampliação do número de matrículas e a oferta de cursos que oportunizam a formação permanente do trabalhador, são fatores que colaboram com a função social da Educação à Distância, que é a democratização da Educação.

A definição apresentada por Palloff e Pratt (1999) evidencia que a Educação a Distância, através do uso da internet, representa um novo espaço para que os estudantes

possam explorar o conteúdo dos cursos de forma colaborativa. Na medida em que os estudantes possam trabalhar cada um com seu tempo e no seu espaço, não existe mais a necessidade de uma disponibilidade mútua de um grupo de estudantes para um estudo colaborativo, tampouco existe a necessidade de uma centralização do conhecimento no professor, que passa a ser um facilitador, e não mais um centralizador.

Como peculiaridades fundamentais da Educação a Distância, através de uma compilação do referencial de Palloff e Pratt (1999), Keegan (1990), evidenciam-se os seguintes aspectos:

a) Na Educação a distância ocorre um controle do aprendizado, realizado mais intensamente pelo aluno do que pelo professor;

b) A disponibilidade de uma comunicação de “mão dupla” (*two-way communication*), onde, em geral, existe a possibilidade de interatividade entre o educador e os estudantes;

d) A comunicação entre alunos e professores e tutores é mediada por documentos impressos ou alguma forma de comunicação.

Segundo Landim (1997), Educação a Distância implica no uso da combinação de tecnologias que possibilitem o estudo individual ou em grupo, em locais diversos, por meio de orientação de tutoria a distância e presencial, contando com atividades presenciais quando necessárias, como aulas, grupos de estudos e avaliação.

O quadro 2 apresenta alguns elementos que relatam o processo histórico de implementação da Educação a Distância, relacionando sua evolução ao desenvolvimento de tecnologias, dividindo-a de acordo com os recursos de comunicação da época. Percebe-se que a Educação a Distância não é tão recente, tendo sido utilizada como forma de transmissão de conhecimento há várias décadas, evoluindo conforme a evolução dos meios de comunicação e tendo seu reconhecimento e expansão com o início dos recursos de tecnologia.

A Educação a Distância, anteriormente vista como uma modalidade de ensino secundária, sendo alternativa para situações específicas, representa atualmente uma importante estratégia para realizar mudanças profundas na educação. Principalmente por estar comprovando sua eficiência como modalidade de ensino, podendo popularizar a educação, através da elevação da escolaridade e qualificação profissional.

O surgimento da Educação a Distância ocorreu devido à necessidade da preparação profissional e cultural para pessoas que, por diversos motivos, não possuíam condições de frequentar um estabelecimento de ensino presencial. Esta modalidade está evoluindo ao longo do tempo acompanhando o avanço das tecnologias de informação e comunicação, as quais influenciam o ambiente educativo e a sociedade, impondo as mudanças e transformações.

Quadro 2: A Educação a Distância e as diferentes gerações.

Geração	Início	Características
1 <sup>a</sup>	Até 1970	Estudo por correspondência. A comunicação se dava pelo uso exclusivo de material impresso, geralmente um guia de estudo com exercícios enviados pelo correio.
2 <sup>a</sup>	1970	Surge a Universidade Aberta do Brasil, UAB, com design e implementação sistematizados de cursos a distância, utilizando, além do material impresso, transmissões por televisão aberta e rádio; fitas de áudio e vídeo, com interação aluno-tutor por telefone ou nos centros de atendimento.
3 <sup>a</sup>	1990	Inicia o uso de computadores, com estações de trabalho multimídia e redes de conferência.
4 <sup>a</sup>	2000	O aumento da capacidade de processamento dos computadores e da velocidade das linhas de transmissão interfere na apresentação do conteúdo e das interações. Acesso a bancos de dados e bibliotecas eletrônicas.
5 <sup>a</sup>	2002	Uso de agentes inteligentes, equipamentos wireless e linhas de transmissão eficientes. Organização e reutilização dos conteúdos. Simulação de fenômenos e de resultados.

Fonte: Bertrand (2006, p.4).

Conforme evidenciado por alguns autores, como Mata (2001), o uso dos recursos tecnológicos na Educação é uma realidade, não sendo mais possível se pensar em uma metodologia de aula sem o uso desta ferramenta, pois,

Numa sociedade, onde a automação, a informação e tempo correm velozes, não é possível pensar que os sistemas convencionais de ensino possam responder à formação contínua, face às necessidades dos momentos presente e futuro (MATA 2001, p.80).

Os dados do IBGE (2010) relacionados com o acesso dos brasileiros à internet evidenciam que estes números dobraram no período de 2005 a 2009, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os dados relativos ao ano de 2009 apresentam um crescimento de 112,9% no número de pessoas que afirmaram ter usado a rede mundial de computadores entre meados da década e o ano anterior.

No ano de 2009, conforme a pesquisa (IBGE, 2009), 67,9 milhões de pessoas declararam ter usado a internet, em comparação a 55,9 milhões em 2008 e 31,9 milhões em 2005. Identificou-se que a maior parte dos acessos realizados no período foi feito por mulheres: são 34,6 milhões as usuárias da *web* no Brasil, contra 33,3 milhões de homens, sendo que a faixa etária que mais concentra usuários é a de 30 a 39 anos. O PNAD contabiliza pessoas com 10 anos de idade ou mais que declararam ter usado a internet nos três meses anteriores à pesquisa.

A Educação a Distância propõe-se a desenvolver no educando as múltiplas linguagens, expandindo os espaços educacionais, estimulando as práticas autônomas de aprendizagem e o desenvolvimento permanente do indivíduo. A Educação a Distância propõe-se, através do uso das mídias e das tecnologias, garantir um ensino mais flexível e a formação básica de qualidade num menor espaço de tempo, atendendo uma ampla demanda de cidadãos trabalhadores e aqueles indivíduos que não possuem condições de frequentar um ensino presencial. Esta modalidade também pode ser incorporada como modelo educativo para a formação em outros níveis e modalidades de ensino, promovendo a educação permanente dos cidadãos.

A fragilidade das bases teóricas da Educação a Distância é vista por Desmont Keegan (1991) como consequência do esforço prático em implantar projetos numa lógica de empresa. A indústria tem mostrado que determinadas características, como econômicas e de gestão, têm influência nos modelos de educação, particularmente na Educação a Distância.

As transformações técnico-científicas provocam alterações radicais no panorama econômico, social e cultural, impondo uma revisão nos processos educativos até então existentes. Acredita-se que os recursos tecnológicos têm condições de revolucionar a Educação, respondendo as demandas da atual sociedade, que necessita de profissionalização, possibilitando a estes estudantes, conciliar estudo, trabalho, família e educação. Conforme afirmado por Belloni (2006) a educação a distância possui uma tendência a

[...] se tornar cada vez mais um elemento regular dos sistemas educativos, necessário ou não apenas para atender a demandas e/ou grupos específicos, mas assumindo funções de crescente importância, especialmente no ensino pós-secundário, seja na educação da população adulta, o que inclui o ensino superior regular e toda a grande e variada demanda de formação contínua gerada pela insolência acelerada da tecnologia e do conhecimento (BELLONI, 2006 p. 4-5).

O crescimento da Educação a Distância ocorre por vários motivos, mas especialmente devido à necessidade de atender uma demanda de formação gerada pela sociedade da informação e comunicação, e a necessidade de oferta-la a baixo custo. Acredita-se que a Educação a Distância poderá colaborar para a ampliação da oferta de Educação, ampliando o número de vagas e o acesso à educação. Segundo Pereira *et al.*(2007, p.4) a Educação a Distância é desenvolvida através de

[...] mídias que utilizam o ciberespaço para veicular conteúdo e permitir interação entre os atores do processo educativo. Porém a qualidade do processo educativo depende do envolvimento do aprendiz, da proposta pedagógica, dos materiais veiculados, da estrutura e qualidade de professores, tutores, monitores e equipe técnica, assim como das ferramentas e recursos tecnológicos utilizados no ambiente.

Utilizando os recursos tecnológicos o aluno acessa o conteúdo, desenvolvendo as características necessárias ao estudo, como a autonomia na aprendizagem. Mas é necessário o auxílio de uma equipe capacitada que lhe ofereça suporte para desenvolver este processo de aprendizagem.

A Educação a Distância, segundo a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), deve preparar seus estudantes para o exercício da cidadania e qualificá-los para o mundo do trabalho. Nesse sentido, ressalta-se a importância da instituição garantir por meio de sua equipe multidisciplinar, materiais e práticas pedagógicas que possibilitem a oferta de um ensino de qualidade através de cursos profissionalizantes.

Cada vez mais é reconhecida a possibilidade de aprendizagem em que o aluno e o professor estejam em tempos e espaços diferentes, e que essa interação resulte em conhecimento. Assim, tanto professores quanto alunos estarão motivados para um trabalho de pesquisa e interação, não sendo o aluno um mero espectador, mas construtor da sua aprendizagem. Nesse processo, o papel do professor e do tutor, que são as pessoas responsáveis pelo acompanhamento do aluno, vem sendo repensado, e este cada vez mais se torna um supervisor, um animador, um incentivador dos alunos na busca de aquisição do conhecimento.

A construção do conhecimento, utilizando o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação, através da comunicação digital, acontece com maior agilidade, pois se sustenta na codificação da informação e na comunicação da mensagem por diferentes formas de linguagem. Esta metodologia possibilita adquirir um equilíbrio entre as

necessidades e habilidades individuais e do grupo, de forma presencial e virtual. Nessa perspectiva, é possível avançar rapidamente, trocar experiências, esclarecer dúvidas e inferir resultados.

O futuro aponta para a educação com práticas educativas cada vez mais aliadas às tecnologias da informação. O curso da modalidade presencial poderá utilizar a metodologia da Educação a Distância, como estratégia metodológica, sendo uma parte das atividades dos cursos presenciais realizada virtualmente, intercalando períodos de pesquisa individual com outros de pesquisa e comunicação conjunta.

Há uma grande desigualdade cultural, econômica, de acesso, maturidade, e motivação das pessoas para acolherem as mudanças, principalmente na forma de educar. Alguns estão preparados para a mudança e outros não. É um desafio mudar padrões adquiridos através dos anos dos diversos segmentos das organizações governamentais, dos profissionais e da sociedade.

Esta modalidade não pode ser considerada e aplicada como uma adaptação ou cópia de forma de educação presencial, pois é necessário que sejam analisadas e visualizadas claramente as diferenças. O professor e o tutor, para ministrarem aulas em Educação a Distância, precisam ser capacitados para vencer os desafios impostos pela distância física, geográfica e pela tecnologia e o aluno deve estar disposto ao desafio de adquirir as novas características impostas por esta prática.

Estas questões necessitam ser repensadas para que não se reproduza nos atuais ambientes de Educação a Distância concepções tradicionais das figuras dos alunos e professores do ensino presencial. Na Educação a Distância é imprescindível que ocorra a interação, a comunicação *online*, com os atores interagindo na sala de aula virtual, o espaço educativo da Educação a Distância. Os alunos necessitam desenvolver as características inerentes ao aluno de Educação a Distância. Também no caso em estudo é necessário analisar se estas práticas se aplicam em cursos destinados a área rural que ainda se encontra carente de acesso à tecnologia.

Torna-se necessário que seja revista a postura do professor considerado somente como transmissor de conhecimentos, sendo na Educação a Distância, aquele que, além de transmitir conhecimento, deve também levar à apropriação do conhecimento que se dá na interação, num trabalho de parceria do qual são elaboradas situações pedagógicas que atendam a todas as demandas.

Por conta destas questões a atuação do professor, os conceitos de curso, de aula, sofreram mudanças. Todavia através da Educação a Distância esse tempo e esse espaço tornam-se cada vez mais flexíveis. O professor dispõe de uma aula aliada às tecnologias e com as possibilidades proporcionadas pela aula *online*, onde é possível receber e responder mensagens dos alunos, organizar fóruns de discussão e estimular os debates e pesquisas com textos e páginas da Internet. Esta interação pode ocorrer até mesmo fora do horário específico da aula, no momento em que o aluno estiver disponível.

As ações políticas com vistas ao desenvolvimento buscam envolver e concentrar-se no investimento cultural do homem, especificamente no caso em questão, em educação através de programas, viabilizadas pela parceria do Governo Federal com o Estado ou Município através de suas Instituições Federais de Ensino.

Estas ações de Educação a Distância visam principalmente à ideia de que a escola chegue ao aluno, através de cursos gratuitos, e também de que o mesmo receba material didático impresso para auxílio ao estudo para que, quando não possua tecnologia disponível em sua residência ou em seu local de trabalho, haja uma opção de estudo.

A Educação a Distância apresenta como diferencial a utilização da tecnologia da informação como uma das formas para se atingir os objetivos de disseminação do conhecimento. No contexto atual a Educação a Distância tornou-se um tema importante, pois, principalmente no que se refere à qualificação profissional, a mesma exerce um papel determinante no desenvolvimento social e pessoal dos indivíduos. Conforme referido por Moran (2011, p.55),

[...] a Educação a Distância no Brasil encontra-se em uma fase de mudanças rápidas, crescimento quantitativo forte, em direções diferentes, depois de um período – no ensino formal – de forte regulação e controle. Esta mudança que ocorre de maneira acelerada, impulsionada pelo rápido avanço das tecnologias da comunicação, impulsionou a criação de cursos de Educação a Distância, oportunizando a democratização da educação, deixando esta de ser um privilégio das minorias da população com recursos financeiros ou os que residem nos grandes centros urbanos.

A utilização da modalidade de Educação a Distância, sustentada pelas novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), permite incluir, por meio da oferta de oportunidade de educação da qualidade, um grande número de pessoas que estão distantes dos centros de formações e que estão impossibilitadas de frequentar os

ambientes educativos presenciais. Conforme salientado por Moran (2011) a Educação a Distância,

[...] antes vista como uma modalidade secundária ou especial para situações específicas destaca-se hoje como um caminho estratégico para realizar mudanças profundas na educação como um todo. É uma opção cada vez mais importante para aprender ao longo da vida, para a formação continuada, para a aceleração profissional, para conciliar estudo e trabalho, (MORAN, 2011, p.52).

A Educação a Distância pode ser avaliada como uma das mais democráticas e populares modalidades de educação, mas há que se considerar que, embora ela se utilize de modernas técnicas de comunicação e informação, transpondo obstáculos de tempo e espaço, ainda não está acessível a toda a população.

Uma das ações do Governo Federal no sentido de ofertar educação em regiões carentes de ensino profissional de forma gratuita foi a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia através da Lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008. Segundo o Ministério da Educação (2010), os mesmos foram criados para assumir o papel de catalisadores na transformação da qualidade de vida dos brasileiros. Eles têm a função de contribuir o para o desenvolvimento local, regional ou nacional, contribuindo na produção do conhecimento.

Assim, a implantação do programa de Educação a Distância, por um Instituto Federal, em parceria governo estadual ou Municipal, através da criação de polos onde não havia instituições públicas de ensino, de nível técnico ou superior, contribuiu para que a educação profissionalizante chegasse até locais desprivilegiados e carentes de ensino gratuito. O acesso ao conhecimento técnico possibilitado pelo suporte da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), ofertado através dos polos de apoio presencial, possibilitou que a educação atingisse um maior número de pessoas em diferentes regiões do país.

Ao se analisar as populações que vivem no meio rural, considera-se que a educação a distância pode se uma estratégia importante de acesso destes sujeitos à educação com mais facilidade. Entretanto, para que isso ocorra, é necessário, além da criação de programas em educação específicos, o desenvolvimento de outras ações que garantam de fato o acesso e a formação compatível com a realidade destes sujeitos, de forma a garantir que de fato este processo de formação contribua para o desenvolvimento de suas propriedades rurais.

No próximo item apresenta-se o Sistema Rede e-Tec Brasil.

### **2.3 O Sistema Rede e-Tec Brasil**

Neste item apresentam-se alguns elementos sobre o Programa Rede e-Tec Brasil, que se constitui como uma política de inclusão social através da oferta de educação profissional na modalidade de Educação a Distância. Analisa-se como ocorre a oferta destes cursos por um Instituto Federal de Educação em polos de Educação a Distância, cujo mantenedor é um gestor municipal. Será dada ênfase ao processo de implementação nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul, objetos deste estudo.

A educação profissional tem se convertido em uma meta governamental nas últimas décadas, visando à expansão e à democratização da educação através da oferta de vagas de cursos profissionalizantes. Este propósito de elevação do nível de qualidade do ensino no País é ressaltado a partir do artigo 211 da constituição Federal (BRASIL, 1988), da qual é estabelecido que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios deverão organizar seus sistemas de ensino em regime de colaboração. No inciso primeiro está estabelecido que:

A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória (BRASIL, 1988, p. 81).

A forte competitividade e as novas exigências do mercado de trabalho tornam necessária uma crescente qualificação e atualização dos profissionais na sua área de atuação, o que faz dos cursos técnicos uma opção para os alunos trabalhadores. Parte-se também da constatação de que a Educação a Distância está em expansão, devido às suas possibilidades frente a custos e à transposição de distâncias geográficas, permitindo maior flexibilidade nos processos de ensino-aprendizagem.

A instituição ofertante ou certificadora de um curso técnico deve atender a demanda dos trabalhadores que buscam uma formação profissional e cidadã, detectada com base nas necessidades sociais e culturais da região.

A Rede e-Tec Brasil, instituída pelo Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011, está estruturada no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PNE), garantindo esta expansão através de cursos profissionais de nível médio, para atender

prioritariamente às regiões carentes de educação, bem como, o direito à educação e à escola de qualidade. A Rede e-Tec Brasil é uma das ações nacionais do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PDE) e tem por objetivo a expansão e interiorização da oferta de Educação Profissional e Tecnológica de nível médio na modalidade de Educação a Distância (UFSC, 2012).

Através do Decreto 5.622/05 é formalizada a educação profissional através da oferta de cursos formais de nível médio e técnico, na modalidade a Distância. Desta forma, através do Ministério da Educação (MEC) passa a ser implementada uma política pública que possibilita a oferta destes cursos em instituições de ensino público (SOUZA, 2013).

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), em parceria com a extinta Secretaria de Educação a Distância (SEED), do Ministério da Educação, implantou em 2007, através do Decreto N.º 6.301, de 12 de dezembro de 2007, o Programa e-Tec Brasil, com o objetivo de ofertar cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, na modalidade Educação a Distância. A base legal que apoiou a institucionalização desse programa foi a LDB (Lei n.º 6.364/96) e o Plano Nacional de Educação (Lei n.º 10.172/2001). Com a extinção da SEED conforme o Decreto 7.480, de 16 de maio de 2011, o programa foi alocado na SETEC.

Em outubro de 2011, para alinhar às ações e objetivos do Programa Nacional de Acesso ao Curso Técnico e Emprego (PRONATEC), o programa foi remodelado e passou a ser denominado de Rede e-Tec Brasil (SOUZA, 2013). Este processo impulsionou o aumento significativo da oferta de cursos técnicos profissionais, prosseguindo no objetivo de democratizar o acesso à educação através do investimento no capital humano, visando à inclusão social.

Atualmente o sistema Rede e-Tec Brasil está ligado diretamente à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Mesmo após sua reformulação foi mantido o objetivo de ofertar Cursos Técnicos de nível médio, a distância, além da formação inicial e continuada de trabalhadores, egressos do ensino médio ou da educação de jovens e adultos (EJA).

A oferta de cursos profissionais de nível médio na modalidade de Educação a Distância apresentou dois momentos distintos. No início, em 2007, a gerência do Programa era efetuada pela SEED, sendo que, após sua extinção, sua gerência passou a

ser realizada pela SETEC. No ano de 2011 o Governo Federal instituiu o PRONATEC através da Lei nº 12.513 com a finalidade de: “ampliar a oferta da educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira”.

Conforme dados do MEC (2015), no período de 2011 a 2014 foram matriculados mais de 8 milhões de alunos por meio do PRONATEC. De acordo com o artigo 1º da Lei nº 12.513, parágrafo único, o PRONATEC foi implantado com o seguinte propósito:

I- expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2011, sp).

A Rede e-Tec Brasil contou com a colaboração e a parceria das redes públicas que ofertam educação profissional e tecnológica para cumprir suas finalidades e objetivos socioeducacionais. A adesão de uma instituição à Rede e-Tec Brasil tendo em vista a oferta de cursos pode ser realizada pelos Institutos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pelas unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem que ofertam cursos de educação profissional e tecnológica, e por instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino.

Um polo de Educação a Distância poderá acolher tantas instituições quanto a sua capacidade de infraestrutura apresente condições físicas e suporte adequado aos cursos, seguindo os mesmos moldes de Universidade aberta do Brasil. Caberá ao Estado ou ao município oferecer a infraestrutura física como contrapartida. Em geral, são utilizadas escolas que estejam com sua estrutura física ociosa. Além da manutenção deste ambiente para o funcionamento dos cursos, são requeridos dos gestores os recursos humanos necessários pelo projeto dos cursos que lhes é solicitado, especialmente bibliotecário, vigilante, responsável pela limpeza, profissionais técnicos para a manutenção dos laboratórios, entre outros.

Estes espaços físicos se constituem como Núcleos de Educação a Distância (NEAD) e devem possuir algumas estruturas básicas, tais como: laboratórios de informática, estúdios de gravação/edição de multimídias, além de disponibilizarem os demais recursos educacionais necessários. Também é exigida a atuação, neste ambiente virtual de aprendizagem, de uma equipe de profissionais capacitados para atuar nesta modalidade de ensino, denominada de equipe multidisciplinar, que deve agir desde a gestão dos cursos até a produção de vídeo aulas e material didático, além da equipe coordenadora, docente e de tutoria.

Os Polos de Educação a Distância, autorizados mediante uma avaliação prévia da estrutura física, devem ser adequados para acolher os alunos da Educação a Distância, sendo fundamental disporem de laboratórios de informática com internet e que apresentem capacidade de viabilizar a comunicação *on line* entre o aluno e o seu curso, por meio da equipe que o assessora virtualmente. A equipe efetiva designada pela Rede e-Tec Brasil para atuar no polo presencial é constituída por um coordenador de polo e um tutor presencial.

A definição do Coordenador de polo ocorre de acordo com a Resolução Nº 18, de 16 de junho de 2010 (BRASIL, 2010), que lhe confere as atribuições necessárias para o desempenho de suas funções como bolsista FNDE e representante da Instituição no município polo de Educação a Distância. Para tanto, é exigido que o coordenador do polo de apoio presencial seja “[...] professor da rede pública, graduado e com, no mínimo, 3 (três) anos em magistério na educação básica ou superior [...] valor da bolsa a ser concedida é de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) mensais, enquanto exercer a função”. No que se referem às atribuições do coordenador de Polo o referido documento explicita ainda que o mesmo deve:

[...] exercer as atividades típicas de coordenação do polo; coordenar e acompanhar as atividades dos tutores no polo; acompanhar e gerenciar a entrega dos materiais no polo; gerenciar a infraestrutura do polo; relatar situação do polo ao coordenador do curso; realizar a articulação para o uso das instalações do polo de apoio presencial para o desenvolvimento das atividades de ensino presenciais; realizar a articulação de uso das instalações pelas diversas instituições ofertantes e pelos diferentes cursos ofertados.

Quanto ao tutor, a Resolução nº 10/2010 (BRASIL, 2010) especifica que o profissional deve ser

[...] selecionado pelas IPE vinculadas ao Sistema e-Tec Brasil para o exercício das atividades típicas de tutoria, sendo exigida formação de nível médio e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério. O valor da bolsa a ser concedida é de R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) mensais enquanto exercer a função. Cabe às IPE determinar, nos processos seletivos de tutoria, as atividades a serem desenvolvidas para a execução dos projetos pedagógicos, de acordo com as especificidades das áreas e dos cursos.

Entre as obrigações conferidas ao tutor a Resolução nº 18, de 16 de junho de 2010, explicita que ele deve estar presente no polo para realizar as atividades presenciais conforme o cronograma de atividades, necessita estar presente na instituição de ensino para a realização de atividades *on line*, deve acessar regularmente o AVEA para acompanhamento dos cursistas, além de elaborar relatórios de acompanhamento dos alunos. As figuras do coordenador de polo e do tutor presencial são fundamentais para o andamento dos cursos, pois eles são os representantes da instituição junto aos alunos e os responsáveis pela realização das atividades presenciais e *on line* do curso.

Outros atores figuram na Resolução Nº 18, de 16 de junho de 2010, que servem para o desenvolvimento dos cursos da rede e-Tec Brasil, tais como: Coordenador Geral da Rede e-Tec Brasil, Coordenador Adjunto, Coordenador de Tutoria, Tutor a Distância, Professor pesquisador e Professor Conteudista, que junto com o tutor presencial e o coordenador de Polo são Bolsistas do FNDE para o desenvolvimento do Curso. Outras figuras que são necessárias para atuar no processo de ensino aprendizagem dos alunos são consideradas como contrapartida da instituição ou do município.

O pagamento de bolsas para Coordenadores (Geral, adjunto, de cursos, de polos, de tutoria), para os Professores Pesquisadores e Conteudistas, Tutores Presenciais e Tutores a Distância é realizado diretamente pelo Sistema de Gerenciamento de Bolsas (SGB), cujas normas sobre as orientações e diretrizes para concessão e pagamento estão estabelecidas na Resolução FNDE/CD N.º 36, de 13 de julho de 2009 e Resolução FNDE/CD N.º 18, de 16 de junho de 2010.

A instituição ofertante de um curso pertencente à Rede e-Tec Brasil, para receber o recurso financeiro para desenvolver os cursos, deve anualmente preencher uma planilha de planejamento de despesas para a oferta dos cursos, que é o Plano de Trabalho Anual (PTA), submetido à SETEC e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a liberação dos recursos de custeio dos cursos. A instituição deve apresentar ainda uma planilha de oferta de Cursos e de vagas. É obrigação do

FNDE descentralizar créditos orçamentários para as instituições Federais de ensino, bem como, firmar convênios com outras instituições integrantes da Rede e-Tec Brasil, conforme Decreto nº 7.589/2011, que tiverem seu PTA aprovado pela SETEC.

A Rede e-Tec Brasil prevê a descentralização de recursos para as instituições ofertantes no que tange à execução das seguintes ações: produção e reprodução de material didático; capacitação de professores, coordenadores e tutores em Educação a Distância; acompanhamento da produção do material didático para a educação a Distância; desenvolvimento, manutenção e/ou aquisição de mídias ou de outras tecnologias educacionais; atividades de pesquisa e avaliações, relevantes para o programa.

Observando-se este princípio de descentralização financeira, fica estipulado que o repasse para as instituições está condicionado a algumas exigências, das quais se destaca:

A assistência financeira de que trata esta Resolução será prestada de acordo com os valores assinados no plano de trabalho aprovado pela SETEC, ficando limitada ao montante de recursos consignado na Lei Orçamentária Anual para esse fim, bem como condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros alocados no FNDE ou descentralizados pelo MEC, à adimplência e à habilitação da entidade proponente no exercício [...] De acordo com a disponibilidade orçamentária do FNDE, os recursos serão transferidos às instituições conforme cronograma de desembolso/execução do plano de trabalho, após publicação no Diário Oficial da União do extrato do convênio ou do termo aditivo (BRASIL, 2012, s/p).

Em decorrência deste processo de descentralização de recursos que ocorre anualmente, para atender as normas exigidas para a liberação de gastos e de recursos, muitas vezes é comprometido o período de início dos cursos, a continuidade das turmas em andamento, ou até mesmo as previsões feitas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

Além do recurso do PTA, a Educação a Distância deverá receber anualmente, pela matriz orçamentária da instituição, recursos de custeio para assistência estudantil. Estes recursos são contabilizados na matriz orçamentária geral da instituição ofertante do curso, considerando as matrículas dos alunos em Educação a Distância efetuadas no primeiro semestre do ano anterior.

Para integrar a Rede e-Tec Brasil a instituição de ensino profissional deve formalizar a solicitação junto à SETEC e assinar um Termo de Adesão, conforme

prescreve o decreto de sua criação. As propostas para oferta de cursos são encaminhadas para análise e aprovação, seguindo todas as exigências propostas a um curso técnico, pois um curso de Educação a Distância segue as mesmas exigências de um curso presencial, as cargas horárias mínimas e conteúdos seguem a regulamentação do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

Conforme a Resolução nº 06 da Câmara de Educação Básica do CNE, de 20 de setembro de 2012 (BRASIL, 2012), os Planos Políticos Pedagógicos (PPCs) dos cursos de Educação a Distância devem prever percentuais de horas presenciais para que sejam desenvolvidas as atividades práticas exigidas pelo curso, sendo obrigatório o mínimo de 20% para as atividades presenciais em relação à carga horária total do curso, exceto para os cursos na área de saúde, em que os momentos presenciais devem ser no mínimo 50% da carga horária total.

O estágio curricular obrigatório deve ser previsto no PPC do curso, atentando-se para as regulações dos Conselhos de Classe e legislação de estágio (Lei 11.788/2008 e Resolução CNE/CEB n. 01/2004). Esta exigência existe para que o aluno obtenha o direito ao seu registro e exercício profissional no respectivo Conselho após a conclusão do curso.

A instituição ofertante do curso atualmente pode credenciar os polos de Educação a Distância, após uma avaliação *in loco* dos mesmos por uma comissão designada por portaria institucional, que possibilita seu reconhecimento pelo MEC. Os Polos deverão ter seu funcionamento em escolas municipais ou estaduais, que devem ofertar a estrutura física e de pessoal necessários de modo a constitui-los como elo entre o aluno e a instituição ofertante.

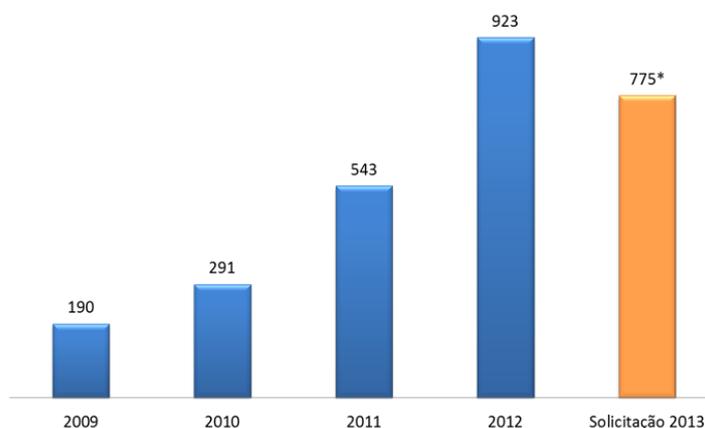
Ressalta-se que esta alteração ocorreu a partir da mudança do sistema para Rede e-Tec Brasil, ocorrido em 2011. Na primeira versão do Programa os Polos eram selecionados e autorizados diretamente pelo MEC, o que ocasionou a aprovação de poucos polos na fase inicial do programa, uma vez que todo processo era gerenciado pelo MEC, que necessitava realizar as avaliações em todo o País.

O polo de Educação a Distância autorizado e aprovado pela instituição tem firmado um Termo de Cooperação Técnica, formalizando, assim, a parceria e a garantia de ações e obrigações das contrapartidas entre ambos, conforme as normas da Rede e-Tec Brasil e FNDE.

A Rede e-Tec Brasil implantou um Sistema de Acompanhamento e Avaliação dos Cursos (SAAS) através de uma avaliação *on line* respondida pelos estudantes, professores, tutores e coordenadores, com o propósito de detectar o andamento e a qualidade dos cursos. O sistema de avaliação e acompanhamento conta com instrumentos que contemplam aspectos referentes às disciplinas, polos e cursos. Foram elaborados formulários com questões específicas para cada tipo de avaliação, o que permite ao MEC e à instituição detectarem falhas no andamento dos cursos e a correção dos problemas encontrados.

Identifica-se, a partir da análise do gráfico 1, que houve uma evolução significativa dos polos na Rede e-Tec Brasil no país, especialmente no ano de 2012, período em que houve um total de 134.121 matrículas, ultrapassando as 72.000 realizadas no ano de 2011 (MEC/SETEC, 2013). Estes dados evidenciam que existe um processo de aceitação e de credibilidade da sociedade para com a Educação a Distância, além da viabilidade de investimentos por parte do governo federal nesta modalidade de educação.

Gráfico 1: Evolução de polos na Rede e-Tec Brasil.

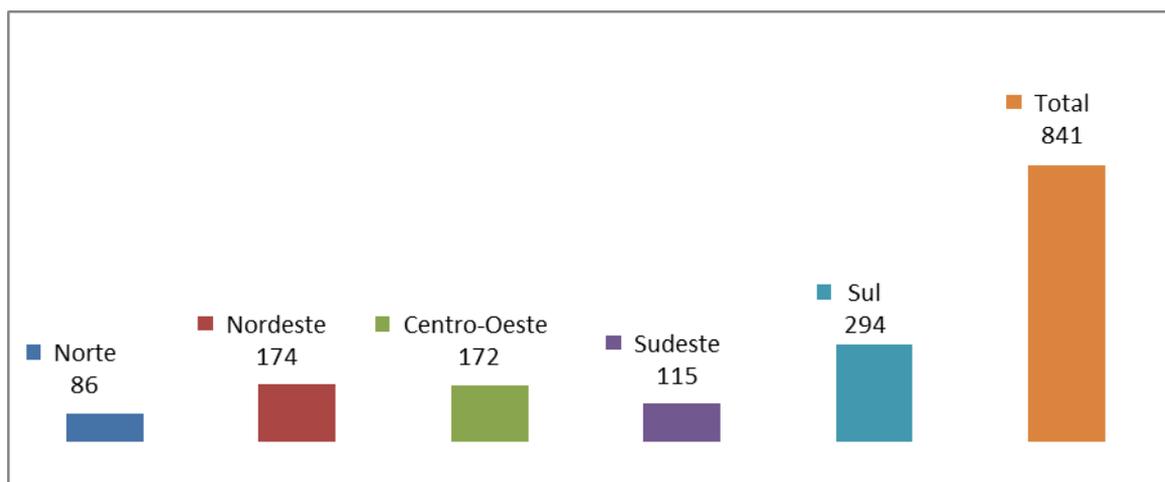


Fonte: Rede e-Tec Brasil-SETEC/MEC (2013, p. 33).

Constata-se que houve um processo de evolução significativo na implementação dos polos da Rede e-Tec Brasil em nível nacional, pois, desde 2009, ano de sua implementação, até o ano de 2012, houve um aumento de 733 polos, conforme pode ser identificado no gráfico 1.

A análise sobre a distribuição dos polos nas regiões do Brasil evidencia que na região sul concentra-se a maior quantidade de polos do país, seguida da região nordeste e centro-oeste. A região norte é a que apresenta o menor número de polos, possuindo a metade dos que existem na região centro-oeste, conforme pode ser observado no gráfico 2.

Gráfico 2: Evolução de polos na rede e-Tec Brasil, por Região do Brasil.



Fonte: MEC/SETEC (2013, p. 11).

No Estado do Rio Grande do Sul existe um total de quatro instituições públicas federais credenciadas para a oferta de cursos da Rede e-Tec Brasil, desde o ano 2009. São elas: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) através do colégio Técnico Industrial (CETISM), Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Federal Sul Rio-grandense e Instituto Federal Farroupilha, conforme se evidencia através do quadro 3.

Quadro 03: Cursos ofertados pelas Instituições Federais no Rio Grande do Sul

UFSM (CETISM)	IF Sul	IF Rio Grande do Sul	IF Farroupilha
Automação Industrial	Biocombustíveis	Informática - Formação de instrutores	Agricultura
Fruticultura	Agroindústria	Técnico em Turismo	Agroindústria
Segurança no trabalho	Administração	Informática para internet	Agronegócios
Informática para Internet	Contabilidade		Alimentos
Cooperativismo			Informática
Fruticultura			Informática para internet
Manutenção e suporte em Informática			Secretariado
			Meio ambiente
			Nutrição e dietética
			Guia de turismo
PROFUNCIONARIO Secretaria escolar Multimeios didáticos Infraestrutura Alimentação escolar	PROFUNCIONARIO Secretaria escolar Multimeios didáticos Infraestrutura Alimentação escolar		PROFUNCIONARIO Secretaria escolar Multimeios didáticos Infraestrutura Alimentação escolar

Fonte: Instituto Federal Farroupilha (2014a); Instituto Federal Sul Rio Grandense (2014); Instituto Federal do Rio Grande do Sul (2014); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Dados organizados pela autora (2015).

Atualmente a UFSM possui um total de 21 polos de Educação a Distância integrantes da Rede e-Tec no estado do Rio Grande do Sul, seguida do IF Sul rio-grandense, que possui 19 polos e IF Rio Grande do Sul, com um total de 12 polos.

Quadro 04: Evolução da abertura de Polos no IF Farroupilha

ANO	POLOS	CURSOS IF FARROUPILHA
Ano 2009	Criação 07 polos compartilhados com outras instituições	2 cursos
Ano de 2010	Criação de 05 polos compartilhados com outras instituições	6 cursos
Ano de 2012	22 polos abertos pelo IF Farroupilha	14 cursos
Ano de 2014	34 polos com cursos em andamento	14 cursos

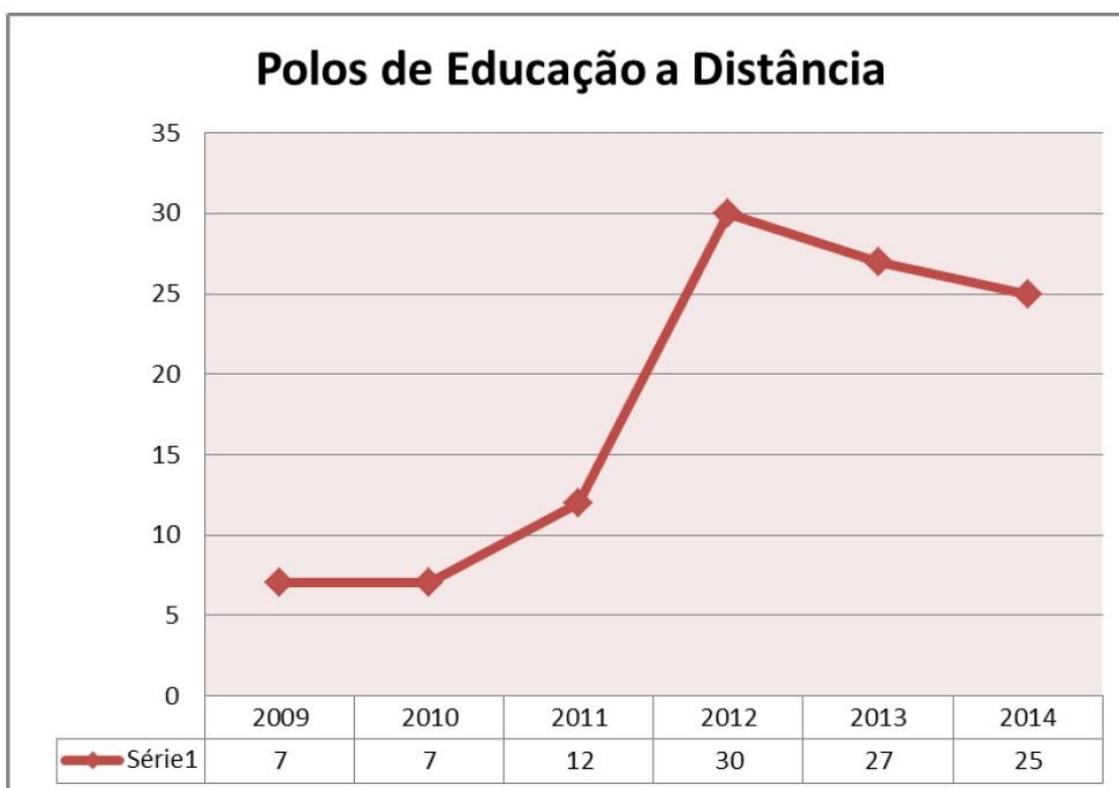
Fonte: Instituto Federal Farroupilha (2014a), Dados organizados pela autora (2015).

Conforme expresso no quadro 4, no ano de 2009 houve a abertura de 7 polos no IF Farroupilha, compartilhados com outras instituições. Com base na normatização de abertura de polos, que segue as regras da UAB, um polo pode ser compartilhado por diferentes instituições, conforme disponibilidade de infraestrutura física.

O IF Farroupilha, desde a sua adesão ao Programa em 2009, apresenta crescente evolução na Educação a Distância. Esta evolução pode ser avaliada pelos dados apresentados da abertura de cursos e polos, conforme pode ser evidenciado através do gráfico 3.

Em 2009 quando iniciou o Programa a a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, aderiu ao mesmo apresentando o projeto de três cursos técnicos, que seria ofertado nos sete polos autorizados pelo MEC no Rio Grande do Sul. Em 2010 com a criação dos Institutos Federais de Educação, esta escola é incorporada ao criado IF Farroupilha e, a partir da criação dos Campus, a Educação a Distância e os polos foram expandidos em todos os Campus do Instituto Federal Farroupilha.

Gráfico 3: Evolução de Polos de Educação a Distância do IF Farroupilha



Fonte: PROEN/Diretoria de Educação a Distância do IF Farroupilha

Fonte : Instituto Federal Farroupilha(2014a).

O gráfico 3 evidencia a crescente evolução do número de vagas e de cursos no IF Farroupilha, desde a adesão ao sistema Rede e-Tec Brasil no ano de 2009. A redução do número de vagas em 2013 ocorreu em consequência da suspensão temporária do

processo seletivo do Campus Alegrete devido ao processo reestruturação de polos e do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC).

Gráfico 04: Vagas Ofertadas pelos IF Farroupilha



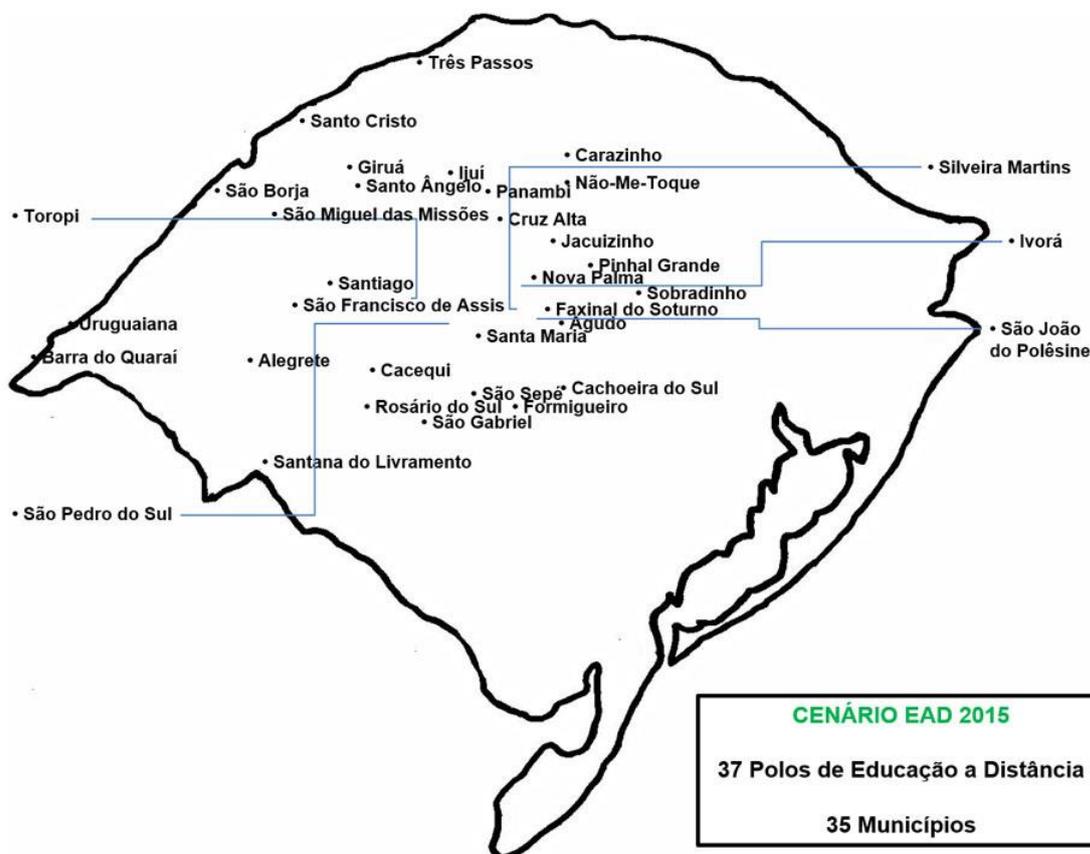
Fonte: PROEN/Diretoria de Educação a Distância do IF Farroupilha

Fonte: Instituto Federal Farroupilha (2014a).

Este processo de reestruturação foi necessário em atendimento às exigências do MEC no sentido de que o PPC seja, de fato, um “o planejamento geral que envolve o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição e do Curso” (MEC, 2009, p. 42). A partir desta compreensão subentende-se que o PPC não pode ser estático, inflexível ou mesmo considerado acabado. Ao contrário, necessita permanente revisão sobre o agir pedagógico, possibilitando sua permanente reconstrução em consonância com as necessidades dos discentes, de sua profissão e de toda sociedade.

No ano de 2015 o IF Farroupilha possui um total de 37 polos de Educação a Distância localizados em 35 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, conforme pode ser observado na Figura 1.

Figura 1: Cenário da Educação a Distância no IF Farroupilha/RS ano 2015



FONTE: Instituto Federal Farroupilha (2014a).

Os avanços tecnológicos no sistema educacional têm incentivado o poder público a desenvolver políticas públicas voltadas para programas de Educação a Distância, como o programa e-Tec Brasil e a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que já se encontram estruturados e consolidados como forma de democratização da educação por programas governamentais em Educação a Distância.

Com o crescente uso da tecnologia da informação e comunicação na educação, e com as vantagens apresentadas pelos cursos em Educação a Distância (EAD), a tendência é de que ocorram algumas mudanças no sistema educacional. A metodologia aplicada na Educação a Distância já demonstra a interferência no ensino presencial, tanto como cursos totalmente a distância ou a metodologia inserida como parte dos cursos, conforme já prevista na sua implantação pela Resolução nº 6 de 20 de setembro

de 2012 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Conforme ressaltado na referida resolução, nos cursos presenciais e a distância devem ser

Respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária total, o plano de curso técnico de nível médio pode prever atividades não presenciais, até 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores (BRASIL, 2012, s/p).

No entanto, para que estas transformações ocorram, é necessário que haja uma reorganização na infraestrutura tecnológica, nas instituições ofertantes e também na capacitação pedagógica dos professores. A Educação a Distância deverá passar a integrar o orçamento da matriz orçamentária da instituição, ter servidores efetivos, concursados especificamente para atuarem nesta modalidade de ensino, com dedicação a estes alunos, e a instituição não depender de recursos financeiros de programas de governo.

Identificam-se muitos avanços oriundos do processo de implementação do Programa em Educação a Distância (e-Tec Brasil), especialmente no que se refere à preocupação do Governo Federal com a criação de uma cultura educacional democrática beneficiando as populações consideradas como “minorias”, entre elas as pessoas que vivem no meio rural.

Entretanto, constata-se que o Projeto Político Pedagógico de curso na modalidade a Distância deve incorporar as reais necessidades das populações das quais se pretende atingir. Deve abranger, além de aspectos pedagógicos, outros elementos relacionados com os recursos humanos e a infraestrutura; a concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; sistemas de Informação e Comunicação; material didático impresso e *on line*; avaliação (dos estudantes, e avaliação institucional); equipe pedagógica e multidisciplinar; coordenação pedagógica e administrativa; sustentabilidade financeira, entre outros.

A rede e-Tec Brasil é um programa de governo atuante desde o ano de 2009 que está consolidada nas instituições de ensino, apresentando um bom desempenho quanto aos seus objetivos. Entretanto, se reconhece que ela apresenta também vários problemas decorrentes da estrutura política do País.

As questões que envolvem a educação são sempre preocupantes, pois afetam o educando e seu aprendizado. Vários pontos precisam ser repensados pelo MEC e pelas Instituições ofertantes dos cursos, principalmente no que se refere à questões de bolsistas, do atraso de recursos, da infraestrutura dos Polos, entre outros elementos que serão abordados a partir da análise que será apresentada neste trabalho.

Outrossim, a dependência a um programa de governo é preocupante, pois, já que a Educação a Distância foi consolidada como modalidade de educação, deveria ser institucionalizada e ter o recurso garantido, o quadro de servidores efetivos, e, especialmente, a garantia de sua continuidade. Nesse sentido, torna-se necessário ainda discutir questões relacionadas com a carga horária nas instituições públicas de educação.

No próximo capítulo aborda-se o desenvolvimento regional e a agricultura na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

### **3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRICULTURA FAMILIAR NA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL**

O presente capítulo tem como objetivo analisar alguns aspectos relacionados ao desenvolvimento da agricultura na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, contextualizando historicamente a região na qual estão situados os dois municípios (Canguçu e São Lourenço do Sul), selecionados para a implantação do Curso de Agricultura, na modalidade a distância, do Instituto Federal Farroupilha.

É importante destacar que a noção de “desenvolvimento” é objeto de controvérsias e que, em especial nas últimas décadas, tem se constituído em pauta de debates, norteados programas governamentais, motivando a luta de grupos sociais interessados nos benefícios das transformações associadas ao desenvolvimento. Para os fins da análise apresentada nesta tese, pressupõe-se que o desenvolvimento é um processo de melhoria, de progresso, de modernidade, mas que, no entanto, não pode ser traduzido como “crescimento econômico”, nem entendido como um fenômeno que ocorre isolado. Como afirmam Vasconcellos e Garcia (1998), o desenvolvimento pode ser resultado do crescimento econômico de um local/de uma região, mas precisa estar acompanhado de melhorias na qualidade de vida das pessoas, ou seja, deve implicar a elevação dos indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, saúde, alimentação, educação e moradia) da população.

Para Navarro (2001), o entendimento sobre o processo do "desenvolvimento rural" apresentou mudanças ao longo do tempo, embora seu objetivo final permaneça o mesmo, relacionado com a melhoria do bem-estar das populações rurais. As diferenças existentes neste conceito relacionam-se às estratégias, às prioridades e à metodologia adotadas. Apenas como exemplo, na década de 1970 o conceito de desenvolvimento rural compreendia a intensificação tecnológica na produção e a utilização de equipamentos e insumos agrícolas pelos produtores, tendo em vista o aumento da produtividade e tendo como objetivo final a elevação da renda econômica dos produtores rurais. As consequências desta busca intensiva e acelerada de desenvolvimento foram o endividamento dos produtores, o êxodo rural e o desgaste dos recursos naturais. Atualmente existe uma preocupação com o desenvolvimento social e sustentável, com a redução dos prejuízos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do trabalhador (NAVARRO, 2001).

A organização e a união da sociedade local em torno de um objetivo comum têm o poder e a força para promover o desenvolvimento de uma região. Esta capacidade de autotransformação econômica e social de uma região é o que se pode denominar de poder social. Esta organização da comunidade local é importante para o desenvolvimento, na medida em que as forças do poder local geram uma sociedade mais justa e democrática.

O desenvolvimento regional depende da união das forças políticas em todas as esferas do interesse da comunidade local, do seu empenho em promover reuniões e ações participativas, na qual o planejamento estratégico deve possibilitar a adoção de ações necessárias para alcançar este objetivo. Assim, a estrutura social e cultural, a composição familiar, a organização do processo produtivo e a forma de conduta da população, são fatores importantes e indispensáveis que condicionam o processo de desenvolvimento, promovendo ou restringindo a dinâmica econômica da região.

Uma região que depende economicamente da agricultura pode ser afetada por fatores externos, próprios e inerentes do setor agrícola, como a alteração não planejada e esperada na produtividade em decorrência de variáveis climáticas e/ou biológicas, riscos associados a alterações de preços (mercado), ou ainda motivos associados a acidentes e imprevistos que afetam à produção agrícola e o bem estar dos agricultores devido aos prejuízos de sua produção. Vários pontos são importantes a considerar sobre o que significa uma região produtiva, começando pelo planejamento e o conhecimento do mercado (NUNES, 2014).

O desenvolvimento de uma região não depende somente de fatores externos, pois, devem ser avaliadas também as características do próprio território, evidenciando suas bases, suas potencialidades e a capacidade de população na perspectiva do desenvolvimento de determinada região. Por outro lado, a responsabilidade pelo desenvolvimento das comunidades não é atribuição somente da sociedade civil, mas é também uma responsabilidade do Estado, sendo necessária a articulação entre esses atores para que ocorra o desenvolvimento territorial.

Para tanto, é preciso conhecimento e autonomia das comunidades para definir suas potencialidades e necessidades. Nesse sentido, a educação assume um papel fundamental na medida em que a capacitação das comunidades locais pode contribuir para que os sujeitos que nelas vivem assumam um papel ativo no processo de

desenvolvimento territorial, cobrando providências das instituições responsáveis, como o Governo Federal, Estado e o Município.

Ressalta-se a importância de se apontar alguns elementos referentes ao processo histórico da colonização do Estado, em especial da Metade Sul do Rio Grande Sul, foco deste estudo. O conhecimento da história de formação de uma região é necessário para compreendê-la, reconhecendo desde a formação colonial até a atualidade.

Os relatos que constam sobre a ocupação do Rio Grande do Sul, evidenciam que esse processo ocorreu somente no início no século XVII, praticamente com dois séculos de atraso em relação à ocupação dos demais estados Brasileiros colonizados pela Coroa Portuguesa. Esta demora em relação ao restante do território pode ter sido influenciada pela distância do Estado Rio-grandense com o restante dos estados do País. Outros motivos do retardamento da povoação foram a grande extensão de terras da colônia a ser explorada pelos descobridores e a existência de barreiras naturais que dificultavam a entrada e colonização do território (NUNES, 2014).

Entretanto, conforme referido por Pesavento (1985), este atraso na ocupação desta região em relação ao restante do País, na época inicial da colonização, ocorreu também pelo fato de não existirem riquezas e comércio de interesse da Coroa Portuguesa no sul do Brasil, pois, na época, o interesse maior estava concentrado nos produtos que não demandassem tantos serviços para a exploração, como o minério e o pau-brasil:

O Rio Grande do Sul integrou-se tardiamente ao restante do Brasil colonial. Foi descoberto no início do séc. XVI, a partir de expedições litorâneas de exploração e comércio de pau-brasil, típicas da fase pré-colonizadora, que chegaram até o litoral do extremo sul do Brasil. Destas viagens, resultaram registros e descrições da costa gaúcha, assim como a generalização do nome Rio Grande de São Pedro para toda a área. Entretanto, a região permaneceu inexplorada por mais de um século, enquanto que no restante da América portuguesa se desenvolviam os engenhos de açúcar. Desvinculado da agricultura colonial de exportação diretamente integrada ao mercado internacional, o Rio Grande do Sul carecia de sentido no contexto do processo de acumulação primitiva de capitais que se verificava nos quadros do Antigo Sistema Colonial. (PESAVENTO, 1985, p.7).

Nunes (2014) refere que há três questões a serem consideradas na avaliação do processo de ocupação e de povoamento do território do Rio Grande do Sul: a) a disputa político-militar entre portugueses e espanhóis pela Colônia do Sacramento; b) o comércio de animais que servia para abastecer de couro, carne e transporte as regiões centrais, os quais eram encontrados em abundância, soltos nos campos do Rio Grande

do Sul; c) o interesse comercial pelos produtos encontrados no Rio Grande do Sul, na qual se visava suprir as necessidades do mercado interno.

A ocupação planejada e executada pela coroa portuguesa iniciava pelas bacias dos rios, com a finalidade estratégica de ocupar e manter a posse do território gaúcho e impedir o contrabando dos rebanhos bovinos existentes na região. Até o século XVIII, o processo de ocupação do Rio Grande do Sul foi determinado por estratégias militares e políticas, em vista da defesa do território, uma vez que não havia neste local riqueza de interesse comercial que interessasse à Coroa Portuguesa. Conforme referido por Marion Filho (1998),

A economia gaúcha surgiu como fornecedora de alimentos e meios de transporte para a região de mineração de Minas Gerais, principalmente no período tido como ciclo do ouro, e, posteriormente, como vendedora de alimentos para escravos na região dos cafezais (MARION FILHO, 1998, p. 30).

As Guerras Guaraníticas no período de 1754 a 1756 ocorreram contra a expulsão dos padres jesuítas e índios, dificultou a instalação das famílias açorianas recém-chegadas ao litoral da Província. Este fator obrigou as famílias açorianas a instalarem-se em outros locais e, assim, foram formados, a oeste do rio Jacuí, a Vila de Rio Pardo, a leste, o núcleo original de Porto Alegre e, entre os portos e ao longo dos rios, foram criadas vilas como Taquari, Triunfo, Guaíba, e Gravataí. Assim, sobreveio o povoamento das terras do Rio Grande do Sul, justificado principalmente pela ocupação da terra para implantar as povoações em locais estratégicos que servissem para a defesa territorial, garantindo a posse da terra e a criação do gado existente para suprir as necessidades deste alimento ao restante do País.

O surgimento dos latifúndios ocorreu, segundo Bosenbecker (2011), com a ocupação das terras para a utilização dos campos nativos e a formação das estâncias para a criação de gado. O surgimento das estâncias de gado também está ligado aos militares que recebiam as terras como recompensa pela vitória nas lutas travadas contra os espanhóis.

As estâncias também serviam de base militar para o combate aos espanhóis ou outro perigo que representasse uma ameaça para a demarcação do território. Segundo Furtado (1995), a exploração da pecuária, no sul do país, consistiu em uma atividade econômica criada para abastecer ao mercado interno, diferente do que ocorria no

restante do continente americano onde sucedia a exploração das riquezas das colônias, de acordo com os interesses das coroas europeias.

A vinda dos primeiros imigrantes foi promovida pela Coroa Portuguesa para estabelecer o domínio português na região, com o povoamento do território. A chegada dos imigrantes açorianos apresentou, como consequência, o surgimento dos povoados e o desenvolvimento e diversificação da atividade agrícola no sul do Brasil. Os primeiros imigrantes que chegaram foram os Açorianos que receberam lotes de terras, localizados próximos às encostas dos morros, na Metade Norte do Estado, devido às terras do sul já estarem ocupadas pelas estâncias. A imigração foi importante, pois através dela ocorreu a povoação de áreas desocupadas e houve uma diversificação na produção de alimentos, além do surgimento da agricultura familiar e dos minifúndios.

Merece destaque, também, a chegada dos imigrantes alemães e italianos, já no século XIX. Como ressalta Pesavento (1997), o processo de povoamento do Rio Grande do Sul apresentou dois momentos distintos: o primeiro, com a chegada da imigração alemã, iniciada em 1824; e o segundo momento com a imigração italiana, a partir de 1875. Esta foi uma iniciativa que ocorreu após a proclamação da República (1822), quando foi constatada a necessidade de povoar o sul do Brasil, considerado até então um “vazio geográfico” suscetível às invasões.

Pesavento (1997) menciona que a chegada dos colonos italianos ocorreu com desvantagem em relação a dos alemães, que chegaram com 50 anos de antecedência, pois os lotes de terras de melhor qualidade destinados à colonização já estavam ocupados pelas estâncias de gado e pelos colonos açorianos. Com o fim da Revolução Farroupilha, os novos imigrantes se fixaram na bacia do Rio Jacuí, e no período de 1850 a 1880 formaram as vilas de Feliz, São Sebastião do Caí, Estrela, Lajeado, Arroio do Meio, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires.

O crescimento econômico do século XVIII e XIX, estimulado pela criação de gado e plantio de trigo, desencadeou também um importante processo de urbanização no Rio Grande do Sul, ocorrendo a criação de cidades como Viamão, Taquari, Rio Pardo, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Caxias do Sul e Porto Alegre. Ao sul do Estado, destaca-se a povoação de Rio Grande, tendo sido a primeira povoação do estado; e a cidade de Pelotas, sede das charqueadas, uma das importantes cidades geradoras da economia agropecuária da época. Cidades como Bagé, São Gabriel e Santa Maria foram originadas de antigos acampamentos militares.

A colonização da região denominada de Metade Sul foi alicerçada em grandes concentrações de terra, com a doação de sesmarias e com a predominância do latifúndio, disso decorrem algumas de suas características que ainda persistiram no decorrer dos anos nesta região. A distribuição das sesmarias pode ser considerada como um processo excludente, visto que somente poderiam receber terras pessoas que fossem brancas e católicas. Apesar disso, as sesmarias apresentaram um aspecto positivo, pois as terras que não fossem utilizadas de modo eficiente eram retomadas pela Coroa Portuguesa. No regime de sesmarias, o agricultor não tinha a propriedade, apenas uma posse temporária, já que esta pertencia ao Estado.

A Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul caracterizou-se por apresentar a concentração populacional esparsa, o charque, a criação de muares e a lavoura de arroz sendo a base de sua economia. O charque era o produto que engrenava a economia da Metade Sul. Por meio desse produto, a região manteve relações comerciais com as demais regiões do país. O charque era produzido nas charqueadas, destacando-se como principais produtores Pelotas e Rio Grande.

O Rio Grande do Sul apresenta duas regiões bem distintas, ao sul do Estado a chamada Metade Sul, onde estão localizados os municípios analisados nesta tese, que se caracteriza, em sua maioria, por grandes propriedades de terra, que utiliza pouca mão de obra, na maioria, zonas de pecuária, e plantio de lavouras, mas também ocorrendo as colônias de assentamento europeu, possuindo pequenas glebas e produzindo para subsistência.

As pequenas propriedades familiares da imigração europeia nesta região, principalmente os de origem alemã e italiana, que receberam do governo pequenas extensões de terra e pouco incentivo, além das enormes dificuldades para desbravar as áreas a eles destinadas, enfrentaram inúmeras dificuldades como a falta de recursos e falta de mão de obra para o trabalho. Contrastam com os grandes latifúndios de terra, de lavouras e pecuária, formadas desde a época de colonização.

A vinda dos colonos de origem europeia, alemã e italiana, pode ser considerada como a introdução das primeiras unidades de produção familiar. A partir do século XIX este processo foi muito importante, uma vez que estes imigrantes conseguiram produzir em pouco tempo o suficiente para o abastecimento alimentar da população interna do País. Através de muito trabalho e esforço, vencendo as dificuldades para sua instalação,

as famílias imigrantes tiveram pouca ajuda do governo, e mesmo assim contribuíram significativamente para o desenvolvimento do Brasil.

A chegada dos açorianos, em 1752, reforçou núcleos já existentes na Região, desde Rio Grande em direção a Porto Alegre, mas não alterou a hegemonia da sociedade do latifúndio. Foi com o novo processo de colonização alemã e, posteriormente, italiana, no início do século XIX, que começou a ser alterado o quadro regional que, até então, era de concentração econômica e populacional no sul do Estado. (CARGNIN, 2014, p. 56)

No processo de povoamento da Região Sul do Brasil houve o surgimento da pequena propriedade, que era explorada pelo colono e por sua família, que enfrentaram dificuldades desde a necessidade de desmatamento das áreas de terras para o cultivo até mesmo em locais íngremes (BERNARDES, 1997). Os colonos utilizavam as queimadas na mata e aplicavam técnicas agrícolas primitivas para abrirem clareiras para o cultivo das lavouras, e também para a construção das moradias das famílias. Quando ocorria o esgotamento do solo e, conseqüentemente, da produtividade agrícola, estes espaços eram deixados em repouso por algum tempo para uma próxima exploração. Nesta época não havia nenhuma preocupação com a preservação do meio ambiente.

Segundo relata Pesavento (1980) os colonos alemães apresentavam algumas características que foram importantes para o processo de colonização, como o forte espírito comunitário existente entre eles; a utilização da mão de obra familiar na produção; a administração das propriedades com autonomia, destinando parte da produção para o consumo familiar e comercializando o excedente da produção. Produziam lavouras de milho, feijão, batata, mandioca e trigo, além da criação suína, da qual obtinham a carne, o toucinho e a banha.

Já os colonos italianos se dedicaram, além da produção para o consumo familiar, à produção de lavouras de milho e de trigo, além de outros produtos, sendo que a introdução do cultivo de uva na região tornou a viticultura a sua principal economia, com capacidade para fornecer o produto para o mercado do centro do país (PESAVENTO, 1980). O vinho atualmente ainda é a base da economia de diversos municípios gaúchos cujas histórias se vinculam à colonização italiana.

Ao final do século XIX e início do XX, as propriedades familiares da Região Sul já apresentavam uma destacada importância para a economia por apresentarem quantidade e diversidade na produção de alimentos para o abastecimento de uma grande parte da alimentação do País. A crise econômica do pequeno produtor ocorreu no Rio

Grande do Sul a partir da década de 1940. A expansão das lavouras, como a cultura do trigo, e do arroz, fez com que ocorressem dificuldades econômicas após um acelerado período de crescimento.

As dificuldades dos pequenos agricultores, além da falta de crédito e incentivo governamental, foram acrescidas à baixa remuneração do trabalho no campo e à introdução da mecanização agrícola, que se estabeleceram como os principais fatores condicionantes do êxodo rural, a partir dos anos 1930. Nas seguintes décadas de 1940 e 1950, a crise foi generalizada atingindo todas as categorias sociais (FRANTZ; SILVA, 2005).

A consequência desta crise na agricultura familiar, decorrente das condições econômicas e da falta de políticas públicas da época, promoveu a saída de muitos agricultores familiares do campo. Entretanto, apesar dos poucos programas de apoio, incentivo e estímulos, a participação da categoria familiar permaneceu sendo representativa até a atualidade.

A constituição das redes sociais da agricultura familiar é amparada em confiança, cooperação e reciprocidade. São estes os fatores que garantem o seu fortalecimento como setor, apesar das adversidades que enfrentam, como os poucos programas de apoio financeiro, as dificuldades para competirem no mercado com seus produtos e as condições de clima.

Fatores como as condições de solos e clima que nem sempre estão adequados para os tipos de cultivo, a distância dos centros consumidores, a carência dos meios de transporte e a existência dos grandes latifúndios condicionaram em certo sentido a pouca diversificação do setor primário, apenas a lavoura conseguiu uma acerta ascensão, principalmente a do arroz, que se tornou o principal produto da região da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

A carência de produtos e a pouca diversificação que caracteriza uma estrutura produtiva baseada na monocultura, como a pecuária e lavoura de arroz, associada à falta de alternativas e incentivos fiscais para os produtores familiares, são fatores que vêm persistindo ao longo do tempo e que foram determinantes para a caracterização da Metade Sul, tanto em termos econômicos e sociais, como políticos. Esta é uma realidade que necessita de ações políticas que promovam a sua mudança.

Conforme Klering (2000), a chamada metade sul do Rio Grande do Sul, em função da produção da lavoura arrojzeira, conseguiu manter sua participação no PIB do Estado. O arroz se tornou a principal receita econômica da Metade Sul, disseminado por toda Região. Mas é importante destacar, também, que na região a pecuária extensiva em grandes propriedades apresenta um domínio ainda nos dias atuais, reflexo de um passado marcado por uma economia capitalista pastoril baseada, inicialmente na extração do couro, do charque e, posteriormente, na comercialização de carne fresca e congelada. Encontram-se também, por exemplo, empreendimentos empresariais de arroz, soja, de pêssego, de vinho e áreas de reflorestamento, assentamentos de reforma agrária e cultivos típicos da agricultura familiar, principalmente o fumo, configurando uma importante tendência de diversificação produtiva.

Nas décadas de 1980 e de 1990, a Metade Sul, assim como o restante do País, também enfrentou uma forte crise econômica. Concomitante a esta crise, observaram-se no setor agrícola processos avançados de degradação ambiental, de êxodo rural e de precariedade das condições de vida da população urbana, das periferias das cidades e do meio rural.

Somente a partir da década de 1990 o governo brasileiro começou a demonstrar uma maior preocupação para com o desenvolvimento do setor da agricultura familiar do País. Uma das primeiras ações governamentais adotadas foi a implantação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e, com ele, a implantação da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Foram instituídas ações públicas importantes, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para o financiamento de projetos individuais ou coletivos, com a finalidade de criar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Em 2003, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), visando ao combate da fome e da pobreza no Brasil e ao fortalecimento dos agricultores familiares. Também foi instituído o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) para regular os preços mínimos para produtos oriundos da agricultura familiar. Através da Lei nº 11.947/2009 a Agricultura Familiar passou a ser responsável pelo fornecimento de gêneros alimentícios para as escolas da Rede Pública de Ensino. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2012).

A agricultura familiar tem sido reconhecida como uma importante e estratégica forma de desenvolvimento social, do trabalho e da produção no meio rural

(CONTERATO, GAZOLA, SCHENEIDER, 2007). Existe um reconhecimento da agricultura familiar, com a adoção de novas propostas e objetivos, considerando-a como uma categoria estratégica para o desenvolvimento rural.

No item seguinte apresenta-se o processo de desenvolvimento regional na Metade Sul do Rio Grande do Sul.

### **3.1 O desenvolvimento regional na Metade Sul do Rio Grande do Sul**

Para compreender o processo de desenvolvimento ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul, é importante ressaltar que seu território geograficamente foi constituído em duas áreas, as chamadas regiões Metade Norte e a Metade Sul. O foco deste estudo será os municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul, localizados na Metade Sul do Estado.

A Mesorregião da Metade Sul é composta por 106 municípios que, em sua maioria, possuem grandes áreas territoriais. Ocupa um total de 153.879 km<sup>2</sup> que corresponde a mais da metade do território gaúcho (CARGNIN, 2014), e apresenta uma população de 2.638.350 habitantes (IBGE 2010, p. 67). Estes municípios abrigam em torno de 25% da população do Estado e respondem por menos de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul. Apresentam uma posição geográfica privilegiada, fazendo fronteira com a Argentina e o Uruguai, além de atingirem uma parte do litoral gaúcho.

A atividade principal dessa região é predominantemente a agropecuária, caracterizando-se pela pecuária e pelo desenvolvimento da orizicultura, fruticultura e silvicultura. Essas atividades são exploradas, em sua maioria, em extensas propriedades rurais, os latifúndios. A Metade Sul se caracteriza pelos baixos índices de densidade demográfica e pelo distanciamento entre as cidades. Em que pese o predomínio da grande propriedade, em alguns municípios da região é também marcante a presença de agricultores familiares, formados principalmente pelos descendentes de imigrantes.

Quanto às condições do solo, a Metade Sul do Rio Grande do Sul caracteriza-se, de modo geral, pela existência de solos com pouca fertilidade, rasos, e com afloramento de rochas. A pecuária extensiva localiza-se nas áreas planas e de relevo suave, nas mais acidentadas, como na Serra do Sudeste, esta atividade é desenvolvida em propriedades menores, caracterizando a pecuária familiar. O arroz irrigado demanda solo fértil, plano e água em abundância, sendo cultivado em grandes extensões de terra.

Segundo Fialho (2005) pesquisas atribuem aos fatores econômicos a situação atual da Metade Sul, entre eles: a) a crise da atividade pecuária extensiva; b) a diminuição da rentabilidade da cultura do arroz; c) a crise do setor agroindustrial; d) a baixa produtividade agrícola e a concorrência no mercado dos produtos agrícolas; e) o despreparo das empresas para competirem com os países do Mercosul.

A região da Metade Sul já foi considerada uma das mais produtivas e desenvolvidas do Estado. As décadas passadas de decadência nesta região, tanto do ponto de vista econômico quanto social, geraram condições para que a região se mobilizasse para a construção de políticas voltadas a para o desenvolvimento. Conforme ressaltado para Cargnin (2014, p. 56),

Atualmente, os projetos apoiados pelo Ministério da Integração na Mesorregião da Metade Sul compreendem os segmentos da agricultura familiar, fruticultura, florestamento, vitivinicultura, agroindústria do leite, sementes agroecológicas e gemas e joias. O projeto de vitivinicultura envolve um segmento que foi agregado à estrutura econômica da Região em um período recente e que vem sendo ampliado gradativamente. Esse projeto, que envolve municípios do centro e oeste da Região, prevê a implantação de um centro regional de vitivinicultura, que deverá ser gerenciado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Esta região demanda ações empreendedoras, pois ainda dependente da exploração da atividade pecuária e da plantação da cultura do arroz irrigado, atividades caracterizadas pela baixa geração de emprego. Muitas atividades como a fruticultura, vitivinicultura, produção de madeira, piscicultura e agricultura familiar foram identificadas com potenciais para o desenvolvimento produtivo e social da região.

As ações e intervenções governamentais de incentivo ao setor primário são pertinentes, além do apoio de instituições de pesquisa, empresariado e instituições de ensino na perspectiva de propiciar o incremento do desenvolvimento da Metade Sul do Estado. É necessário que haja ações combinadas, com sistemas locais de produção e crédito rural mais específico, visando ao desenvolvimento sustentável da região, uma vez que a mesma possui sua economia alicerçada no setor agropecuário.

As políticas públicas voltadas ao desenvolvimento nas regiões contribuem para a sua dinamização e, por conseguinte, para o não agravamento dos problemas sociais e econômicos existentes. Entretanto, um resultado parece evidente: a implantação de políticas com vistas à melhoria da região carece de discussão quanto a sua efetividade no desenvolvimento, à mobilização dos agentes envolvidos, que passaram a discutir

propostas para o desenvolvimento da Metade Sul, até então pautadas pelos tradicionais representantes da classe política.

O próximo item apresenta os municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul no contexto do desenvolvimento na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

### **3.2 Situando os municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul no contexto de desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul**

Os municípios em estudo são provenientes de um processo colonizador considerado bastante relevante, a imigração principalmente, a Pomerânia<sup>2</sup> que trouxe características culturais, sociais e de trabalho para estas duas comunidades, que seguem as tradições e costumes de seu povo e se destacam na metade sul Rio-grandense.

O modo como os imigrantes se estabeleceram e se organizaram entre si e com a sociedade atual traz consigo a herança de povos colonizadores. Segundo Carneiro, (1999, pág. 4):

A família desempenha a função de agente integrador das relações sociais que se desenvolvem no interior dos estabelecimentos de agricultura familiar, estes atos vão desde a produção até a comercialização de seus produtos assim como as relações entre as pessoas pertencentes à comunidade.

A sucessão na administração das propriedades rurais é marcada pela hereditariedade. A terra é o principal ativo e sua transferência ocorre de pais para filhos por herança. Para os imigrantes tanto os de origem alemã, como italiana, a agricultura surgia como a perspectiva mais viável para a sua reprodução social. Os filhos empenhavam-se em reproduzir os papéis de seus pais, garantindo a continuidade do patrimônio. Abramovay (1998, pag. 35), sugere que:

O processo sucessório e a formação da nova geração de agricultores parecem obedecer a uma nova geração de automatismo: a agricultura produz, geram novos agricultores familiares, o processo sucessório das propriedades é estimulado aos filhos, às ligações familiares são muito fortes.

Estes municípios analisados, localizados na serra dos Tapes, oriundos dos processos de colonização do Rio Grande do Sul, cultivam traços marcantes destes povos que lhes deram origem, principalmente quando as atividades econômicas, essencialmente agrícola e familiar. A Serra dos Tapes compreende à região serrana e compreende os municípios de Canguçu, de Pelotas e de São Lourenço do Sul.

---

<sup>2</sup> A Pomerânia foi anexada pela Prússia em 1772, tornando-se sua província. São Lourenço do Sul e Canguçu receberam um grande contingente de imigrantes dessa região.

Através da análise do quadro 5 é possível identificar algumas características principais dos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul. Constata-se que estes dois municípios são, respectivamente, de médio e de pequeno porte. Segundo a classificação do IBGE, o porte dos municípios é obtido através do número de habitantes, sendo considerado um município de pequeno porte o que apresenta 20.001 a 50.000 habitantes e de município de 50.001 a 100.000 habitantes.

Quadro 5: Dados relativos aos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul

Canguçu	São Lourenço do Sul
População Total (2013): 53.599 habitantes	População Total (2013): 43.116 habitantes
Área (2013): 3.525,1 km <sup>2</sup>	Área (2013): 2.036,1 km <sup>2</sup>
Densidade Demográfica (2011): 15,2 hab./km <sup>2</sup>	Densidade Demográfica (2013): 21,2 hab./km <sup>2</sup>
Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010): 9,17 %	Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2012): 5,03 %
PIB per capita (2009): R\$ 12.719	PIB per capita (2012): R\$ 15.549
PIB pm (2012): R\$ mil 680.884	PIB pm (2012): R\$ mil 668.993
Exportações Totais (2007): U\$ FOB 3.047	Exportações Totais (2010): U\$ FOB 52.096

Fonte: FEE (2013). Dados organizados pela autora (2015).

A densidade demográfica de ambos também é considerada mais baixa com relação a do Estado do Rio Grande do Sul, que é 37,96 hab./km<sup>2</sup>, pois Canguçu possui 15,1 hab./km<sup>2</sup> e São Lourenço do Sul um total de 21,2 hab./km<sup>2</sup>. Verifica-se que em Canguçu houve um aumento populacional, ao passo que em São Lourenço, no período de 2000 a 2010 não se identifica a existência de crescimento populacional, chegando a um leve decréscimo. Em Canguçu a população concentra-se, em sua maioria, cerca de 33.576 habitantes, na zona rural, sendo que, em São Lourenço do Sul a maioria está concentrada no meio urbano.

### 3.2.1 O município de Canguçu

Os primitivos habitantes de Canguçu<sup>3</sup> foram os índios Tapes. A colonização portuguesa teve início por volta do ano de 1756, quando ocorreu a distribuição de terras a militares, que se destacaram a serviço da coroa, nas lutas de defesa ao território. No entanto, por quase duas décadas as terras do Rio Grande do Sul permaneceram sob o domínio espanhol, sendo retomadas pelo exército português em 1777. Essa região do Estado teve seu povoamento prejudicado devido à luta dos espanhóis e dos portugueses pelas terras do território do Rio Grande do Sul e do Uruguai, o que dificultou a entrada de açorianos. Por este motivo, após o ano de 1777 foram distribuídas as sesmarias.

As terras de Canguçu representaram um cenário importante nas lutas pelo território Rio-grandense, onde ocorreram batalhas durante a Revolução Farroupilha. Esse processo ocorreu devido a sua localização em um ponto estratégico do Estado que teve grande projeção nestas lutas através de nomes que se destacaram, além do envio de combatentes para as lutas visando à conquista do território.

Canguçu passou a ser considerado um importante caminho dos grupos militares que utilizavam as trilhas primitivas feitas pelos indígenas, servindo de ligação das bases militares portuguesas, em Rio Grande e em Rio Pardo. Outro caminho importante para a Vila do Rio Grande foi a localizada no norte do rio Camaquã, ponto estratégico de comunicação pelos rios por apresentar o nó orográfico, onde existem nascentes e os cursos d'água que desaguam nos rios Piratini e Camaquã e Lagoa dos Patos.

Em torno do abandonado local da Real Feitoria, haviam se condensado alguns moradores que deram origem ao povoado que passou a ser denominada de Canguçu-Velho, após 11 anos, com a criação em 1800 da atual cidade de Canguçu, em invocação a Senhora da Conceição de Canguçu.

O município de Canguçu foi considerado como uma localização importante e estratégica de bloqueio para o caminho de invasão ao Rio Grande. A partir do Forte de

---

<sup>3</sup> CANGUÇU Data de Criação: 28/01/1857, Lei 340. Quem nasce ou mora no município de Canguçu chama-se: CANGUÇUENSE. Da mesma forma que muitos outros, Canguçu tem seu nome de origem indígena. Seguindo o vocabulário, “al-za” significa “cabeça” e “guaçu” é “grande”, sendo “Cabeça Grande”. A causa dessa estranha denominação foi um tipo de onça que havia na região que possuía a cabeça muito grande. Nomes anteriores: Rincão do Tamanduá e Nossa Senhora da Conceição de Canguçu. Município mãe: Piratini. (CHERINI, 2007, p.57).

Cerro Largo (atual Mello) via Herval, Pinheiro Machado, Piratini e Canguçu por via seca, sobre a Coxilha Santo Antônio ou para Rio Grande ou para Rio Pardo, Canguçu representava uma das principais bases militares de Portugal.

A atividade predominante do município nesta época, assim como na região, era a pecuária extensiva, nas grandes estâncias. Havia pouca produção agrícola, a qual se desenvolveu somente após a chegada dos imigrantes que foram trazidos com o objetivo de produzir alimentos agrícolas. Durante a Revolução Farroupilha o município de Canguçu foi produtor de trigo para alimentar a Brigada Liberal do General Neto, processo que cessou quando começou a importação de trigo, vindo de fora, por preço mais barato que o produzido no Rio Grande do Sul.

O município de Canguçu beneficiou-se da proximidade com os municípios de Pelotas e de Rio Grande, considerados como dois grandes centros consumidores e exportadores, comercializando o gado que produziam ou explorando a infraestrutura comercial de apoio aos carreteiros, viajantes e tropas de gado que por ali cruzavam a caminho de Pelotas e Rio Grande. Contava, também, com uma mangueira para encerrar o gado que era levado para a comercialização em Pelotas para as charqueadas.

O município de Canguçu recebeu imigrantes alemães vindos da Pomerânia, com características de linguagem e costumes bem acentuados. Outro contingente de ocupação foi o imigrante italiano. A região também já contava com os descendentes de açorianos, escravos e os índios, sendo formado por diferentes etnias e raças.

O município de Canguçu tem limite ao Norte com os municípios de Encruzilhada do sul, Amaral Ferrador e Cristal, ao Leste com Morro Redondo, Pelotas e São Lourenço do Sul, e ao Oeste com Piratini. Apresenta a sua área geográfica dividida em cinco distritos e 120 localidades (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU/RS, 2015).

Canguçu é considerado o município brasileiro com maior número de minifúndios, sendo chamado da capital nacional da agricultura familiar. O número de imóveis rurais de 0,1 a 50 hectares somam 12.213 unidades, o que representa 92,45% do total dos imóveis rurais do Município (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU/RS, 2015). Conforme dados da Prefeitura Municipal de Canguçu, há atualmente 17.175 produtores rurais com inscrição estadual e um total de 23.700 agricultores familiares entre homens, mulheres e jovens (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU/RS, 2015).

Sua fronteira agrícola tem se expandido com a produção da colônia alemã, que ocupou esta área, sobre áreas outrora voltadas para a pecuária. Tem por diversas vezes ocupado a posição de maior produtor de batata e milho do Rio Grande, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atualmente em Canguçu há um total de 17.584 domicílios ocupados e um crescimento populacional de 3,54% na última década, somando ao todo uma população de 53.268 pessoas, sendo 26.857 homens e 26.411 mulheres (IBGE, 2010). Em Canguçu há 1,02 homens para cada mulher e 0,98 mulheres, dado que evidencia o processo de masculinização da população, ocorrida pela migração das mulheres em busca de emprego e estudo, uma vez que, em geral, são os filhos homens que possuem a sucessão dos empreendimentos familiares.

Existem também outras atividades agrícolas familiares desenvolvidas nas pequenas propriedades, como o cultivo de frutas (pêssego, figo, ameixa, pera, morango, tomate) e de fumo (produção integrada às empresas de tabaco). Outras atividades agrícolas são exploradas, bem como, o cultivo de lavouras de milho, de feijão e a bovinocultura de leite. A produção agrícola é realizada tanto para o auto-consumo familiar como para a comercialização. Carneiro (1999) entende por agricultura familiar um sistema produtivo onde ocorre uma estreita relação entre trabalho, terra e família, o que é característica marcante do município de Canguçu.

### **3.2.2 O município de São Lourenço do Sul**

O município de São Lourenço do Sul<sup>4</sup> faz parte da Microrregião da Lagoa dos Patos, e sua localização é próxima aos limites da Serra dos Tapes. Os primeiros habitantes das terras de São Lourenço do Sul foram os índios Tapes e Tupi-Guarani. Somente no final do século XVIII foi iniciada a colonização luso-açoriana no município, da qual havia um predomínio de criação de gado com a ajuda escrava. Posteriormente, houve a colonização alemã pomerana, devido à necessidade de povoamento do território e da produção de alimentos.

---

<sup>4</sup> Data de Criação: 26/04/1884, Lei 1.449. Quem nasce ou mora no município de São Lourenço do Sul chama-se: LORENCIANO. São Lourenço do Sul vem a ser neto de Rio Grande, um dos quatro municípios iniciais do Rio Grande do Sul. Em 1830, Pelotas foi desmembrado de Rio Grande. O início do povoamento da sede foi em 1858. O nome escolhido é uma homenagem ao Santo Padroeiro e também faz parte do município de Pelotas. Inicialmente a sede foi em Boqueirão, depois em São João da Reserva e, sendo elevado à vila, em 1890, São Lourenço. Com o crescimento dessa vila, passou à categoria de cidade em 31 de março de 1938. Posteriormente, sem abandonar a invocação inicial, o nome foi alterado para São Lourenço do Sul. Boqueirão, que fora sede do município, hoje é distrito do mesmo. Nomes anteriores: Colônia São Lourenço e São Lourenço. Município mãe: Pelotas. (CHERINI, 2007, p. 80).

Com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, o Governo Imperial passou a vender as terras para iniciativas de colonização. Ocorreu, em São Lourenço do Sul, uma iniciativa de colonização privada organizada por Jacob Rheingantz que fundou a Colônia de São Lourenço em 1858. Os imigrantes alemães (88 pessoas, das quais a maior parte da Pomerânia – Prússia Setentrional), que recebiam glebas de terra de 24 hectares por família, dedicaram-se inicialmente à produção diversificada de alimentos (como milho, feijão, batata, suínos e galinhas).

Outros imigrantes europeus estabeleceram-se em menor número em São Lourenço do Sul, entre eles italianos, árabes, judeus e libaneses. Outras etnias se estabeleceram no município no século XX, dentre eles descendentes de poloneses, palestinos, franceses, espanhóis, húngaros e japoneses.

Nas terras de São Lourenço do Sul ocorreram muitas batalhas durante a Revolução Farroupilha, tendo sido palco de importantes passagens da história sobre a formação do Estado. Este local serviu de refúgio para Giuseppe Garibaldi e também como quartel-general por Bento Gonçalves durante as batalhas contra o Exército Imperial.

A Lagoa dos Patos foi considerada como um dos mais importantes portos de veleiros mercantes do sul do Brasil, servindo para a esquadra comandada por Giuseppe Garibaldi. E também contribuindo para o progresso da colônia de São Lourenço, que foi grande produtora de batata durante o século XIX e parte do século XX. Este porto contribuiu para o desenvolvimento da colônia, transformando-a, na época, em uma potência agrícola, sendo um dos primeiros a produzir batata na região (COSTA, 1984).

A agricultura familiar deste município é diversificada, dedica-se principalmente ao cultivo de fumo, milho e à produção de leite, feijão, batata inglesa, batata doce, amendoim, cebola, alho, entre outras culturas. Os agricultores dedicam-se ao cultivo de diversos produtos agrícolas, entre eles a fruticultura para as indústrias de conservas da região.

Entretanto, a falta de mercado e de incentivo à produção pelo governo obrigaram os produtores a buscarem alternativas de produção e renda, ingressando no sistema integrado especializado de produção do fumo. A partir das décadas de 1980 e 1990 ocorreu na região a expansão da cultura do fumo, tornando-se a principal fonte de renda dos pequenos agricultores e do município, transformando não apenas o sistema

produtivo, mas a organização do trabalho e o modo de vida dessas famílias rurais (SCHWARTZ, 2008). Em 2010, São Lourenço do Sul produziu 14.875 toneladas de fumo, ficando o município como o terceiro produtor de fumo do Rio Grande do Sul (IBGE, 2012).

Atualmente são desenvolvidas diversas atividades econômicas, entre elas a exploração do turismo local, com o Caminho Pomerano,<sup>5</sup> que foi estabelecido em 2006 e agrupa seis propriedades rurais, onde aspectos da história e da cultura são apresentados aos turistas. A visita ocorre a partir da narração de práticas e costumes tradicionais deste povo, e também com a comercialização de produtos típicos dos colonos, além de refeições coloniais nas propriedades visitadas.

Destaca-se a produção agroindustrial com produtos derivados do leite, como ricota, iogurte, manteiga, e outros como doces,ucas e bolachas. A introdução de atividades não agrícolas no espaço rural tornou-se importante, possibilitando a diversificação, bem como, outras fontes de rendas às famílias. Esta atividade busca a valorização do patrimônio material e cultural. Dessa forma, a combinação das atividades agropecuárias, com as da agroindústria e do turismo consolida a presença de pluriatividade nas propriedades (SPINDLER, 2013).

A exploração do Turismo Rural no município de São Lourenço do Sul, realizado através da organização do Caminho Pomerano, permite aos turistas, além do contato com o espaço rural, uma aproximação com as referências histórico-culturais dos descendentes de imigrantes pomeranos, o que possibilita o conhecimento sobre a história da província da Pomerânia, a chegada destes imigrantes, seus hábitos e costumes, bem como, a degustação e a aquisição de produtos agroindústrias e artesanais das propriedades visitadas.

O Turismo no município é explorado principalmente nas praias de areia de São Lourenço do Sul, que são de água doce, à beira da Lagoa dos Patos. A exploração do turismo é uma alternativa para o desenvolvimento deste município, mas é necessário todo um planejamento estratégico local para o bom desempenho e sucesso desta alternativa, que está diretamente ligada aos recursos humanos e ambientais do local.

---

<sup>5</sup>Caminho pomerano Criado e implantado entre 2005 e 2007, o roteiro conta atualmente com seis pontos com animação turística, quatro pontos a observar e sem animação turística, uma propriedade colaborativa, além de quatro pontos de visitação opcionais. Entre as atividades propostas pelas propriedades estão alimentação, apresentações sobre modos de fazer, contato com animais, degustações, exposições de objetos, vestuário, móveis e utensílios antigos, histórias sobre os imigrantes pomeranos e varejo com produtos locais. (SPINDLER, 2013. p.1).

A proximidade de centros como Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, favorece a comercialização dos produtos da região. O município de São Lourenço do Sul está localizado há 65 quilômetros de Pelotas e há 198 quilômetros de Porto Alegre.

O próximo item apresenta o desenvolvimento rural e a agricultura familiar nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul.

### **3.3 Desenvolvimento rural e agricultura familiar nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul**

O atual cenário no meio rural familiar demonstra extraordinárias transformações que dirigem para novos papéis conferidos à agricultura familiar nestas últimas décadas. Vista como segmento estratégico para a produção de alimentos, a agricultura familiar também é considerada como uma alternativa à dinâmica do desenvolvimento rural.

A agricultura familiar tem sido reconhecida como uma forma social de trabalho e de produção que promove o desenvolvimento rural, pois implica num processo econômico alternativo, ao tradicional padrão agrícola de desenvolvimento.

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação (WANDERLEY, 2001, p. 21).

Como refere Abramovay (1992) a agricultura familiar não é considerada somente como responsável por grande parte do abastecimento de alimentos do país, mas também, representa uma opção estratégica para se chegar ao desenvolvimento. A agricultura familiar seria o setor estratégico utilizado para que seja promovido o desenvolvimento e a equidade social de uma comunidade. As mudanças ocorridas no setor agrícola e no desenvolvimento agrário nos últimos tempos trouxeram outras particularidades à agricultura familiar, além de possibilitarem outras características aos locais onde ela se desenvolve.

A agricultura familiar e a pecuária são consideradas as atividades que propiciam o desenvolvimento agrícola dos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul. O clima temperado da Serra, associado ao tipo de solo, favoreceram a produção diversificada de alimentos vegetais, principalmente a fruticultura, com destaque à produção de pêssego, que possibilitou o desenvolvimento industrial da região, a partir da década de 1960.

Com a instalação de indústrias, principalmente na cidade de Pelotas, que passaram a orientar o plantio, financiar insumos e equipamentos e, em contrapartida, comprar toda a safra para realizar o processamento industrial do produto, ocorreram mudanças na estrutura da agricultura familiar, reduzindo o produtor a mero fornecedor de matéria prima e comprador de produtos industriais. Nestes municípios, o processo de integração entre o produtor e a indústria está representado, particularmente, pela produção de fumo, pêssego e leite.

Desenvolve-se na região o fenômeno da pluriatividade, que ocorre quando os componentes de uma unidade familiar combinam atividades agrícolas e não agrícolas, com o objetivo de obtenção de renda, que tanto pode desenvolver-se dentro quanto fora da propriedade rural. Pode ser a contratação para a prestação de serviços a empresas ou a outros agricultores, ou atividades produtivas, como as agroindústrias familiares, e o turismo rural.

O leite, nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul, também apresenta uma produção relevante, sendo que eles se encontram entre os municípios com maior produção no Estado. Segundo dados IBGE (2012) há uma produção de 24.705 mil litros em Canguçu e 36.000 mil litros em São Lourenço do Sul.

O fato de os agricultores familiares terem sofrido influências devido ao processo de industrialização não significa que eles não possuam autonomia sobre o processo produtivo, embora de forma parcial. Mesmo seguindo os parâmetros da produção moderna e capitalizada, não foi eliminada sua capacidade, pois eles dispõem dos meios de produção, segundo a tradição de funcionamento das unidades familiares, principalmente quanto à manutenção da produção de alimentos para o autoconsumo.

Embora a produção dos agricultores para o consumo não gere rendimentos monetários diretos, representa uma fonte de renda, pois possibilita a redução das despesas decorrentes da compra de alimentos. Nesse sentido, constata-se que a produção para o autoconsumo fortalece a autonomia dos agricultores familiares.

Entretanto, continuou expressiva a produção diversificada de outros alimentos como o feijão, o milho, e a batata inglesa, típicos produtos para autoconsumo familiar. Da mesma forma, houve a continuidade da produção do milho e a criação de suínos, para consumo da carne e derivados. O milho é produzido, tanto para a alimentação dos animais, quanto para a alimentação humana.

No sul do país encontram-se os maiores produtores de tabaco, com 710 mil toneladas safra 2011/2012 (AFUBRA, 2015). São Lourenço do Sul e Canguçu têm no fumo a mola propulsora da economia. Canguçu possui o maior número de minifúndios do Brasil, com 14 mil propriedades rurais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Segundo a AFUBRA, a cultura do fumo é responsável por um acréscimo de cerca de R\$ 100 milhões na economia municipal.

O processo de modernização na agricultura interferiu nas formas de produzir e, conseqüentemente, nos hábitos alimentares. A ligação com o mercado foi acentuada e então a produção para o autoconsumo ficou, em muitos casos, relegada a um segundo plano. Também, a aproximação com o espaço urbano influenciou o modo de vida dos agricultores, especialmente através da inserção de alimentos industrializados na alimentação das famílias rurais.

No próximo capítulo apresenta-se o Curso Técnico em Agricultura na modalidade a Distância e suas implicações para a formação de jovens agricultores nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul.

#### **4 O CURSO TÉCNICO A DISTÂNCIA EM AGRICULTURA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE AGRICULTORES E PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NOS MUNICÍPIOS DE CANGUÇU E DE SÃO LOURENÇO DO SUL**

Neste capítulo apresenta-se a análise do Curso Técnico a Distância em Agricultura nos Polos de Canguçu e São Lourenço do Sul, RS, da qual se procurou responder ao seguinte problema de pesquisa: *Quais as implicações do Curso Técnico em Agricultura, integrante do Programa e-Tec Brasil, para a formação de agricultores e para o desenvolvimento da agricultura nos municípios de São Lourenço do Sul e de Canguçu?*

Este estudo possui uma abordagem metodológica sustentada no método materialista histórico, da qual foram consideradas algumas categorias centrais: a *totalidade*, a *historicidade*, a *práxis*, e a *contradição*. Captar a realidade a partir de sua *totalidade* implica não a apreensão de todos os fatos, “mas um conjunto amplo de relações, particularidades e detalhes que são captados numa totalidade que é sempre uma totalidade de totalidades” (MASSON, 2012, p. 4); a *historicidade* indica que a realidade não é abstrata, mas está situada no tempo e no espaço, é constituinte e constituída por relações que são históricas; a *práxis* “representa a atividade livre, criativa, por meio da qual é possível transformar o mundo e a si mesmo” (MASSON, 2012, p. 4); e a *contradição* é expressão e, ao mesmo tempo, promove o movimento da realidade que permite a sua própria transformação (“o ser e o pensar modificam-se na sua trajetória histórica movidos pela contradição, pois a presença de aspectos e tendências contrários contribui para que a realidade passe de um estado qualitativo a outro”) (MASSON, 2012, p. 4-5).

O levantamento de dados secundários ocorreu através de pesquisa em documentos e sites que possibilitaram a identificação dos cursos a distância no Rio Grande do Sul, a partir do Instituto Farroupilha (Instituição responsável, na ocasião da realização da pesquisa, pelos Polos de Canguçu e de São Lourenço do Sul), sobre a implantação do Curso em Agricultura nos referidos Polos, e sobre o Projeto Político-Pedagógico do Curso em Agricultura. Outrossim, foram pesquisados dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000; 2010) relativos à educação e aos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul.

A obtenção de dados primários ocorreu a partir da utilização de algumas técnicas de pesquisa como observação e a entrevista. A observação consiste em uma técnica de coleta de dados que viabiliza a obtenção de informações através do uso de alguns sentidos que possibilitam a captação de dados da realidade. Portanto, conforme referido por Marconi e Lakatos (2006), a utilização desta técnica possibilita ao pesquisador, além de *ver* e *ouvir*, realizar um *exame* de fatos e/ou fenômenos dos quais pretende estudar.

A entrevista se caracteriza como

[...] um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa *A* a uma pessoa *B* [...] O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, *entre* e *vista*. *Vista* refere-se ao ato de ver, ter preocupação de algo. *Entre* indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao *ato de perceber realizado entre duas pessoas*. (RICHARDSON, 1999, p. 209).

Neste estudo em específico utilizou-se a técnica da entrevista semiestruturada, da qual a pesquisadora seguiu um roteiro pré-definido (MARCONI; LAKATOS, 2006), com perguntas abertas e fechadas, que foi aplicado junto a 22 estudantes dos Polos de Canguçu e de São Lourenço do Sul. Foram entrevistados, também, 19 profissionais junto ao Campus de Alegrete, entre eles: cinco professores; seis coordenadores (um coordenador de Núcleo de Ensino a Distância: um coordenador Geral da Rede e-Tec; dois Coordenadores de Tutoria e dois coordenadores de Polo); dois Supervisores Pedagógicos; seis Tutores (três Tutores Presenciais e três Tutores a Distância). Ao todo, entre alunos e profissionais, foram entrevistados 41 sujeitos.

O instrumento utilizado durante a realização das entrevistas denomina-se *formulário*, considerado como “[...] um dos instrumentos essenciais para a investigação social cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado” (MARCONI; LAKATOS, 2006, p. 112).

O processo de coleta dos dados primários ocorreu em dois momentos distintos. No mês de fevereiro de 2014 foram realizadas as entrevistas com alunos, tutores presenciais e coordenadores dos Polos de Canguçu e de São Lourenço do Sul. Os professores e tutores a distância, e demais coordenadores foram entrevistados no período de março a abril de 2014, junto ao Campus de Alegrete.

As entrevistas com os alunos, ocorreram no mês de fevereiro de 2014 junto aos Campus de Canguçu e de São Lourenço do Sul, em um período em que os mesmos

estavam desenvolvendo atividades pela plataforma *moodle*, realizando provas presenciais e estágios. Desta forma, o processo de coleta de dados primários ocorreu conforme a disponibilidade dos alunos e profissionais para realizarem as entrevistas, motivo pelo qual houve diferenças no total de entrevistados de cada um dos grupos.

Inicialmente foi realizado um contato por e-mail com todos os alunos e profissionais informando sobre a pesquisa e solicitando que os mesmos se dispusessem a realizar as entrevistas. Posteriormente foram agendadas as entrevistas nos referidos municípios onde estão localizados os Polos e o Campus, da qual se procurou conciliar os dias em que a pesquisadora estaria presente nos referidos locais, com os dias e os horários que os alunos costumavam frequentar estes espaços, especialmente nos turnos da tarde e da noite.

Ressalta-se que, na ocasião, os alunos agricultores estavam em intensa atividade de trabalho, devido ao processo de produção realizado no período que exigia a presença dos mesmos nas atividades de cultivo e de colheita. Por este motivo, muitos deles não puderam participar das entrevistas em função da impossibilidade de se ausentarem das atividades de trabalho ou, ainda, devido ao cansaço decorrente destas laborativas, o que, em muitos casos, inviabilizou o deslocamento dos mesmos para os polos no turno da noite.

No que se refere aos alunos, destaca-se que todos aqueles que demonstraram interesse em participar do estudo e compareceram ao polo nos dias indicados foram entrevistados. Da mesma forma, houve alunos que não tiveram condições de se fazerem presentes nos Polos nos dias sugeridos pela pesquisadora, mas que demonstraram interesse em participar da pesquisa, motivo pelo qual foram entrevistados em seu local de trabalho ou em suas residências no interior dos municípios, o que possibilitou o contato da pesquisadora com a realidade de vida e de trabalho dos entrevistados.

O tempo médio de realização de cada entrevista foi de 40 minutos, mas houve variação especialmente nas entrevistas realizadas com os alunos em função das dificuldades de alguns exporem suas ideias. Por outro lado, houve entrevistas que tiveram uma duração mais longa, na qual os alunos falaram além do questionado, principalmente sobre o seu município e região, abordando as potencialidades e dificuldades identificadas pelos mesmos.

Ressalta-se que todas as entrevistas foram realizadas de forma individual, tendo-se como base um formulário específico<sup>6</sup> para cada um dos grupos pesquisados: alunos e profissionais (coordenadores, professores e tutores). Embora a pesquisadora não tenha utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ressalta-se que a mesma informou a todos os sujeitos entrevistados os objetivos do estudo e assegurou que seria garantido sigilo e que não seriam divulgados seus nomes.

No que se refere ao processo de análise dos dados qualitativos oriundos das entrevistas realizadas junto aos sujeitos utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, com base em Bardin (1977). Este processo apresenta três fases que consistem em: a) organização da análise ou pré-análise, da qual se organiza o material para as fases seguintes através da identificação de palavras e de frases significativas; b) exploração do material ou codificação, da qual se define as unidades de registro, se enumera e se organiza os dados a partir de categorias; c) tratamento dos dados e/resultados, na qual o pesquisador apresenta suas inferências a partir da identificação dos significados e da interpretação dos dados empíricos articulados com o referencial teórico. Para o processo de análise de frequência e de dados quantitativos, utilizou-se a técnica de tratamento estatístico simples, com base em Marconi e Lakatos (2006), que possibilitou a representação dos dados através de figuras como gráficos, quadros e tabelas.

O objetivo geral deste estudo consiste em *Analisar as implicações do Curso Técnico em Agricultura, integrante do Programa e-Tec Brasil, para a formação de agricultores e para o desenvolvimento da agricultura nos municípios de São Lourenço do Sul e de Canguçu*. Para responder este objetivo foram elaborados objetivos específicos que serão explicitados na sequência, e que serviram de referência para a definição de algumas categorias teórico-analíticas que nortearam este estudo, são elas: *Ensino a Distância, Curso Técnico a Distância em Agricultura, e o Desenvolvimento da Agricultura nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul*.

Na primeira parte deste capítulo será apresentado o processo de implantação dos Polos de Educação a Distância nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul, da qual se utilizou da análise de dados secundários tendo-se em vista a concretização do primeiro objetivo específico deste estudo, que consiste em “Identificar as condições históricas de implantação do Curso de Agricultura nos Polos de Educação a Distância

---

<sup>6</sup> Conforme documentos que seguem como apêndices.

de Canguçu e de São Lourenço do Sul”. Neste item será analisada a primeira categoria que norteia este estudo, que se refere ao Estudo a Distância.

Neste primeiro item serão apresentadas também as características dos profissionais que foram entrevistados e que atuam junto ao referido curso, através de dados primários coletados durante as entrevistas referidas. Apresentar-se-ão, ainda, as percepções dos profissionais sobre o Curso a Distância em Agricultura, bem como, as possibilidades, limites e desafios ressaltados pelos mesmos.

No segundo item, com base no terceiro e quarto objetivos do estudo, buscou-se “investigar as condições de realização do Curso de Agricultura, por parte dos estudantes, filhos e filhas de agricultores familiares” e “compreender como os estudantes disseminam os conhecimentos e as experiências oferecidos pelo Curso de Agricultura junto às suas famílias”. Com base em dados primários coletados a partir das entrevistas realizadas com alunos e profissionais, serão apresentadas neste item as características socioeconômicas dos alunos, as formas de acesso ao curso a Distância e as condições de realização do curso, assim como, os resultados deste processo de formação para vida dos alunos e de suas famílias. Neste item será analisada a segunda categoria que norteia este estudo, o Curso Técnico a Distância em Agricultura.

Ao final, tendo-se como base o segundo objetivo deste estudo, procurou-se “analisar qual é a compreensão de *desenvolvimento rural* pressuposta no projeto político pedagógico do curso de Agricultura”. Outrossim, tendo-se como base o quinto objetivo, buscou-se “refletir sobre a importância do Curso de Agricultura, oferecido na modalidade de Ensino a Distância, para o desenvolvimento da agricultura nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul”. A análise dos dados constantes deste item ocorreu através das técnicas de análise documental e da análise dos dados primários coletados junto alunos e profissionais durante as entrevistas. Nesse sentido, apresentam-se inicialmente alguns elementos relacionados com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Agricultura e a concepção de desenvolvimento rural, seguidos de uma reflexão sobre a relação entre o Curso na modalidade de ensino a distância e o desenvolvimento da agricultura dos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul. Desta forma, neste item apresentar-se-á a terceira categoria que norteia este estudo, que se refere ao Desenvolvimento da Agricultura nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul.

#### **4.1 O Processo de implantação do Curso a Distância em Agricultura nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul**

Conforme referido ao longo deste trabalho, identifica-se que nas últimas décadas a Educação tem sido destacada como uma estratégia importante para o desenvolvimento do país. Por outro lado, se reconhece que somente o acesso à educação não garante a permanência e a conclusão da formação de todos os sujeitos de uma forma equitativa, além de que, nem todos os sujeitos possuem este direito efetivado. Outrossim, percebe-se que existem muitas lacunas no processo formativo em decorrência de vários fatores relacionados com as condições objetivas de vida dos sujeitos e com as dificuldades encontradas pelos profissionais da educação, que evidenciam fragilidades decorrentes de sua própria formação profissional, da falta de seu reconhecimento e valorização, bem como, das estruturas físicas precárias e ineficientes para garantirem uma educação com qualidade.

Tendo em vista a expansão do acesso da população a índices mais elevados de alfabetização e de qualificação profissional, especialmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) foram estabelecidas bases legais para a Educação a Distância no Brasil. Desta forma, esta modalidade de educação passou a ser reconhecida como uma estratégia de ensino aplicável ao sistema educacional brasileiro, visando à democratização do acesso à educação através do uso de tecnologias de informação e comunicação, da flexibilização dos espaços e do tempo de aprendizagem e de um processo de gestão integrada que articule atividades presenciais e a distância. Assim, através do Decreto Presidencial número 5.622 (BRASIL, 2005, p. 1) a educação a Distância no Brasil passa a ser caracterizada como:

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005, p. 1).

Entretanto, o reconhecimento da Educação a Distância como *status* de um sistema nacional ocorreu somente no ano de 2006, através do Decreto nº 5.800 (BRASIL, 2006), da qual foi instituído o sistema Universidade aberta do Brasil (UAB), voltado para o desenvolvimento da Modalidade de Educação a Distância com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Em seu segundo artigo o referido Decreto evidencia que a concretização das finalidades e

objetivos socioeducacionais deve ocorrer em regime de colaboração envolvendo a União e os demais entes federativos, através da implementação de cursos e de programas de educação superior a distância desenvolvidos por instituições públicas de ensino superior, de forma articulada com os polos de apoio presencial

Nessa perspectiva, no ano de 2008 o Governo Federal criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008), tendo em vista à oferta de educação de forma gratuita em regiões carentes de ensino profissional do país. No Estado do Rio Grande do Sul foram criados três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o do Rio Grande do Sul (IFRS), o Sul Rio-Grandense (IFSul) e o Instituto Federal Farroupilha (IF Farroupilha), conforme Lei nº 11.892, de 2008 (BRASIL, 2008). De acordo com a referida Lei, uma das finalidades da criação dos Institutos Federais consiste em

[...] ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008, p. 5).

No ano de 2011, através do Decreto número 7.589 (BRASIL, 2011), o Governo Federal criou, no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil, com a finalidade de “[...] desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País. (BRASIL, 2011, p. 1). Desta forma, foi revogado o Decreto nº 6.301 que havia instituído o “Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil”.

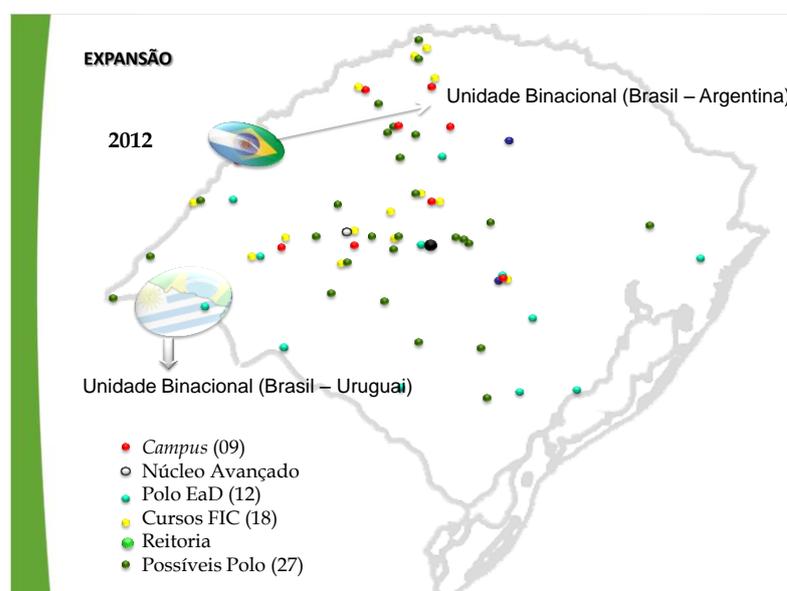
A Rede e-Tec Brasil integra o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PDE), sendo que, os Polos do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil) são avaliados pelo Ministério da Educação. Através do Fundo Nacional de Educação são disponibilizados recursos para capacitação dos professores e tutores, para a realização dos processos seletivos, para despesas de infraestrutura e para a oferta dos cursos, que possuem media de dois anos.

A Rede e-Tec Brasil segue o modelo da Universidade Aberta do Brasil (UAB), especialmente no que se refere ao funcionamento, à legislação e à estrutura de pessoal. Assim, o Sistema Rede e-Tec Brasil, através da articulação, interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e

municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas, busca a viabilização de mecanismos alternativos para o fomento, à implantação e à execução de cursos técnicos em parceria.

A partir do processo de implantação da Rede e-Tec Brasil houve uma ampliação da abrangência do Instituto Federal Farroupilha no Estado do Rio Grande do Sul, especialmente nos anos de 2012 e de 2014, conforme pode ser observado na figura 2. Esse processo ocorreu, também, em função da criação de novos Campus, de Polos EAD e de Centros de Referência, conforme previsto no Plano de Ação Institucional do Instituto Federal Farroupilha 2010-2012 (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014).

Figura 2: Abrangência do IF Farroupilha, RS - Ano 2012

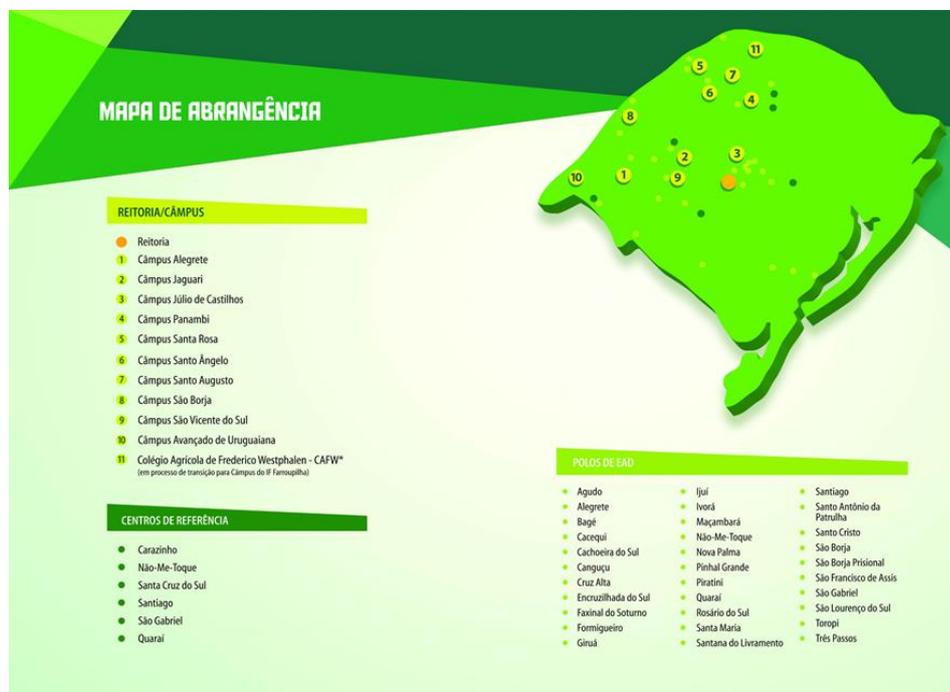


Fonte: Instituto Federal Farroupilha (2014).

Através da figura 3 é possível compreender a abrangência do Instituto Federal Farroupilha em nível estadual, da qual são desenvolvidas atividades de pesquisa, de ensino e de extensão ofertadas através dos Campus, dos polos de Educação a Distância e dos Centros de Referência. Através do quadro 6 é possível identificar o aumento da quantidade destes espaços referidos, que foram implantados especialmente no período de 2010 a 2015. Conforme exigências do Ministério da Educação, a expansão dos IFs somente pode ocorrer mediante a constituição de cinco unidades básicas: Campus,

Campus Avançado, Polo de inovação, Polo de Educação a Distância e Centro de Referência (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

Figura 03: Abrangência do IF Farroupilha, RS - Ano 2014



Fonte: Instituto Federal Farroupilha (2014).

Através da análise do quadro 6 pode-se observar que somente no ano de 2015 foram criados os Centros de Referência, constituídos como unidades administrativas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), destinados ao desenvolvimento dos planos, dos programas e dos projetos relacionados à educação profissional e tecnológica. Ressalta-se que estas unidades, em geral, iniciaram suas atividades a partir da oferta de Cursos do PRONATEC.

**Quadro 6: Evolução IF Farroupilha**

Ano	Nº Campus	Polos EAD	Centros de Referência
2010	7	7	0
2012	9	12	0
2015	11	35	8

Fonte: Instituto Federal Farroupilha (2014a).

A quantidade de campus quase duplicou no período de cinco anos analisados, passando de sete em 2010 para onze em 2015. Os Campus são locais onde ocorrem as

atividades de ensino, de pesquisa aplicada, de inovação e de extensão e o atendimento das demandas específicas neste âmbito, em sua área de abrangência territorial.

Já os Polos de Educação a Distância, destinados à oferta de cursos de educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, quintuplicaram no período de cinco anos, passando de sete polos em 2010 para trinta e cinco no ano de 2015, conforme pode ser identificado no quadro 6. Ressalta-se que estes Polos podem ser criados através de parcerias com órgãos da administração pública visando à expansão do atendimento das demandas de formação profissional existentes em todo o território de abrangência do Instituto Federal.

A seguir apresentam-se elementos relacionados com o processo de implantação dos Polos de EAD nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul.

#### **4.1.1 A Implantação dos Polos de Educação a Distância nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul**

O Ministério de Educação e Cultura (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2015) define Polo de Educação a Distância ou Polo de Apoio Presencial como o local devidamente autorizado, no país ou no exterior, para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância. No polo, o estudante deve ter acesso às atividades de tutoria presencial, biblioteca, laboratórios, tele aulas, avaliações (provas, exames, entre outros), além de toda infraestrutura tecnológica para contatos com a instituição ofertante e/ou participante do respectivo processo de formação.

A implantação dos polos de Educação a Distância nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul ocorreu no ano de 2009, tendo por finalidade constituir-se como um núcleo de apoio pedagógico e administrativo do sistema Rede e-Tec Brasil. Para tanto, foi constituída uma estrutura física básica que contempla biblioteca, laboratórios de informática, salas de tutoria presencial, salas para as aulas presenciais, práticas de laboratório, dentre outras atividades necessárias ao andamento dos cursos.

Os Polos EAD de Canguçu e de São Lourenço do Sul abrigam cursos que são ofertados por diferentes instituições que, de forma partilhada, utilizam a mesma estrutura física e estão sob a abrangência da mesma coordenação de polo, que administra as atividades. Além do curso técnico em agricultura, ocorrem outros cursos

técnicos no município, os quais propiciam aos habitantes desta comunidade a qualificação em diferentes áreas, conforme pode ser observado através do Quadro 7.

Dessa forma, os recursos do FNDE são disponibilizados para a Instituição ofertante com base em um Plano de Trabalho Anual (PTA) que prevê o pagamento de coordenadores, de professores, de tutores, a aquisição do material didático, do material bibliográfico e do material de consumo utilizados para a realização das aulas práticas e *on line*, além de diárias destinadas aos encontros presenciais com os professores do curso. A responsabilidade da elaboração deste plano anual é do coordenador geral do programa da instituição, mas, em geral, ocorre a participação e a colaboração de toda a equipe, a fim de que não ocorram falhas na solicitação dos recursos necessários para o desenvolvimento anual dos cursos.

Quadro 7: Cursos de nível médio ofertados nos polos do Instituto Federal Farroupilha

Polo Canguçu		Polo São Lourenço	
Outros cursos EAD	Instituição ofertante	Outros cursos EAD	Instituição ofertante
Tec. em manutenção e Suporte em Informática	IF Farroupilha	Tec. em manutenção e Suporte em Informática	IF Farroupilha
Tec. em Administração	Instituto Federal Sul Rio-Grandense	Tec. em Administração	Instituto Federal Sul Rio-Grandense
Tec. em Agroindústria	Instituto Federal Sul Rio-Grandense	Tec. em Agroindústria	Instituto Federal Sul Rio-Grandense
Tec. em Biocombustíveis	Instituto Federal Sul Rio-Grandense	Tec. em Biocombustíveis	Instituto Federal Sul Rio-Grandense
Tec. em Contabilidade	Instituto Federal Sul Rio-Grandense	Tec. em Contabilidade	Instituto Federal Sul Rio-Grandense
Tec. em Redes de Computadores	Instituto Federal Sul Rio-Grandense	Tec. em Redes de Computadores	Instituto Federal Sul Rio-Grandense
-	-	Tec. em Informática	Instituto Federal Sul Rio-Grandense
-	-	Alimentação Escolar	Instituto Federal Sul Rio-Grandense
-	-	Multimeios Didáticos	Instituto Federal Sul Rio-Grandense
-	-	Infraestrutura Escolar	Instituto Federal Sul Rio-Grandense
-	-	Secretaria Escolar	Instituto Federal Sul Rio-Grandense

Fonte: Instituto Federal Farroupilha (2014a); Instituto Federal Sul Rio-Grandense (2014); Dados organizados pela Autora (2015).

Os recursos para pagamento dos professores, dos tutores e dos coordenadores são provenientes de bolsas oriundas do FNDE. O número de alunos para atendimento é definido pelo PTA, sendo que cada tutor presencial deve atender 40 alunos. O coordenador de polo é indicado pela Prefeitura Municipal, constituindo-se como um “cargo de confiança”, entretanto, seu ingresso somente ocorre mediante a concordância da instituição.

Estes profissionais são os que atuam diretamente com o aluno, de forma presencial no polo EAD, para assessorá-los nas dificuldades e acompanhá-los nas atividades. Para isto, têm como principal função o auxílio na resolução das dificuldades encontradas de modo a garantir que o aluno receba a assistência devida e que sejam tomadas as providências necessárias pelo coordenador de curso, pelos professores e tutores que atuam junto ao Núcleo de Educação a Distância (NEAD), localizado no referido campus.

Conforme já referido, para a realização deste estudo foram entrevistados 19 profissionais que atuam junto ao Câmpus de Alegre entre eles: cinco professores; seis coordenadores (um coordenador de Núcleo de Ensino a Distância: um coordenador Geral da Rede e-Tec; dois Coordenadores de Tutoria e dois coordenadores de Polo); dois Supervisores Pedagógicos; seis Tutores (três Tutores Presenciais e três Tutores a Distância)<sup>7</sup>.

No que se refere à formação dos profissionais identifica-se que existe uma predominância na área de Engenharia Agrônômica (6 profissionais), seguido das áreas de Pedagogia (4 profissionais) e de Ciências de Computação e/ou Informática (4 profissionais). Os demais evidenciaram que suas áreas de formação são: Administração (2 profissionais), Matemática (2 profissionais) e Ciências Biológicas (um profissional). No que se refere especificamente aos professores entrevistados identifica-se que, do total de cinco profissionais, três deles são da área de Engenharia Agrônômica, um é da área de Administração e uma da área da Informática.

Do total de 19 profissionais entrevistados quatro informaram que possuem especialização nas áreas de Matemática, Educação e Educação Ambiental; três

---

<sup>7</sup> Visando garantir o sigilo com relação aos profissionais entrevistados, ressalta-se que a referência às entrevistas ocorrerá através de letras seguidas de números. Desta forma, para as entrevistas dos Professores será utilizada a letra “P” seguida de números (P1, P2, P3....); para os coordenadores e supervisores pedagógicos será utilizada a letra “C” e para os tutores presenciais e a distância será utilizada a letra “T”, também seguida de números.

profissionais possuem Mestrado em Ciência e Tecnologias em Sementes, Ciências da Computação e Agronomia; três profissionais informaram que possuem Doutorado em Ciência e Tecnologias em Sementes, e um deles relatou que é doutorando em Agronomia. Ressalta-se que três profissionais alegaram que possuem pós-graduação em Neuropsicopedagogia Clínica, em Educação Profissional ligada à Educação na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e em Gestão Escolar, porém, não especificaram qual é o nível (especialização, mestrado ou doutorado).

Na sequência, destacam-se as percepções dos profissionais entrevistados com relação ao processo de formação a partir da EAD.

#### **4.1.2 Percepções dos profissionais sobre a Educação a Distância**

Quando questionados sobre o exercício das atividades profissionais, os sujeitos entrevistados, em sua maioria, alegaram que possuem outras atividades laborativas, sendo que, somente três profissionais relataram que não desenvolvem outras atividades além daquelas realizadas junto ao curso analisado. Constatou-se que cinco profissionais atuam também como docentes no IF Farroupilha; três deles desenvolvem outras atividades no Instituto Federal Farroupilha; três são docentes de rede pública estadual; um é docente no IF Sul; um atua como diretor de ensino no IF Farroupilha, um é professor municipal e um deles atua como técnico em agricultura. Identificou-se, ainda, que apenas um profissional evidenciou atuar em atividades ligadas à agricultura, pois o mesmo possui uma Agroindústria localizada na propriedade de sua família.

Quanto à existência de uma experiência anterior com a EAD constatou-se que a maioria dos entrevistados (onze profissionais) informou que já possuía experiência anterior ao curso e que já participou de algum tipo de formação na área. Especialmente os professores evidenciaram possuir algum tipo de experiência em EAD, seja através da atuação profissional que exercem atualmente ou em outros espaços de trabalho. Outros evidenciaram ainda que esta experiência surgiu em decorrência do início das atividades de docência no curso em Agricultura na modalidade a Distância, conforme pode ser evidenciado em alguns relatos que seguem.

*Como professor no Curso Técnico em Agricultura ministrando a disciplina de Mecanização. Recebi instruções sobre o funcionamento da plataforma moodle e sempre tive assessoria de um tutor na postagem do material e auxílio alunos e atividades práticas (P.1.).*

*Fiz capacitação para professores. Aluno de especialização em Tecnologia de Sementes pela UFPEL, mas na época só era material didático impresso e encontros presenciais (P. 3).*

*Participei de uma capacitação ofertada pelo Programa E-tec para professores, mas em Santa Catarina (P. 4).*

*Ingressei na EAD em 2010, como professora. Não tive capacitação anteriormente, mas tive facilidade na ambientação do Moodle, pois como sou da área de informática, manusear diversos sistemas já faz parte da minha rotina. Para a confecção do material, eu li diversas literaturas sobre o tipo de linguagem a ser utilizada. (P. 5).*

Somente um dos professores entrevistados relatou que não realizou a formação anteriormente ao início do trabalho em função da necessidade de iniciar com urgência sua atuação no curso, pois havia poucos professores, motivo pelo qual o mesmo foi capacitado posteriormente por tutores a distância. Nesse sentido, ressalta-se que está previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, do Instituto Federal Farroupilha, que os docentes devem “[...] estar habilitados para ministrar aulas em EAD, por meio de formação antecipada ao início do curso, ofertada e certificada pelo IF Farroupilha” (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014, p. 122).

Um dos coordenadores também evidenciou que recebeu a formação através de colegas, conforme referido na entrevista: “*Recebi instruções sobre o funcionamento da plataforma moodle e sobre como utilizá-la, mas foi através dos colegas que já estavam trabalhando há mais tempo no curso, conforme as dúvidas foram surgindo e dependendo de cada situação*”. (C. 8).

Nenhum dos tutores entrevistados revelou possuir experiência em EAD antes de atuar junto ao Curso em Agricultura. Além disso, poucos deles evidenciaram ter realizado um processo de capacitação anterior ao exercício de sua função na tutoria dos alunos, pois, em sua maioria, os profissionais passaram a ter contato com a EAD a partir do início de suas atividades, conforme se evidencia nos relatos que seguem.

*Não tinha experiência, mas antes de exercer a tutoria fiz a capacitação a distância disponibilizada pelo IF Farroupilha e na minha segunda tutoria participei de encontro presencial para formação de tutores em Santa Maria. (T.2).*

*Recebi a capacitação após o início do curso através da coordenação do polo (T.3).*

*Sim, uma vez selecionada através de prova seletiva para o cargo de tutora, tive ambientação em EAD, participei de seminários que abordavam estratégias e objetivos ao qual a proposta da EAD se propusera. E ao longo dos anos em que fiz parte da equipe sempre que havia treinamento e capacitação procurei fazer junto aos demais integrantes da equipe. (T.6).*

*Não tinha experiência. Com a implantação em nosso campus em 2008 fiz alguns cursos a distância para tutor e professor. No início do Programa houve um trabalho conjunto para adquirir qualificação e conhecer a metodologia da EAD. (T.4).*

*Não havia desempenhado a função e nem recebi treinamentos, cursos e capacitação para tal. (T.5).*

Preocupa o fato de se ter evidenciado uma falta de preparo dos tutores para atuarem em atividades de EAD, pois, inclusive, um dos tutores entrevistados relatou que não possuía experiência em EAD e que tampouco esse processo lhe foi proporcionado: “*Não possuía experiência em EAD, e não houve nenhuma capacitação. (T.2)*”.

Constata-se que esta realidade pode interferir na qualidade da educação ofertada aos alunos que frequentam o Curso em Agricultura na modalidade a Distância, considerando-se que os tutores são responsáveis pelo acompanhamento dos alunos nas atividades presenciais desenvolvidas nos polos, especialmente daquelas que são disponibilizadas de forma *on line*. Por outro lado, há que se considerar, também, que esta realidade pode estar relacionada com o fato de que o ingresso destes profissionais no Sistema e-Tec Brasil ocorre mediante a comprovação de formação de nível médio e de experiência mínima de um ano em magistério. Outrossim, se evidenciou que alguns dos coordenadores também não possuíam experiência e que passaram a ter contato com a EAD a partir da sua atuação: *Não tinha experiência antes, iniciei com a implantação no campus. Já fiz alguns cursos. (C.7).*

Ressalta-se que o processo de acompanhamento e de avaliação permanente dos polos é imprescindível, visando à melhoria da infraestrutura e à adoção de alternativas de gestão pedagógica importantes para o desenvolvimento das fases presenciais dos cursos a distância. Atenta a esta preocupação a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), por meio do Sistema e-Tec Brasil, está desenvolvendo ações de acompanhamento dos cursos através do Sistema de Acompanhamento e Avaliação do e-Tec Brasil (SAAS), que possibilita a identificação das potencialidades e das fragilidades da oferta de cursos e dos polos.

Em 2010 foi concretizada a primeira avaliação dos cursos e dos polos por coordenadores, professores, tutores e estudantes. Em que pesem as fragilidades evidenciadas, se reconhece o esforço e o empenho dos gestores da Rede e-Tec Brasil, bem como, das instituições ofertantes dos cursos, tendo-se em vista a melhoria contínua da educação Profissional e Tecnológica no País, ofertada por esta Rede.

Identifica-se que existe uma visão geral de todos os profissionais entrevistados de que a Educação a Distância é muito importante para a formação dos alunos. Com algumas exceções, independente da função que desempenham no Curso em Agricultura, os profissionais foram quase unânimes em afirmar que acreditam que a EAD é “inevitável”, além de que ela oferece somente benefícios e contribui para qualificar o processo de aprendizagem, conforme pode ser observado em alguns relatos que seguem.

*Como um campo crescente, democrático e irreversível. A cada ano os grupos são melhores, mais capacitados, no início era necessário capacitar os alunos em informática hoje eles já trazem este conhecimento. (C.4).*

*A importância da EAD para o desenvolvimento das presentes e futuras gerações torna-se cada vez mais evidente. Hoje, precisamos desenvolver novas formas de Educação nas quais o aluno construa sua aprendizagem. (P. 3).*

*Percebo, a priori, que EAD é inevitável. As resistências, aos poucos vão sendo vencidas quando as pessoas tomam consciência de que é inútil negar o seu avanço. A sociedade atual tem a tecnologia intrínseca à sua existência, assim como a educação. Os modelos, unicamente presenciais até o século passado, cada vez mais se tornam um modelo híbrido, apropriando-se de tecnologias educativas e suas facilidades. Educação é uma só. Mas pode acontecer de todas as formas. (C.1).*

*Acredito que oportuniza ao aluno a escolha e gerenciamento de seu horário de estudo e trabalho, visto que “ter tempo” é cada vez mais difícil na sociedade contemporânea. Proporciona comodidade e versatilidade no local e momento de estudo. Leva educação profissional para mais cidadãos, contribuindo para a geração de oportunidades profissionais no mercado de trabalho, conduzindo ao desenvolvimento e sustentabilidade para a nação brasileira. (C.6).*

*A relevância da educação para a formação das presentes e futuras gerações torna-se cada vez mais evidente. O grande desafio da educação, hoje, é criar novas condições de aprendizagem nas quais o aluno construa seu aprendizado. Emerge nesse contexto, a educação a distância (EAD), que busca adequar os métodos de ensino ao perfil do estudante contemporâneo, mais imediatista e inconstante, bem como integrá-lo ao uso das tecnologias, tão presentes na sociedade. Apesar dos benefícios que a EAD pode trazer, percebe-se através do convívio diário que ela ainda é contestada no meio acadêmico, em especial pelos jovens e, também, por alguns professores. (T.5).*

Constata-se que existe entre os profissionais analisados a ideia de que a EAD facilita o acesso dos alunos à educação, especialmente daqueles que se encontram geograficamente distantes das instituições de ensino e que apresentam condições socioeconômicas menos favorecidas. Entretanto, se percebe que os relatos não apresentam uma análise crítica, ao contrário, reproduzem apenas o discurso de que a

EAD é capaz de resolver todos os problemas que impedem o acesso e a permanência dos alunos nos cursos presenciais:

*Percebe-se que nos últimos anos ela evoluiu muito com a credibilidade das instituições que ofertam esta modalidade, existe a busca do curso pela população mais carente dos lugares mais longe dos grandes centros populacionais. (C.7).*

*Percebi ao longo do trabalho que a educação na modalidade EAD veio a somar com o chamado modo tradicional de aprendizagem, o chamado presencial. A educação na modalidade EAD oferece maior comodidade em termos de acesso do público alvo levando em consideração tempo e espaço e hoje contamos com o advento da tecnologia que veio a somar junto das instituições de ensino. (T. 6).*

*Acredito que a educação a distância possui um grande potencial para o ensino, principalmente em cidades que não possuem universidades e Institutos Federais. Além disso, os cursos oferecidos nos polos podem ser voltados para a vocação dos municípios, como no caso do curso Técnico em agricultura no município de São Lourenço do Sul, ou se adequar à demanda exigida oferecendo novos cursos. (T.2).*

Na sequência, evidencia-se a compreensão dos profissionais com relação às possibilidades, limites e desafios identificados no processo de formação a partir da EAD.

#### **4.1.3 Possibilidades, limites e desafios do Curso de Educação a Distância**

A análise sobre a opinião dos profissionais com relação às possibilidades e limitações identificadas no processo de formação dos alunos do Curso em Agricultura a partir da modalidade a Distância, evidencia que há diferenças entre as percepções dos mesmos. Ao se analisar as respostas do grupo de professores entrevistados constata-se que as desvantagens relatadas estão relacionadas especialmente com a estrutura física dos polos presenciais, com o material didático e com os profissionais que atuam junto ao curso.

*Apresenta vantagens como a possibilidade de conciliar suas atividades diárias com o estudo. O material didático é de qualidade e impresso, oferecendo ao aluno maiores informações teóricas, bibliografias e vídeos. Permite uma maior flexibilidade. (P. 1).*

*Como desvantagens eu percebo que existe pouca preparação para o início do trabalho. A legislação não está de acordo com a realidade. Para os alunos vejo que as vantagens são a possibilidade de eles conciliarem o tempo de trabalho, a família e o estudo. (P. 2).*

*Como limitações eu vejo os recursos tecnológicos dos polos. Este curso em Agricultura apresenta a exigência de aulas práticas com profissional da área do curso, e como estes municípios possuem distância do Campus e dos Professores, não temos sempre no polo o tutor presencial da área do curso. Pela legislação o tutor necessita possuir no mínimo*

*um ano de experiência no magistério, o que não ocorre com profissionais de agricultura que podem atuar como tutores presenciais, auxiliando nas práticas. Como vantagens vejo que o público de alunos é de trabalhadores e de adultos que não tinham tido profissionalização antes e que já atuavam na área. (P. 3).*

*As desvantagens que existem são na infraestrutura do polo presencial que nem sempre está adequado. Existem atrasos dos recursos, o que acarreta atraso do material didático impresso. Também existe uma alta evasão dos alunos, que não estão preparados para enfrentar as dificuldades da EAD. Além disso, muitos profissionais ainda não estão preparados para o trabalho com esta modalidade de ensino. (P. 4).*

Os profissionais analisados em geral evidenciaram inúmeras vantagens com relação à EAD, como a possibilidade de permanência dos estudantes em suas localidades, tanto durante o período de realização do curso como posteriormente, podendo, ainda, qualificar a gestão das propriedades. Entretanto, foram destacadas por alguns profissionais as dificuldades de acesso dos alunos ao computador e à internet, seja em função de que muitos deles não possuem computador, ou porque não existem redes que possibilitem o acesso a internet no meio rural, conforme pode ser observado nos relatos que seguem.

*As vantagens são que o aluno pode permanecer na sua cidade, no seu meio, na sua localidade, não precisando deslocar-se para outra cidade. Pode conciliar seu trabalho e estudo sem perder o vínculo com o meio rural, evitando o êxodo para as cidades. Fixação do jovem no meio rural trabalhando na sua propriedade e qualificando este trabalho. (C. 4).*

*Como vantagens tem a otimização do tempo para formação profissional; a rápida difusão da informação; a atualização da informação; o aumento da comunicação entre profissionais em formação e profissionais já formados; o intercâmbio entre os alunos e o mercado de trabalho; a oportunidade de emprego para os profissionais recém formados; a profissionalização da mão-de-obra para desenvolvimento das regiões (municípios polos e arredores); a possibilidade de abertura de novas empresas relacionadas ao agronegócio. As desvantagens são que as aulas dependem da capacidade e da velocidade da internet da região em que o polo se encontra. Além disso, nem todos os alunos têm acesso à internet em casa, sendo que, alguns nem mesmo possuem computador em casa. (C. 6).*

Por outro lado, se percebe que os profissionais reconhecem que ainda existe um distanciamento entre as atividades presenciais e as que são realizadas a distância. Além disso, é evidenciado pelos profissionais que muitos alunos não possuem uma formação que lhes possibilite o acompanhamento dos cursos na modalidade a Distância, o que dificulta o processo de aprendizagem e provoca uma desmotivação destes alunos que possuem uma propensão maior à evasão do curso.

*As desvantagens é que existe ainda a falta de diálogo do presencial com o EAD, o que alguns ainda sentem falta. Muitos alunos estão ligados apenas à máquina, eles precisariam se reunir sem o professor para trocarem experiências, tipo um grupo de estudos orientados pelo tutor presencial. (C. 8).*

*As desvantagens seriam poucas aulas presenciais, baixa exigência de alguns cursos (aumentando assim o descrédito com relação a EAD) e a grande evasão de alunos em alguns cursos. (T. 2).*

Constata-se que muitos profissionais consideram importante a adoção das novas tecnologias no processo de aprendizagem, entretanto, reconhecem que existe a necessidade de uma articulação entre todos os atores envolvidos no processo, conforme relatado por um dos tutores:

*A tecnologia sozinha não resolve todos os problemas; ela não pode ampliar a cidadania nem democratizar o acesso ao ensino se os profissionais envolvidos no processo não forem comprometidos com tais causas. A tecnologia pode apenas ser intermediária nesse processo, reduzindo as distâncias entre educador e educando. Portanto, pensar em EAD significa pensar numa modalidade de ensino que tem o potencial de ser dialógica, democrática, participativa e que pode, dessa forma, ampliar o número de cidadãos que têm acesso à educação de qualidade. Qualidade que, como já foi comprovado, não será comprometida pela distância que envolve os mecanismos de EAD, pois por meio de currículos organizados por profissionais sérios, materiais educativos que envolvam interatividade e com a participação de tutores e professores especialistas, a EAD pode mudar os rumos da educação. (T. 5).*

Os profissionais identificam mudanças significativas decorrentes do processo de implantação dos cursos em agricultura na modalidade a distância. Destacam-se especialmente os aspectos relacionados com o processo de profissionalização dos alunos; a possibilidade de desenvolvimento das atividades agrícolas; a criação de novos recursos tecnológicos e investimentos para a Educação a Distância; a democratização da educação, o aumento de vagas e de cursos, possibilitando o acesso de um maior número e pessoas à formação acadêmica, em especial direcionada para populações que estavam excluídas deste processo; entre outros aspectos, conforme pode ser analisado em alguns relatos que seguem.

*Acredito que os cursos a distância ajudaram a melhorar a qualificação da mão de obra, aumentando o número de alunos que voltaram a estudar depois de estarem muito tempo fora da escola. Eles possibilitaram que os alunos que trabalham na zona rural frequentem um curso técnico dentro de sua área, o que pode contribuir para melhorar a sua propriedade (C. 3).*

*Existe uma valorização do município como um todo, pois os municípios vizinhos utilizam a estrutura do Polo. As empresas buscam se instalar em municípios com mão de obra qualificada (C. 4).*

*A possibilidade de desenvolvimento das regiões e arredores dos polos EaD, proporcionando o desenvolvimento do país. (C. 6).*

*Desde a implantação do ensino a distancia, devido também à competitividade para a inserção no mundo do trabalho, vejo que houve uma mudança no interesse das pessoas em dar continuidade ou retomar seus estudos, o que no meu ver é uma grande evolução na sociedade, onde se busca cada vez mais essa modalidade de educação. (T. 1).*

Por fim, os profissionais evidenciaram os principais desafios que necessitam ser enfrentados no que se refere à utilização da Educação a Distância. Entre os aspectos relatados destacam-se: a necessidade de capacitação dos profissionais que atuam nos referidos cursos; a realização de atividades presenciais nos polos, sem que haja a necessidade da presença dos professores; a dependência de recursos do Governo Federal, devido aos atrasos no repasse dos recursos financeiros e à burocracia; a dependência da manutenção dos polos presenciais às prefeituras; falta de reconhecimento e de credibilidade com relação aos profissionais que atuam nos cursos; a distância geográfica entre os municípios de Alegrete e de São Lourenço do Sul, o que dificulta o deslocamento dos professores para a realização de atividades presenciais; a manutenção da qualidade dos equipamentos e dos cursos ofertados; o aumento da oferta de atividades presenciais, entre outros aspectos.

Por outro lado, se identificam, também, questões que estão relacionadas com a postura dos alunos que frequentam o curso no sentido de terem mais autonomia e de serem mais comprometidos com seu processo de formação, conforme evidenciado por alguns profissionais.

*O aluno precisa se tornar sujeito de sua própria aprendizagem e ter um perfil de autonomia. (P. 3).*

*Falta um maior comprometimento dos alunos em realizar e enviar as tarefas nos prazos determinados. (C. 4).*

*Ainda existe uma grande evasão dos alunos, especialmente porque muitos deles ingressam no curso sem terem um conhecimento do mesmo, o que faz com que muitos eles acabem desistindo quando percebem que não era como o esperado (T. 3).*

No próximo item apresenta-se o processo de formação profissional dos alunos do Curso Técnico em Agricultura na modalidade a Distância.

## **4.2 A formação profissional a partir do Curso Técnico a Distância em Agricultura e a aplicação dos conhecimentos adquiridos**

Neste item apresentam-se alguns elementos relacionados com o processo de formação profissional dos alunos do Curso Técnico em Educação na modalidade a Distância. Serão descritas inicialmente as características socioeconômicas dos alunos, seguidas de uma reflexão sobre as formas de acesso e as condições de sua permanência no curso. Ao final, apresentam-se alguns resultados do curso para suas vidas e de suas famílias.

Para tanto, buscar-se-á responder aos terceiro e quarto objetivos deste estudo, dos quais se pretende “investigar as condições de realização do Curso de Agricultura, por parte dos estudantes, filhos e filhas de agricultores familiares” e “analisar como os estudantes disseminam os conhecimentos e as experiências oferecidos pelo Curso de Agricultura junto às suas famílias”.

Através deste estudo foi analisado o curso de agricultura em Educação na modalidade a Distância integrante do Instituto Federal Farroupilha, Campus de Alegrete. Ressalta-se que este referido campus iniciou sua trajetória em Educação a Distância no ano de 2008, a partir da apresentação projeto para concorrer ao Edital n.º 01/2007/SEED/SETEC/MEC, da qual foi aprovada a implementação do Curso Técnico em Agricultura na modalidade a distância.

A Instituição teve interesse em aderir a este projeto em Educação a Distância em função de sua preocupação com o atendimento de alunos que não tinham condições de frequentar os cursos presenciais. Desta forma, buscou-se, através do Curso Técnico em Agricultura na modalidade a Distância, promover o acesso à educação, à tecnologia, à pesquisa e à extensão para os alunos da zona rural que eram moradores de municípios predominantemente agrícolas que se encontravam distantes geograficamente do Campus e que apresentavam dificuldades financeiras para frequentar as aulas presenciais, além de apresentarem interesse em frequentar um curso na área agrícola, visando ao desenvolvimento de suas propriedades rurais.

No ano de 2009 foi realizado o primeiro processo seletivo de estudantes para os cursos EAD, nos municípios avaliados e aprovados pelo MEC. Além do Instituto Federal Farroupilha outras Instituições de Ensino Federal também participaram do

início do programa no Rio Grande do Sul, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), através de suas escolas técnicas.

A partir do Instituto Federal Farroupilha iniciou-se uma parceria envolvendo o Governo Federal, as Instituições de Ensino e os seguintes municípios: Alegrete, São Borja, Canguçu, Bagé, Santa Maria, Santo Antônio da Patrulha e São Lourenço do Sul. No período de 2010 a 2012 novos municípios aderiram ao programa obtendo autorização e credenciamento diretamente junto ao Ministério de Educação e Cultura. A partir de 2012 o Governo Federal descentralizou esta abertura de polos aos Institutos Federais de Educação, o que proporcionou uma rápida expansão de polos de Educação a Distância também em nível nacional.

Salienta-se que o público alvo do programa Rede e-Tec Brasil é constituído basicamente por trabalhadores, por moradores de assentamentos, por pessoas que vivem na zona rural, por quilombolas e moradores das periferias das grandes cidades. Nesse sentido, considerando-se que os alunos que frequentam o Curso em Agricultura na modalidade a distância, objeto deste estudo, vivem prioritariamente na zona rural, torna-se fundamental compreender o significado dos polos de Educação a Distância da Rede e-Tec Brasil localizados no estado do Rio Grande do Sul, em especial daqueles localizados nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul, conforme será abordado no decorrer deste capítulo. A seguir, apresentam-se as características socioeconômicas dos alunos analisados.

#### **4.2.1 Características socioeconômicas dos alunos**

Para a realização deste estudo foram entrevistados, além dos profissionais já referidos, 22 alunos que frequentam os Polos presenciais de Canguçu e de São Lourenço do Sul. Ressalta-se que dez deles foram entrevistados no Polo de Canguçu e doze no Polo de São Lourenço do Sul<sup>8</sup>.

O levantamento de dados sobre as características socioeconômicas dos alunos ocorreu através de pesquisa documental no Núcleo de Ensino a Distância (NEAD) do Campus ofertante do curso, da qual foi possível obter informações sobre o sexo, a faixa

---

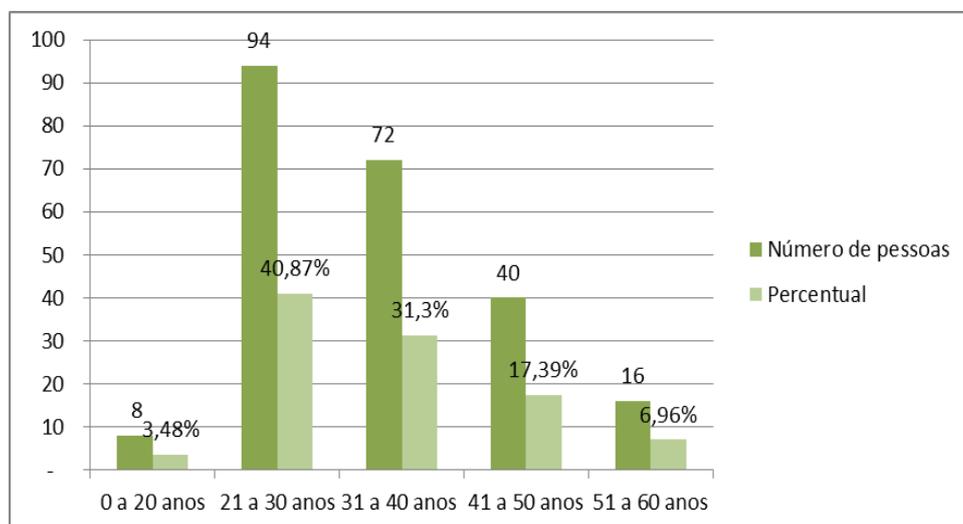
<sup>8</sup> Visando garantir o sigilo com relação aos alunos entrevistados, ressalta-se que a referências às entrevistas ocorrerá através de letras seguidas de números. Desta forma, será utilizada a letra “A”, de aluno, seguida de números (A1, A2, A3....).

etária, a cor, o estado civil e as condições familiares dos mesmos. Foram analisados dados das fichas de matrícula de 230 alunos integrantes das turmas de 2009 a 2012, do IF Farroupilha, nos polos de São Lourenço do Sul e de Canguçu.

Os dados apresentados no gráfico 5 evidenciam que os alunos de faixas etárias mais jovens, com idades até 20 anos, representam a minoria, pois correspondem a apenas 3,48% do total de alunos matriculados. Esta baixa procura de alunos nesta faixa etária pode ser ocasionada pelo fato de muitos deles se deslocarem para outras cidades para cursarem um curso superior ou, ainda, porque muitos nem mesmo concluíram o Ensino Fundamental, seja por problemas econômicos ou por falta de motivação para o estudo.

Por outro lado, identifica-se que a maioria dos alunos possui idades entre 21 e 40 anos, o que representa um percentual de 72,07% do total de alunos matriculados no período analisado. Entretanto, a concentração maior de alunos, considerando-se todo o grupo, encontra-se na faixa etária entre 21 a 30 anos, que corresponde a 40,87% do total de alunos.

Gráfico 5: Faixa Etária dos alunos (n= 230)

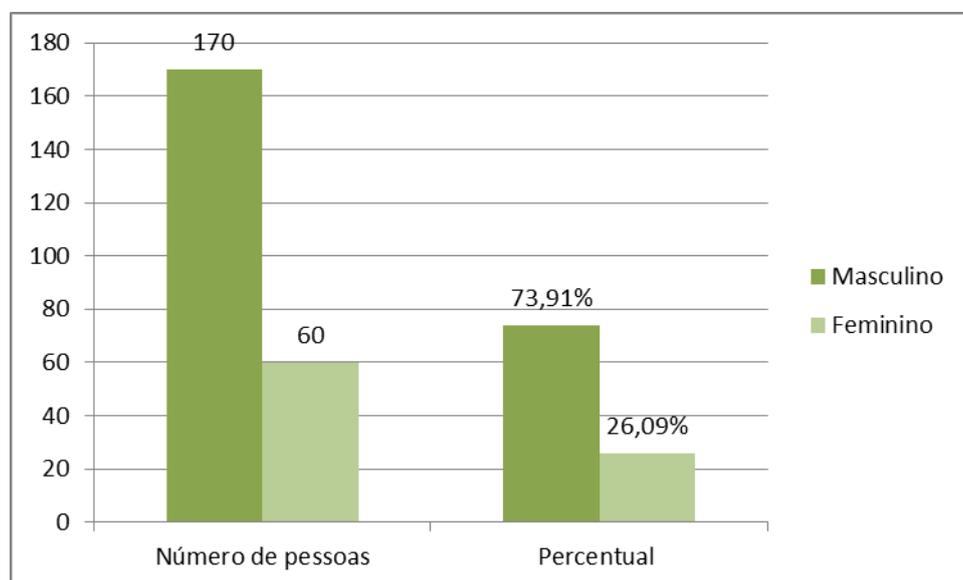


Fonte: Dados organizados pela autora (2015).

Os dados apresentados demonstram que no Curso em Agricultura na modalidade a Distância existe um predomínio de alunos com perfil de adultos, com faixas etárias que possibilitam, em geral, a plena capacidade produtiva de trabalho. O gráfico 6 evidencia que há uma maior quantidade de alunos do sexo masculino, que correspondem a

73,91% do total de alunos matriculados. Estes dados podem ser explicados pelo fato do curso analisado ser na área da agricultura, na qual, muitas das atividades são desempenhadas por homens. Inclusive, o que se observa é que na agricultura familiar a sucessão das propriedades, tradicionalmente, fica a cargo do filho homem. Nesse sentido, constata-se que esta predominância de homens no curso pode estar relacionada também com o processo de masculinização no campo, conforme será abordado nas análises que seguem. Por outro lado, não se pode descartar também a hipótese de que ainda existe uma invisibilidade da mulher no meio rural, pois se sabe que esta também desempenha muitas das atividades agrícolas ao lado do seu marido ou juntamente com seus pais.

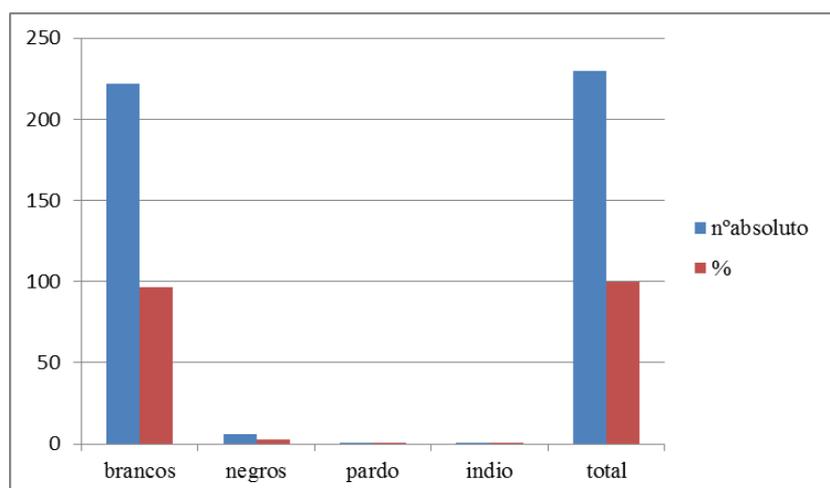
Gráfico 6: Gênero dos alunos participantes do curso (n=230)



Fonte: Dados organizados pela autora (2015).

A análise das fichas de matrículas dos alunos evidencia que há pouca procura pelo curso por alunos de diferentes etnias que vivem na região, como sujeitos de cor preta, pardos ou índios, os quais são público-alvo do curso em Agricultura na modalidade a Distância. Conforme pode ser identificado no gráfico 7, do total de 230 alunos matriculados, 222 são brancos (96,50%), 6 são negros (2,70%), um se declarou como pardo (0,45%) e um como índio (0,45%). Embora não se tenha realizado um estudo mais detalhado sobre o tema, constata-se que esta realidade pode ser decorrente da falta de contato por parte do curso com estes sujeitos, ou ainda, em função que estes possuem escolaridade inferior àquela exigida para cursar um curso subsequente.

Gráfico 7: Etnia dos alunos matriculados nos polos de Canguçu e de São Lourenço do Sul (n=230)



Fonte: Dados sistematizados pela autora (2015)

A partir da tabela 2 é possível constatar que há uma predominância das populações no meio rural, tanto no município de Canguçu como no de São Lourenço do Sul. Os dados apresentados demonstram que a população total no município de Canguçu, no período de 1991 a 2010, cresceu de forma pouco significativa, entretanto, se observa que os habitantes que vivem no meio rural se tornaram menos expressivos no período analisado, pois em 1991 eles representavam 72,58 % do total de habitantes do município e em 2010 este percentual aumentou para 63,02%, contrastando com o percentual de 27,42% da população do meio urbano que havia em 1991 e que aumentou para 36,98% da população total no ano de 2010. Embora haja um predomínio da população rural, há que se reconhecer que houve um significativo aumento da população urbana no período analisado.

Os dados apresentados na tabela 3 revelam que a população total do município de São Lourenço do Sul, no período compreendido entre os anos de 1991 a 2010, se comparada com a do município de Canguçu, cresceu de forma pouco significativa. Por outro lado, torna-se significativa a perda do número de habitantes da população rural no município de São Lourenço do Sul, pois, em 1991 ela representava 54,09% do total de habitantes, sendo que, em 2010, este percentual reduziu para 43,78 % do total de habitantes do município. Já o índice da população urbana aumentou de 45,91% para 56,22% da população total durante o mesmo período analisado.

Tabela 2: População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização – Canguçu/RS

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	50.367	100	51.447	100	53.259	100
População residente masculina	25.771	51,17	26.207	50,94	26.856	50,43
População residente feminina	24.596	48,83	25.240	49,06	26.403	49,57
População urbana	13.811	27,42	17.695	34,39	19.694	36,98
População rural	36.556	72,58	33.752	65,61	33.565	63,02
Taxa de Urbanização	-	27,42	-	34,39	-	36,98

Fonte: IBGE (2010).

Os dados do IBGE retratam uma masculinização da população no meio rural, o que pode ser ocasionado pelo êxodo rural da população feminina. Em Canguçu, existem mais homens do que mulheres, sendo a população composta de 49.57% de mulheres e 50.43% de homens, segundo Fonte: (IBGE 2010). Ambos os municípios apresentam esta diminuição da população feminina na zona rural, conforme causas já evidenciadas neste estudo.

Tabela 3: População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização

São Lourenço do Sul/RS

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	41.206	100	43.691	100	43.111	100
População residente masculina	20.783	50,44	21.920	50,17	21.623	50,16
População residente feminina	20.423	49,56	21.771	49,83	21.488	49,84
População urbana	18.918	45,91	23.463	53,7	24.237	56,22
População rural	22.288	54,09	20.228	46,3	18.874	43,78
Taxa de Urbanização	-	45,91	-	53,7	-	56,22

Fonte: IBGE (2010).

Outra questão a ser destacada a partir da análise das fichas de matrículas é o fato de haver somente a inclusão de seis alunos de cor preta e um de cor parda, mesmo existindo nos municípios analisados pessoas descendentes de quilombos e de escravos que habitavam a região. Da mesma forma, identificou-se a existência de somente um aluno de origem indígena nos cursos. Embora não se tenha realizado um estudo mais detalhado sobre o tema, constata-se que esta realidade por ser decorrente de fatores como a falta de contato por parte do curso com estes sujeitos, ou ainda, em função de que os mesmos possuam escolaridade inferior àquela exigida para cursar um curso subsequente.

Nos que se refere aos 22 alunos entrevistados, identifica-se que treze deles (59,1%) possuem filhos, que variam de um a três filhos por família. Estes dados reafirmam o perfil do aluno dos cursos técnicos EAD apresentado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (2007), na qual estes sujeitos identificam nesta modalidade uma oportunidade de adquirir o conhecimento sem precisar se distanciar de sua família.

No próximo item são abordados aspectos como a forma de acesso e as condições de permanência dos alunos no curso analisado, tendo-se como base as respostas dos alunos (22) e dos profissionais (19) entrevistados.

#### **4.2.2 O acesso ao Curso a Distância e as condições de sua realização**

Neste item será analisado o processo de inserção dos alunos no Curso em Agricultura na modalidade a Distância especificando como ocorreram as formas de ingresso, bem como, as condições de realização do curso. Para tanto, foram analisadas algumas questões perguntadas aos profissionais e aos alunos durante a realização das entrevistas, conforme segue.

Os alunos analisados relataram que obtiveram informações sobre o Curso em Agricultura na modalidade a Distância através da divulgação realizada nos Polos e através do site do Instituto Federal Farroupilha. Outros informaram, ainda, que souberam do curso através de alunos do curso e por intermédio dos tutores, que incentivaram e estimularam a comunidade para que frequentasse o mesmo. Outrossim, estas informações foram disponibilizadas através dos meios de comunicação local,

especialmente rádio, e por meio do site das Prefeituras Municipais de Canguçu e de São Lourenço do Sul.

O ingresso dos alunos ocorre mediante edital de seleção aberto pelo Instituto Federal Farroupilha, sendo que, o processo seletivo é realizado mediante a inscrição dos alunos e a análise de documentos que comprovem o atendimento de alguns critérios relacionados com as cotas, tais como: ter estudado em escola pública; possuir renda familiar de até um salário mínimo e meio; possuir etnia negra, indígena e/ou parda; apresentar algum tipo de deficiência física. Ou seja, os alunos realizaram a inscrição com base nas cotas e o processo de análise foi realizado com base nestes itens referidos. Ressalta-se que atualmente o processo seletivo continua ocorrendo a partir do IF Farroupilha, entretanto, consiste somente no sorteio público com base nas inscrições dos alunos por cotas.

Quando questionados sobre a escolha por um curso a Distância os alunos revelaram os mais variados motivos, tendo prevalecido entre as respostas a justificativa de que através da modalidade a distância há a possibilidade de conciliar o trabalho, a família e os estudos, conforme se evidencia em alguns relatos que seguem.

*Facilidade de cursar porque posso conciliar o trabalho e o estudo. Precisava ter curso EAD durante o dia. (A. 1).*

*Devido à facilidade de organizar o tempo. Para atender a família trabalhar e estudar, se organiza o tempo para conciliar trabalho estudo e família. (A. 6).*

*Horários flexíveis que permitem estudar em casa. Eu não poderia vir no ensino regular e nem frequentar um curso fora da cidade (A. 10).*

*Por falta de tempo livre para frequentar a sala de aula. (A. 12).*

*Não tinha como cursar na forma presencial. A praticidade do curso, tu poder fazer teus horários e conciliar com a família. O meu marido também faz o curso. (A. 13).*

*A modalidade a distância facilita para quem trabalha e quem tem filhos, já que é possível estudar em casa nos momentos em que há disponibilidade de tempo e as aulas presenciais não são diárias. Já frequentava o Polo, fiz outros cursos. É mais fácil que o presencial por conciliar família a trabalho. (A. 16).*

Através dos relatos dos alunos constata-se que antes da implantação do Curso em Agricultura na modalidade a Distância, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, não era oferecida por outras instituições de ensino nenhuma formação nesta área na região, conforme pode ser observado através de algumas respostas:

*Mais fácil, não tinha este curso na região. Se tu sair não retorna para a propriedade. É mais prático um curso EAD, eu posso estudar e casa, eu já tinha internet em casa. (A. 14).*

*Não tenho recursos financeiros para sair do município. O curso é gratuito e tem transporte municipal até o polo. Meu filho faz um curso do IFSUL. (A. 8).*

Pode-se concluir que o fato de não ser ofertada formação em agricultura na região analisada poderia ser uma das causas que levaria especialmente os jovens a se deslocarem para outros municípios para terem acesso à qualificação profissional nesta área, ou até mesmo acabassem desistindo dos estudos. Identifica-se que através do curso os estudantes encontraram a possibilidade de uma qualificação profissional na sua área de atuação que é a agricultura, conforme evidenciado por vários alunos, através dos relatos que seguem.

*Continuar junto à propriedade e à família. Com um filho pequeno não sairia do município para estudar, não frequentaria um curso que não fosse na modalidade EAD. (A. 15).*

*Pela facilidade de não sair de São Lourenço. Se não fosse assim seria mais difícil, teria que correr atrás. Assim eu posso conciliar trabalho, estudo e moradia na zona rural. (A.18).*

*Pela impossibilidade de viajar a outra cidade por causa da família, pelo horário, e a falta de locomoção. Falta também tempo e recursos financeiros. (A 19).*

*Pela impossibilidade de presencial em São Lourenço. Conciliar trabalho de casa e família. (A. 22).*

Através dos conhecimentos técnicos adquiridos no curso se pressupõe que os estudantes possuam maiores condições de investir em suas propriedades e tenham a possibilidade de prestar assistência técnica aos agricultores da região. Da mesma forma, a partir da qualificação profissional os alunos possuem maiores condições de buscarem emprego na região ou, até mesmo, de prestarem concursos públicos como técnicos em agricultura.

Destaca-se que o retorno aos estudos trouxe satisfação pessoal e profissional para muitos alunos que tiveram a oportunidade de voltar a estudar em outra fase da vida, conforme destacado por um deles: “*A falta de opção de cursar este curso na juventude, e hoje apareceu esta opção de fazer o curso à noite*”. (A. 4). A partir deste processo compreende-se que o curso contribui para que estes alunos tenham melhores condições

de trabalho e, conseqüentemente, para que haja uma melhora nas condições de vida das populações que vivem no meio rural.

O acesso dos alunos à informação sobre o curso em Agricultura na modalidade a Distância ocorreu de maneira variada, tendo predominado as respostas que revelaram que este processo foi realizado através da divulgação nas redes de comunicação local, especialmente o jornal e a rádio. Entretanto, constata-se que entre alguns alunos havia um desconhecimento sobre o funcionamento do curso, conforme relatado por um deles: “*Soube pelos anúncios, mas demorei a entender como funcionava o curso a distância*”. (S. 6).

Muitos dos alunos ficaram sabendo através de outras pessoas, como familiares, amigos e outros alunos que já frequentavam o curso. Alguns deles obtiveram a informação através de profissionais que atuam no curso, como professores e tutores. Apenas um aluno revelou ter obtido a informação através do site do curso e um deles ficou sabendo através de um folder que estava à disposição em uma agência bancária de seu município.

A avaliação dos alunos sobre o curso em Agricultura na modalidade a distância, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, evidencia que os mesmos, em sua maioria, avaliam como boa ou muito boa a instituição:

*Acho que o Instituto Farroupilha se esforçou bastante para nos oferecer este curso da melhor maneira possível, dentro das suas condições e possibilidades. (A. 16 ).*

*Avalio como boa, principalmente a atuação dos tutores a distância que têm disponibilidade, apesar das dificuldades apresentadas pelas turmas pioneiras. (A. 17).*

*A instituição em si é boa, pela plataforma, provas, curso de qualidade, material didático acessível. (A. 18).*

*É uma instituição bem estruturada, está de parabéns. (A. 20).*

*Apareceram menos dificuldades que eu imaginava, me adaptei bem com esta modalidade, sendo bem atendida pela instituição. (A. 19).*

*É minha primeira experiência em EAD, mas avalio de maneira positiva, pois ficou dentro da minha expectativa. (A. 12).*

*Teve esforço da instituição. Gostei, os professores eram atenciosos. Só tive dificuldade de conseguir lugar para o estágio. (A. 22).*

*Sempre que procurei ajuda tive retorno do pessoal do Campus. Tive apoio dos professores e retorno dos estágios. (A. 1).*

*Boa, apesar das dificuldades do pioneirismo. Bastante exigente nas atividades. Aos poucos as atividades on line evoluíram. Sempre recebi suporte. (A. 6).*

Houve alguns alunos que avaliaram a instituição como boa, embora tenham revelado que ela poderia melhorar em alguns aspectos relacionados com as aulas práticas, com os profissionais, com a comunicação com os alunos e com o material didático, conforme se observa em alguns relatos:

*Boa, com alguns pontos a serem melhorados na oferta do curso. (A. 15).*

*Falta de aulas práticas, falta material didático impresso, falta comunicação e respostas. Havia muitas atividades com prazo "x" que no final eram prorrogadas pelo atraso dos outros colegas. Ficaram lacunas. (A. 21).*

*Mais ou menos. Não houve aulas práticas, tem atraso de conteúdo, falta de material impresso... (A. 2).*

*Bom, mas teve pequenos problemas de início. Precisaria ter mais aulas práticas e mais aulas de informática. (A. 3).*

*É bom, mais precisaria mais aulas presenciais. (A. 11).*

*No início tinha pouca experiência em EAD no Polo e na instituição, ocorriam dificuldades de comunicação. Precisa ter mais aulas práticas, mais informática. Tenho dificuldades por não ser da área do curso. (A. 8).*

*Boa, mas precisa revisar alguns conceitos. (A. 9).*

*A relação no polo é excelente, mas tem pouca comunicação e dificuldade de comunicação com o campus. Deveria ocorrer maior contato com os professores, e têm poucos tutores. (A. 10).*

Por outro lado, há alguns alunos que reconhecem que algumas das fragilidades encontradas ocorreram em função do atraso da liberação dos recursos federais, não sendo culpa da instituição, conforme pode ser observado através de alguns relatos.

*O curso foi bom, mas teve dificuldade de professores e tutores de se deslocarem ao polo por causa da distância. Teve atraso no recurso e faltou material didático. Tem que melhorar a organização das partes financeiras porque alguns alunos evadem por falta de material didático impresso. Este curso necessita de muitas aulas presenciais e práticas. (A. 4).*

*Faltaram aulas presenciais e técnicas. Faltou material impresso e toda esta dificuldade ocorre por causa do atraso do recurso financeiro ao Instituto. (A. 7).*

*Polo 100% (horários, tutores bons, telefone, e-mail), mas o curso deixou a desejar o atendimento on line, a tutora a distancia teve problema, uma professora desistiu da disciplina, algumas disciplinas eram muito extensas e tinha muito conteúdo. As notas*

*eram entregues atrasadas. O Estágio está sendo bem atendido, tive todas as informações sanadas, o coordenador do curso atende bem. (A. 18).*

Nesse sentido, embora os alunos tenham evidenciado que as fragilidades identificadas durante a realização do curso, decorrentes da falta de liberação dos recursos não seja “culpa” da instituição, cabe destacar que no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, do Instituto Federal Farroupilha, está previsto que a oferta de cursos na modalidade EAD deve atender alguns pré-requisitos, entre eles a “[...] disponibilidade orçamentária do Campus para suprir as demandas necessárias, caso ocorram atrasos na liberação orçamentária dos recursos E-Tec” (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014, p. 123).

No que se refere ao processo de interação dos alunos com os colegas e com os profissionais durante a realização do curso observa-se que, em sua maioria, os alunos evidenciaram que não tiveram problemas neste sentido, conforme pode ser observado em alguns relatos que seguem.

*A interação com os alunos é boa, porque nós nos conhecemos, trocamos ideias, estudamos juntos para as provas. A relação de Coordenadores, Professores e Tutores é ótima. (A. 2).*

*Boa relação, teve interação e todos foram atendidos. Os tutores ajudam muito, ajudam a manter o ânimo do pessoal. É importante a ajuda dos tutores do polo na informática (A. 4).*

*Teve ajuda dos colegas, interação, recebia informações. Após o contato on line, no conhecimento presencial se tornou mais fácil a relação por causa do diálogo. Bom acompanhamento da coordenadora de Polo. Eficiente na ajuda aos alunos. (A. 6).*

*Foi boa, muita ajuda entre colegas e os tutores. (A. 7).*

*A relação no polo foi excelente. Houve integração, interesse e ajuda de todos, coleguismo e incentivo. (A. 8).*

*Relação entre todos é bastante produtiva. (A. 9).*

*Foi boa, um ajudava o outro. Teve um grupo no distrito que se reunia para estudar, tirar duvida, um consultava o outro. (A. 11).*

*A relação entre as pessoas que envolvem o sistema EAD, também os alunos é de colaboração e de ajuda mútua, participação coletiva e empenho na resolução de adversidades. (A. 12).*

*Tranquila, tutores bons, tanto no presencial como no EAD. Polo bom, infraestrutura boa, boa coordenação e organização. (A. 13).*

*Fizeram um grupo para ir ao polo – 35 km interior do município naquela localidade não tinha asfalto e toda extensão estava em reforma (15 km de estrada de chão). Todos trocavam e-mails. (S. 14).*

Foi relatado ainda que, embora houvesse uma boa interação entre os alunos, a relação estabelecida com os professores e com o Campus deixou a desejar, em função de que deveria ter mais profissionais e uma maior eficiência dos mesmos no que se refere à comunicação com os alunos:

*Os colegas se apoiam, realizam trabalhos e estudos conjuntos, mas teve pouca interação com os professores (on line) (A. 15).*

*Relação no polo foi excelente, mas teve dificuldade de comunicação com o campus. Deveria ocorrer maior contato com os professores e deveria ter mais tutores. (A. 10).*

*O Campus não era tão eficiente na comunicação com os alunos, demoraram para dar respostas. Alguns relatórios foram perdidos, e alguns orientadores não tinham a mesma metodologia (S. 14).*

*Com o Campus não houve interação, tudo era muito virtual, teve falta de respostas. Houve dificuldade das pessoas se expressarem virtualmente, digitando, não foi usado o recurso de vídeo conferencia, skipe... Tive dificuldade também para iniciar o estágio, mas tirei as dúvidas pelo telefone com o coordenador do curso que me deu mais informações (A. 21).*

Alguns alunos evidenciaram que não houve uma boa integração entre os colegas, especialmente pelo fato deles viverem em municípios diferentes e devido à falta de uma liderança na turma. Além disso, foi apontado pelos alunos que muitos deles possuem resistência em se comunicar de forma virtual. Alguns revelaram, ainda, que a fragilidade na relação com alguns professores se deu em função da falta de respostas dos mesmos quando solicitados pelos alunos via plataforma *moodle*, conforme pode ser identificado em alguns relatos que seguem.

*Com os colegas não existe muita interação, muitos alunos são de fora do município. Tem pouca conexão on line, pois existe uma inibição neste tipo de comunicação. (A. 19).*

*Não teve interação com os colegas, era cada um por si. A saída do tutor por causa da necessidade de seu afastamento para a eleição desuniu a turma, faltou um líder. (A. 1).*

*Entre os alunos não existe muita interação, já que a maior parte é de outras cidades e nos encontramos muito pouco em aulas presencias. Os tutores foram perfeitos em tudo aquilo que lhes foi solicitado. Já a comunicação através da plataforma moodle foi péssima, com exceção de alguns professores, mas em geral eles levavam muito tempo para retornar as nossas indagações. (A. 17).*

Nesse sentido, destaca-se que através do Decreto nº 7.589, que instituiu a Rede e-Tec Brasil está previsto que os polos de apoio presencial devem ofertar:

[...] espaço físico adequado, infraestrutura e recursos humanos necessários ao desenvolvimento das fases presenciais dos cursos e projetos na Rede e-Tec Brasil, inclusive para o atendimento dos estudantes em atividades escolares presenciais previstas na legislação vigente (BRASIL, 2011, p. 3).

Houve ainda um aluno que revelou ter estabelecido uma boa relação com os colegas e com os profissionais, entretanto, enfrentou dificuldades relacionadas com o estágio: *“Tive uma boa relação com todos. Estando no Polo a gente fica mais conhecido e faz relação com os colegas. Teve pouca chance nas empresas para estágio”*. (A. 22).

No que se refere ao estágio curricular supervisionado, está previsto no Plano Político Pedagógico do Curso Técnico em Agricultura na modalidade a Distância, que o mesmo representa um dos instrumentos de prática profissional, que deve ocorrer de forma articulada com as disciplinas e com as atividades propostas pelos alunos através de projetos. Assim, o estágio curricular possui a finalidade de:

Complementação do ensino e da aprendizagem; adaptação psicológica e social do estudante à sua futura atividade profissional; capacitação do estudante para facilitar sua futura a bsorção pelo mercado de trabalho; orientação do estudante na escolha de sua especialização profissional; oportunizar a Escola subsídios para avaliar seu processo educativo, possibilitando adequação curricular às inovações tecnológicas. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA, 2013, p. 18).

Este processo de interação estabelecido entre os alunos possui relação, também, com os conhecimentos prévios em informática que cada um possuía antes do início do curso. Nesse sentido, constata-se que cinco alunos revelaram que possuíam conhecimento, mas somente o básico, tendo sido fundamental para seu aprimoramento a orientação recebida pelos tutores durante o curso, conforme evidenciado por dois deles:

*Tinha computador em casa, mas tinha um pouco de dificuldade inicial, tive ajuda dos tutores e superei essas dificuldades.* (A. 11).

*Recebi apoio dos tutores presenciais. O polo ajuda na capacitação inicial dos alunos.* (A. 15).

Dois alunos relataram que não possuíam nenhum tipo de conhecimento prévio em informática, tendo adquirido capacitação a partir do curso. Um deles revelou que não possuía e que nem mesmo depois de frequentar o curso se encontrava apto a utilizar a informática: *“Não, não tinha e pouco aprendi a usar as ferramentas no curso”*. (A. 4).

Por outro lado, quatorze alunos evidenciaram que já possuíam conhecimentos prévios e que não encontraram dificuldades para utilizar o computador e a internet em

função de que já haviam realizado cursos anteriores na área e em EAD. Além disso, alguns deles revelaram possuir computador em casa, conforme pode ser observado em alguns dos relatos.

*Tinha conhecimento em informática básica, foi fácil me adaptar. (A. 7).*

*Já tinha conhecimento, não tive problema. (A. 9).*

*Tinha feito cursos básicos, tenho computador em casa. (A. 10).*

*Já usava no meu dia a dia profissional, dá para dizer que dava para atender minhas necessidades. (A. 12).*

*Através de cursos feitos em informática e já havia feito outros cursos EAD. (A. 17).*

*Já tinha feito cursos básicos de informática, depois me adaptei através da prática. (S. 21).*

Constata-se também que o desempenho dos alunos e o aproveitamento do curso a distância em agricultura dependem especialmente do acesso à internet e do acompanhamento dos mesmos pelos tutores e professores. Nesse sentido, conforme já referido, os Polos de Educação a Distância devem ser adequados e disporem de laboratórios de informática com internet, com capacidade para possibilitar a comunicação *on line* entre o aluno e o seu curso, por meio da equipe que o assessora virtualmente.

Conforme designado pela rede e-Tec Brasil, a equipe efetiva do polo presencial deve ser constituída por um coordenador de polo e um tutor presencial que deve atender grupos de até vinte e cinco alunos, para o qual deve desempenhar as seguintes atribuições:

[...] conhecer o Projeto Político Pedagógico do Curso; ser um mediador entre o estudante material didático e atividades práticas de laboratório; estimular, motivar e orientar os alunos a desenvolverem suas atividades acadêmicas e de autoaprendizagem; planejar e organizar as ações de orientação da aprendizagem; realizar os encontros presenciais com os alunos, em grupo para orientação, troca de experiências, confronto de ideias e busca de soluções; assessorar e mediar o processo de aprendizagem do aluno considerando o ritmo e estilo de aprendizagem de cada um; possibilitar aos alunos procedimentos reflexivos e fundados em conceituações teóricas consistentes; avaliar o processo de aprendizagem do aluno, em articulação com o professor e tutor a distância; manter o professor, o tutor a distância e o pedagogo informados sobre o nível de preparação e desenvolvimento dos alunos; acompanhar as interações dos alunos por meio da lista de discussões, fóruns e sala de bate-papo da unidade curricular, auxiliando o professor e tutor a distância na condução desses recursos; suscitar interesse pela investigação e uso de bibliotecas e laboratórios; realizar sistematicamente exercícios de auto avaliação, discussão de resultados de avaliações propostas nos encontros presenciais; orientar trabalhos escolares e atividades complementares; participar das reuniões com o professor e tutor a distância para acompanhamento e avaliação dos resultados da unidade curricular; participar das reuniões técnico-pedagógicas do curso. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA, 2013, p. 52).

Mais do que aprender a utilizar o computador, os alunos que vivem na zona rural enfrentam inúmeras dificuldades em função da falta de acesso à rede de internet, o que ainda é um desafio para quem vive em locais afastados da cidade. Este fator acaba dificultando o contato dos alunos com os colegas e, especialmente, com os professores e tutores, conforme pode ser identificado em alguns dos relatos:

*Não ter internet em casa dificultou o contato com os professores no dia a dia. (A. 5).*

*A internet às vezes não funciona, e a distância dos professores também dificultou. (A.7).*

*Não ter às vezes respostas na hora e terem poucos tutores. (A. 8).*

*Na propriedade rural a internet não é muito boa. Como os professores não estão perto para tirar as dúvidas na hora, não acontece a interação on line. (A. 11).*

*Falta de internet na residência. A falta de respostas imediatas quando surgiam dúvidas. (A. 15).*

*A minha principal dificuldade foi o acesso à internet, já que onde moro é interior e minha internet é móvel e muitas vezes o sinal é péssimo. Encontrei dificuldades para utilizar a plataforma. (A. 20).*

*A internet da minha casa, por ser em zona rural é muito lenta. (A. 21).*

Além da questão do acesso e do uso da internet, os alunos ressaltaram as dificuldades relacionadas com a necessidade de haver mais aulas presenciais e aulas práticas, além da distância geográfica para chegarem ao Polo e ao Campus, conforme relatado por alguns deles:

*Precisaria mais aulas presenciais e as aulas práticas foram poucas. A distância do Campus desfavorece. Se fosse mais perto eu poderia ir mais vezes com mais tempo (A. 10).*

*Às vezes demorava a resposta do professor. (A. 3).*

*Distância para ir ao polo de noite. Poucas aulas presenciais voltadas à apostila. Saíam do foco. A gente aprende mesmo no estágio. (A. 14).*

*As aulas presenciais e práticas foram poucas, e assim não é possível a troca de informações e de dúvidas que só aparecem neste tipo de aula. (A. 16).*

*Em algumas disciplinas como topografia e mecanização, tive muitas dificuldades pela falta de aulas práticas. (A. 19).*

Conforme previsto no PPC do Curso Técnico em Agricultura na modalidade a Distância, a matriz curricular do curso prevê a existência de atividades articuladas que contemplem as disciplinas, a realização de práticas profissionais com base em projetos

elaborados pelos alunos, bem como, o estágio curricular obrigatório (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA, 2013).

Os profissionais, por sua vez, também reconhecem as dificuldades dos alunos no que se refere ao deslocamento para os polos em função da localização geográfica e da dificuldade das pessoas que vivem na zona rural conciliarem trabalho e estudo:

*Falta de recursos financeiros para transporte e eles têm dificuldades de conciliar o estudo com o trabalho, principalmente nas épocas de plantio e de colheita, período em que os alunos quase não frequentam o polo. (P. 1).*

*A dificuldade de deslocamento do interior do município (falta horário de ônibus no interior). (C. 3).*

As narrativas dos profissionais entrevistados reforçaram elementos apontados pelos alunos, especialmente no que se refere à falta de acesso dos mesmos às tecnologias de informação, prioritariamente à internet, conforme pode ser identificado em um dos relatos: “*Não ter acesso a internet em casa e a falta de conhecimento em informática (computação)*”. (T. 1). Por outro lado, vários profissionais reconhecem, também, a necessidade do aluno receber apoio constante, conforme ressaltado por um professor e um coordenador entrevistados:

*O aluno adulto apresenta dificuldades de adaptar-se à Tecnologia de Informação, pois tem pouco tempo e precisa conciliar trabalho e estudo. Ele necessita de um apoio constante dos professores e tutores para que não se desestimore. (P. 4).*

*Pouco conhecimento de informática, principalmente de alunos mais velhos. (C. 7).*

*A falta de acesso à internet e de conhecimento em informática. (C. 2).*

*O aluno EAD também é desafiado continuamente no AVA, por isso a capacitação do mesmo no ambiente é muito importante, pois ali nada mais é do que uma sala de aula virtual, ele precisa de um ambiente atrativo e de fácil navegabilidade. (T. 6).*

São apontadas pelos profissionais também outras dificuldades relacionadas com o distanciamento que existe entre as atividades presenciais e as a distância, a falta de infraestrutura adequada, bem como, a qualificação e a interação necessárias entre os profissionais, especialmente os tutores e os professores, conforme pode ser observado através de alguns relatos:

*Ainda existe falta de diálogo do presencial com o EAD. Tem muitos alunos ligados apenas à máquina. Falta os alunos se reunirem sem o professor para a troca de experiências. (C. 8).*

*Em cursos que pedem aula prática há a inexistência das mesmas, dificuldade de estágio quando o curso pede. (T. 6).*

*Falta de capacitação dos professores e tutores para atuarem na EAD. Organização do Campus e do Polo Presencial, a desistência do Tutor presencial por causa do baixo valor da bolsa, o que leva o tutor a procurar outros trabalhos. (T. 4).*

*Os calendários engessados, sem flexibilidade para o aluno. Outro fator a destacar é a capacitação profissional dos tutores para auxiliar os professores e principalmente os educandos nesse caminho. (T. 6).*

*A reprovação, o atraso das atividades e a dificuldade dos alunos com o AVEA. A falta de tutores presenciais na área específica do curso do curso (P. 2).*

*A infraestrutura dos polos, o atraso das atividades e do material didático. Faltam também tutores presenciais. (P. 5).*

Segundo Schröder (2008), torna-se necessário que a Educação a Distância disponha de uma prática e de uma forma de organização não convencional, da qual todos os profissionais, especialmente os professores e tutores, estabeleçam um intercâmbio de saberes, uma colaboração através de seus conhecimentos específicos de forma compartilhada e construída valendo-se do uso de metodologias disponibilizadas pelo sistema da informação. O trabalho deve ser em rede para que sejam atingidas as diferentes áreas do conhecimento, além de que, os profissionais devem estar capacitados de forma a garantirem que o aluno adquira conhecimentos e habilidades que atendam suas reais necessidades e a demanda da realidade da região.

Apenas quatro alunos evidenciaram não terem enfrentado nenhuma dificuldade para a realização do curso a distância, pois, segundo eles, tiveram todo o apoio que necessitavam dos profissionais que atuavam no curso. Nesse sentido, muitos profissionais ressaltaram que o bom desempenho dos alunos depende, em grande parte, de sua identificação e conhecimento sobre o curso, de seu empenho e comprometimento, conforme pode ser observado em alguns relatos:

*A EAD não é para todos. Não serve para alunos desmotivados ou que precisam de muita atenção de um professor. É ideal para quem tem motivação para aprender, tem motivação e autonomia para realizar seu curso, ou está impossibilitado de frequentar aulas presenciais em razão de outros impedimentos (trabalho, família, problemas de locomoção). (T. 5).*

*A EAD não serve para todos os alunos. Muitos deles iniciam achando que esta é a forma mais fácil de estudar. Não se adequa a alunos desmotivados ou sem organização pessoal (P. 4).*

*A EAD não é uma modalidade fácil de estudar. O aluno tem que adquirir as características do aluno EAD. A maior dificuldade dos alunos, no meu ver, seria a internet, pois dependendo do local, às vezes ela é muito lenta ou é de pouco alcance. Às vezes essa dificuldade se dá pelo valor da internet, e a maioria deles, quando tem acesso, é muito limitado, requerendo um maior investimento e não possibilitando o acesso a vídeos e/ou documentários relacionados com o curso. (T. 1).*

*A frustração na EAD envolve os alunos que obstruem sua aprendizagem e sua satisfação. Frustrações que muitas vezes não são casuais, mas que tem ações e carências provocadas pelo próprio aluno, tutor e instituição, que percebem que não é suficiente fazer um curso de formação, proporcionar e dispor de ambiente virtual de aprendizagem, material de aprendizagem e de um tutor ou formador que conheça os materiais de aprendizagem e conteúdos presentes nos cursos. (T. 5).*

*O mais difícil é a ambientação em uma ferramenta tecnológica, por exemplo, o computador e os sistemas envolvidos para a realização das atividades. Ainda há a ilusão de que a EAD é mais “fácil”, pois não exige a presença do aluno, mas o mesmo deve ter disciplina e autonomia para a realização do curso. (P. 3).*

*Falta de empenho e dedicação em seus objetivos educacionais, pois como podemos observar a modalidade EAD exige dedicação e autonomia. O aluno é o “senhor de seu aprendizado”. (T. 6).*

*Pouca afinidade com o curso e o surgimento de imprevistos que desmotivam o aluno. (T. 2).*

*Desconhecimento do aluno sobre o funcionamento de um curso EAD e também do que trata o curso. (T. 3).*

Belloni (2002) afirma que os conteúdos dos cursos em Educação a Distância devem se organizados visando à autoaprendizagem, centrados no aprendiz como um ser autônomo, gestor do seu próprio processo de apreensão do conhecimento. Por outro lado, os estudantes dos cursos de Educação a Distância necessitam desenvolver habilidades especiais que garantam a condução de seus estudos como disciplina, iniciativa, responsabilidade, organização, automotivação e persistência.

Um dos alunos relatou que a maior dificuldade que encontrou não se refere propriamente ao curso, mas à falta de apoio aos agricultores: *“Falta investimento e assistência ao colono. Nós, por exemplo, não plantamos morango pela falta de transporte. A agricultura está voltada para as grandes propriedades. Não temos assistência técnica e falta uma agroindústria”.* (A. 22).

Quando questionados sobre os motivos que provocam a evasão dos alunos os profissionais apontaram inúmeros aspectos que também foram referidos pelos alunos ao relatarem suas principais dificuldades de ordem pessoal para cursarem a formação em Agricultura na modalidade a distância. Destaca-se, especialmente a referência feita à

importância da inter-relação entre as atividades presenciais e a distância, da qual o espaço físico (Polo) e os profissionais assumem um papel fundamental, conforme pode ser identificado nos relatos de alguns profissionais:

*Há poucas aulas práticas e presenciais nos polos devido à baixa frequência da presença de professores nos polos. O aluno se sente sozinho quando não mantém um contato (presencial) periódico com os professores, tanto nos polos como nos eventos relacionados com o Curso Técnico em Agricultura, como em exposições, em feiras, em seminários, em congressos, em visitas técnicas em áreas de produção agrícola e em reuniões técnicas. (C. 1).*

*A falta de acolhida e de acompanhamento dos responsáveis como professores e tutores (P. 2).*

Conforme evidenciado, tanto pelos alunos como pelos profissionais entrevistados, os coordenadores e os tutores possuem um papel fundamental no desempenho das atividades realizadas nos Polos, pois através destes espaços devem ser proporcionadas as condições necessárias para a permanência do aluno no curso, sendo considerados, portanto, como o elo de comunicação e de ligação mais próximo do aluno com a Instituição ofertante do Curso. O termo “a distância”, da qual se pressupõe que o aluno e professor estão separados fisicamente, de maneira nenhuma pode excluir o contato direto dos alunos entre si ou do aluno com o professor ou tutor. Nesse sentido, torna-se necessário ainda superar muitas dificuldades conforme já referido, para evitar que os alunos digam que a principal dificuldade encontrada no curso refere-se, “*Como o próprio nome sugere “a distância” identificada entre o curso, a maneira de estudar e o aluno. (A. 12).*

Da mesma forma, o tutor presencial possui um papel fundamental no processo de aprendizagem, pois ele é a figura que deve estar diretamente ligada ao estudante no Polo de educação a distância. A tutoria na Educação a Distância constitui-se como primordial para a garantia da aprendizagem dos alunos, o que evidencia a necessidade de haver um processo constante de avaliação da atuação e do desempenho destes profissionais, bem como, dos demais atores envolvidos no processo de aprendizagem do aluno.

Além das tecnologias existentes no polo e no Núcleo de Educação a Distância (NEAD), é importante assegurar que as relações humanas que são estabelecidas nestes espaços físicos, necessariamente, estejam em sintonia com as tecnologias, pois é através da conjunção entre os profissionais e as tecnologias de informação e de comunicação

que deve ser garantida a qualidade deste ensino e o atendimento adequado aos alunos do curso.

No item seguinte são apresentados os resultados do curso em Agricultura na modalidade a Distância para a vida dos alunos e de suas famílias.

#### **4.2.3 Resultados do Curso na vida dos alunos e de suas famílias**

A análise sobre os resultados do Curso em Agricultura na modalidade a Distância para a vida dos alunos e de suas famílias teve como base alguns questões que foram abordadas com os alunos como a sua ligação com a agricultura durante o processo de formação, a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso e as percepções dos mesmos sobre a importância do curso para suas vidas.

No que se refere à relação existente entre o Curso em Agricultura com a atividade profissional exercida pelos alunos, constata-se que, a maioria deles (quatorze alunos), revelou possuir alguma relação com a atividade agrícola, seja a partir de sua família ou de seu trabalho, conforme pode ser observado nos relatos que seguem.

*Sim, tenho uma agropecuária, sou produtor rural e tenho contato permanente com outros produtores. (A. 4).*

*Sim, trabalho na minha propriedade na produção de fumo. (A. 5).*

*Sim, meus pais são produtores e meu irmão que ajuda na propriedade. Fui criado para fora e tenho conhecimento sobre as atividades agrícolas. (A. 8).*

*Sim, sou filho de agricultor e moro no interior do município. (A. 9).*

*Sim, trabalho na propriedade da família. Plano fumo e milho com meus pais e meus irmãos. (A. 11).*

*Sim, presto assistência técnica no setor de agricultura. (A. 12).*

*Sim, sou produtora rural. Plantamos soja, arroz, milho e criamos gado, além da produção para o consumo familiar como a horta e o pomar. (A. 15).*

*Sim, pois temos em nossa propriedade gado leiteiro. (A. 16).*

*Sou oriunda da zona rural e moro eu propriedade agrícola. (A. 17).*

Apenas dois alunos entrevistados revelaram não atuarem na área do curso, apesar suas famílias permaneçam na área rural. Entretanto, seis deles revelaram que, embora não estivessem atuando no momento das entrevistas, possuem interesse em atuar na área

da agricultura assim que concluírem o curso, conforme pode ser evidenciado através de alguns relatos:

*Não atualmente trabalho com vendas na AFUBRA, mas quando concluir o curso pretendo atuar na parte técnica. Vou fazer o estágio no local de trabalho. (A. 13).*

*Tenho propriedade rural por interesse familiar. (A. 19).*

*Eu tinha conhecimento em agricultura por causa do trabalho na família. Plantamos fumo durante nove anos. Quero investir em fruticultura. A minha família, os meus irmãos, já deixaram a propriedade, mas eu quero ficar. (S. 22).*

Estes dados revelam que, em geral, os alunos possuem condições de partilhar os conhecimentos adquiridos no curso em Agricultura junto a suas famílias e com outros produtores rurais. Quando questionados sobre as formas de aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso somente dois alunos entrevistados revelaram que ainda não estão realizando este processo, entretanto, os demais afirmaram que o aproveitamento dos conteúdos está sendo realizado nas suas propriedades e nas de suas famílias, conforme pode ser observado nos relatos que seguem:

*Sim, na propriedade e no contato com os clientes. O curso abriu um campo para o mundo, a pesquisa e a internet viraram ferramentas poderosas. (A. 4).*

*Sim, algumas coisas eu consegui implantar na propriedade, principalmente os cuidados ambientais, a utilização de maquinários, o pomar, as pastagens. Fiz estágio na propriedade (A. 6.).*

*Sim, algumas coisas como a adubação correta da lavoura. (A. 7).*

*Agora eu converso com meu irmão que administra a propriedade e dou sugestões. (A. 8).*

*Alguma coisa sim, como as tecnologias novas. No começo teve dificuldade da aceitação do Pai, fui devagar conquistando a confiança dele. Apliquei o plantio direto na propriedade. (A.11).*

*Estou melhorando meu conhecimento técnico numa área em que eu atuo há mais de 26 anos, por isso posso dizer os conhecimentos adquiridos no curso estão me ajudando muito. (A. 12).*

*Aos poucos vou implantando as tecnologias, mas muitas coisas têm custo elevado. (A. 14).*

*Sim, estou aplicando na minha propriedade, quero continuar atuando nela, apesar de saber das dificuldades do setor principalmente o efeito do clima. (A. 15).*

*Com certeza, é importante para quem trabalha na zona rural se aprimorar. (A. 16).*

*Na propriedade apliquei conhecimentos na criação de animais, na alimentação destes, na parte de lavoura, e na parte administrativa (planejamento e projetos). (A. 18).*

*Sim, na propriedade com o marido, produzimos para o nosso consumo. (A. 21).*

No que se refere à importância do curso para a vida dos alunos, identifica-se que o curso possibilita inúmeros benefícios, tanto no aspecto pessoal como profissional. Vários alunos ressaltaram que o curso possibilitou novas formas de relação, aprendizado, novos conhecimentos e a oportunidade de uma qualificação profissional, embora alguns deles não estivessem atuando diretamente na área durante a realização do curso, conforme pode ser identificado em alguns relatos:

*O resultado é pessoal e profissional. (A. 4.).*

*Eu gostaria de retornar a estudar, fazer um curso profissionalizante, tive interesse pelo curso de agricultura, não sou ligada a atividade rural, mas meu município economicamente depende disso, trabalho no comércio e vendo para agricultores. Minha realização é o retorno aos estudos, incentivar o estudo aos filhos. (A. 8).*

De um modo geral, a maioria dos alunos entrevistados revelou que sua opção pelo Curso em Agricultura na modalidade a Distância ocorreu em função de que os mesmos já atuavam na área agrícola e sentiram necessidade de uma qualificação visando ao aprimoramento de suas propriedades, conforme pode ser constatado através de algumas respostas que seguem.

*Já trabalhava na área e foi um aperfeiçoamento, esta foi a única oportunidade que tive de fazer o curso de agricultura. (A. 3).*

*Foi importante porque já trabalha na agricultura. Ficou fácil porque eu já tinha conhecimento prático, aliei a prática à teoria que faltava. (A. 5).*

*Significa conhecimento adquirido, atualização, sempre gostaria de continuar estudando. Sempre quis cursar um curso na área agrícola, o meu sogro tem propriedade rural, tem ideia de trabalhar com agricultura. Uma propriedade precisa de planejamento e investimento. (A. 6).*

*Faço o curso para melhorar a propriedade familiar. Além disso, se eu por acaso precisar sair da atividade familiar, tenho um curso técnico e uma área de trabalho. (A. 7).*

*Adquiri novos conhecimentos, a tecnologia tem avançado ano a ano, e o produtor tem que acompanhar isso. (A. 11).*

*Trabalho na propriedade e com os conhecimentos adquiridos no curso vou melhorar a propriedade, vou seguir sendo produtor. Já atuo na área de agricultura desde 1986, mas não tive a possibilidade de anteriormente fazer um curso de especialização, e a necessidade de melhorar o conhecimento e a exigência profissional me levou a ingressar na EAD. (A. 12).*

*Senti a necessidade de melhorar a propriedade e retornei à escola após 20 anos afastada. Busquei conciliar a realização profissional e pessoal. Tenho gosto pelo estudo e vontade de aprender. Vou continuar fazendo cursos. (A. 15).*

*Como moro na zona rural e trabalhamos com gado leiteiro, pensei em fazer um curso técnico em agricultura como uma forma de trazer novas informações para o nosso trabalho. (A.16).*

*Costumo trabalhar utilizando técnica e planejamento, na minha visão é a melhor forma de reduzir os custos de produção. Optei pelo curso porque tenho uma propriedade rural e porque acredito que o produtor precisa receber instruções e capacitação. (A. 18).*

Através do curso foram proporcionadas aos alunos novas perspectivas de vida, pois eles vislumbram, a partir da formação recebida, além de qualificação das propriedades das famílias, uma oportunidade de ascensão profissional, na medida em que se sentem aptos a prestarem concursos e a realizarem um curso superior:

*Esse curso me objetivou a melhorar a propriedade dos meus pais e a conseguir um emprego, e desse emprego, ter condições de buscar uma faculdade. (A.2).*

*O curso foi bastante proveitoso pelo sentido de eu poder conciliar trabalho e estudo, tendo a oportunidade de melhorar minha vida. (A. 9).*

*Tenho interesse pela agricultura e queria fazer agronomia, mas não tenho como ir a Pelotas durante o dia. Assim eu pude fazer um curso relacionado a minha área de interesse, até um dia poder cursar um curso superior nesta área. (A. 13).*

*Já cursei um presencial de agroindústria Pelotas. O EAD facilita porque não preciso me deslocar da cidade. Moro há 20 em São Lourenço, em uma propriedade rural que fica há 2 km da cidade. Trabalho em um engenho de arroz na parte fiscal, mas vou fazer o estágio em meu local de trabalho, no laboratório de controle de qualidade de grãos. (A. 19).*

*Sou de Pelotas, mas moro em São Lourenço há 25 anos. Não tinha oportunidade de frequentar um curso em outra cidade, mas sempre tive o desejo de voltar a estudar principalmente na área de agricultura. Tenho interesse na área porque tenho propriedade rural. (A. 20).*

*Fiz o curso de magistério, mas não me adaptei. Trabalhei com fumo, casei e fui morar na propriedade do sogro. Com o curso teve a oportunidade de convivência, de conhecer novos colegas. Quando concluir o curso, quero fazer concursos. (A. 21).*

*A minha família ainda trabalha na agricultura e tem uma propriedade pequena, mas eu sou atendente no restaurante e o meu esposo é frentista. Melhorou muito meu desempenho pessoal, tenho contato com as pessoas, recebi aprendizado, quero estar pronta para exercer a profissão. Venci a timidez. (A. 22).*

A seguir apresentam-se alguns elementos sobre o Curso a Distância analisado e sua relação com o desenvolvimento da agricultura dos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul.

### **4.3 O Curso a Distância e o Desenvolvimento da Agricultura em Canguçu e São Lourenço do Sul**

Neste item apresentam-se alguns elementos relacionados com o Curso Técnico em Agricultura na modalidade a Distância e o desenvolvimento da agricultura nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul, tendo-se como base o segundo e o quinto objetivos específicos deste estudo, que consistem em “compreender qual é a concepção de *desenvolvimento rural* que está pressuposta no projeto político e pedagógico do Curso de Agricultura” e “refletir sobre a importância do Curso de Agricultura, oferecido na modalidade a Distância, para o desenvolvimento da agricultura dos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul”.

Para tanto, realizou-se uma análise documental (MARCONI; LAKATOS, 2006) do Plano Político Pedagógico do Curso Técnico em Agricultura na modalidade a Distância (BRASIL, PPC, 2013) e a análise de conteúdo com base em Bardin (1977) das entrevistas realizadas junto aos alunos e profissionais do curso, conforme segue.

#### **4.3.1 O Plano Político Pedagógico do Curso (PPC) de Agricultura e a concepção de desenvolvimento rural**

Neste item realizou-se uma análise documental do Plano Político Pedagógico do Curso de Agricultura na modalidade a Distância, procurando-se identificar qual a concepção de desenvolvimento rural presente no referido documento.

Considerando-se os municípios de São Lourenço do Sul e de Canguçu, delimitados geograficamente para esta análise, identifica-se que os mesmos apresentam uma forte presença da agricultura familiar. Inclusive, Canguçu é considerado como o município brasileiro com maior número de minifúndios, sendo chamado de “capital nacional da agricultura familiar”, conforme referido no segundo capítulo. Compreende-se por agricultores familiares aqueles sujeitos que possuem algumas características específicas, tais como:

[...] a propriedade de um pequeno lote de terra, o uso predominante do trabalho da família na execução das tarefas produtivas, o acesso à terra mediante herança, a manutenção dos vínculos sociais assentados em relações de parentesco, entre outras. (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 989).

A compreensão de desenvolvimento rural como um processo de mudança social, multiescalar (local, municipal, regional, estadual, federal), multiator (Estado,

movimentos sociais, sociedade civil) e multidimensional (social, econômico, cultural, ambiental) evidencia a importância do papel assumido pelos atores sociais, especialmente os agricultores familiares (DEPONTI, 2014).

No Brasil, a expressão agricultura familiar ganhou projeção nacional no final dos anos 1980 e, principalmente, a partir da primeira metade da década de 1990. O debate, inicialmente, concentrou-se no campo político e, posteriormente, acadêmico (SCHNEIDER, 1999). Se comparada ao debate existente na Europa e nos Estados Unidos, constata-se que esta discussão sobre a agricultura familiar no Brasil ainda está atrasada. No entanto, na América Latina, o Brasil é o país onde esta questão tem gerado muitas discussões e, até mesmo, controvérsias. A própria utilização do termo agricultura familiar não é um consenso entre os autores que estudam o tema, tais como Wanderley (1995; 2003), Tedesco (1999), Graziano da Silva (1999), Neves (1995), Schneider (2003), dentre outros. Contudo, se acredita que se está tratando de uma mesma categoria social. Assim, constata-se que a compreensão da agricultura familiar como uma categoria social não permite a construção de uma Teoria Social, mas, sim, de uma perspectiva e/ou abordagem teórica que busca a compreensão da realidade e, à medida que se aproxima da mesma, torna-se mais forte e preponderante (DEPONTI, 2008).

Nesse sentido, Ploeg (2014) salienta a dificuldade de compreensão da agricultura familiar, devido a sua contradição com a lógica burocrática, com os protocolos formalizados e com a lógica industrial dominante. O autor afirma que é difícil captá-la e compreendê-la em sua essência, porque é um fenômeno complexo e multidimensional. A importância da agricultura familiar para o desenvolvimento regional vai muito além da produção de alimentos, pois a família controla os principais recursos da propriedade, a saber: a terra, os animais, os cultivos, o material genético, as construções, a maquinaria e o conhecimento de como combinar e utilizar estes recursos.

Para Schneider e Cassol (2013), o reconhecimento da enorme diversidade econômica e da heterogeneidade social que envolve a agricultura familiar permite compreender que é possível pensar processos de desenvolvimento rural deduzindo-se ou induzindo-se às dinâmicas de desenvolvimento a partir das economias reais, e não a partir de fórmulas pré-concebidas, pois,

[...] não se trata da retomada de um “velho debate” sobre o qual muito já se discutiu, plasmado na clássica questão sobre o papel da pequena produção no desenvolvimento do capitalismo agrário ou da modernização agrícola. Pelo contrário, trata-se de entender porque, afinal, depois de décadas de condicionantes pouco favoráveis, as formas de trabalho e produção familiares não apenas não desapareceram no meio rural, mas em muitas situações conseguiram se fortalecer e mesmo desenvolver novos mecanismos de reprodução social e inserção econômica (SCHNEIDER; CASSOL, 2013, p. 3).

Reconhecer a agricultura familiar como uma forma social de trabalho e de produção, organizada social, econômica, produtiva e ambientalmente sob a égide da diversidade territorial e de seus múltiplos mecanismos de perpetuação é traduzi-la como uma estratégia de desenvolvimento regional que implica em um processo de busca de alternativas ao tradicional padrão agrícola de desenvolvimento (CONTERATO; SCHNEIDER; WAQUIL, 2009).

De acordo com Nierdele e Grisa (2008, p. 44) a compreensão da diversidade produtiva da agricultura familiar pode ser entendida como uma “complexa articulação entre as distintas formas familiares que co-habitam os espaços rurais, com suas múltiplas estratégias de reprodução, com os diferentes atores sociais com os quais interagem”.

A heterogeneidade social é uma característica dos contextos e das regiões em que a agricultura familiar está inserida. Ploeg (1993), embora não tenha problematizado o componente territorial do conceito de estilos de agricultura, conforme realizado por Schneider e Niederle (2008), analisou a lógica produtiva e social das unidades familiares. De acordo com os autores supracitados, sinteticamente, pode-se afirmar que a diversidade produtiva está relacionada com as diferentes estratégias de reprodução social, econômica e cultural e com os distintos atores sociais que se inter-relacionam (DEPONTI, 2014).

De acordo com Deponti (2014) a heterogeneidade social pode ser observada através das diferentes características territoriais dos espaços onde esta categoria social se apresenta. Portanto, a compreensão dessas características implica no reconhecimento dos diferentes graus de escolaridade, níveis de renda, tamanho das propriedades, formas de composição familiar, formas de manejo da propriedade, etc., denotando que não há fórmulas ou receitas prontas para ação, mas a necessidade de construção coletiva por parte dos envolvidos, integrando-os e ressaltando o sentimento de pertencimento nos processos desenvolvidos. Nesse sentido, em contextos de desenvolvimento

rural/regional a heterogeneidade deve ser vista como uma potencialidade e não como um problema (ARAÚJO, 2000).

A agricultura familiar sofreu um processo heterogêneo de diferenciação, adaptando-se aos novos contextos e revestindo-se de suas raízes e tradições. No entanto, o lugar da agricultura na sociedade contemporânea ainda está em construção, necessitando permanentemente de reconhecimento da sociedade e do Estado, além de políticas públicas que assegurem sua reprodução, valorização e manutenção de seu patrimônio sociocultural. Além disso, é necessário o reconhecimento do mundo rural não só pelas atividades produtivas convencionais, mas pela produção de serviços e de bens não agrícolas (DEPONTI, 2014).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, a agricultura familiar<sup>9</sup> tem apresentado importância na produção de alimentos, sendo responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos (GOMES, 2014). Nesse sentido, com base no Censo Agropecuário de 2006, França, Grossi e Marques (2009) constataram que 84,4% (4.367.902) dos estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil pertenciam à agricultura familiar. A área total ocupada por esses estabelecimentos correspondia a 24,3% da totalidade da área.

Em relação ao Valor Bruto da Produção (VBP) no mesmo ano a agricultura familiar correspondia a 38% do total gerado na agropecuária (R\$ 54 bilhões), sendo os demais 62% de responsabilidade da agricultura não familiar (R\$ 89 bilhões). No que se refere às pessoas ocupadas, 74,4% (12,3 milhões de indivíduos) estavam envolvidas na agricultura familiar no ano de 2006. Ao mesmo tempo, a agricultura não familiar ocupava 4,2 milhões de pessoas, ou 25,6% do total das pessoas ocupadas na agropecuária brasileira (STOFFEL, 2012). Essas informações oferecem uma dimensão da importância da agricultura familiar na economia brasileira, bem como, para a região analisada.

---

<sup>9</sup> Para ser classificado como de *agricultura familiar* no Censo Agropecuário de 2006, o estabelecimento precisava atender às condições detalhadas na Lei nº 11.326, de 24 de junho de 2006. A definição que trouxe a Lei nº 11.326/06 e a inclusão da agricultura familiar nas estatísticas oficiais do IBGE, a partir de 2006, possibilitou dimensionar com mais clareza a sua importância econômica e social (GOMES, 2014).

Observa-se com base nos dados referidos a importância da agricultura familiar nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul, conforme referido no capítulo 2, pois, de acordo com Graziano (2014, p. 1-2),

Agricultores familiares – e esse grupo inclui produtores de pequeno e médio porte, camponeses, povos indígenas, comunidades tradicionais, pescadores artesanais e muitos outros – detém boa parte da experiência mundial em sustentabilidade, transmitida de geração em geração e aperfeiçoada a ponto de, muitas vezes, conseguir manter a produção mesmo em terras marginais. Foi com base nesse divisor estratégico que as Nações Unidas declararam 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Trata-se de resgatar o duplo potencial que ela encerra de erradicação da fome e conservação dos recursos naturais - elementos centrais do futuro sustentável que se impôs à agenda do século XXI.

Nesta perspectiva o desenvolvimento rural apresenta-se complexo, um fluxo de atividades ao longo do tempo que seguem constantemente mudando. A sua natureza, portanto, é de mudança, pois esta mudança é modelada, formada e remodelada na prática. Assim, para uma mesma pergunta pode aparecer respostas novas com o tempo. O desenvolvimento rural é construído passo a passo, de forma lenta e processual. Os processos de desenvolvimento rural vão, progressivamente, se desdobrando com o passar do tempo. Eles remodulam as práticas agrícolas, uma vez que estas mudanças serão parciais, desiguais e diferenciadas, contribuindo para que seja ampliada a heterogeneidade (VENTURA, 2012; DEPONTI, 2014).

Nesse sentido, constata-se que o Curso em Agricultura na modalidade a Distância, integrante da Rede e-Tec, desenvolvido pelo Instituto Federal Farroupilha, através do Campus de Alegrete e dos Polos de Canguçu e de São Lourenço do Sul, constitui-se como uma estratégia importante de política pública educacional do governo brasileiro que “visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e *tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos*, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios” (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2014).

Nessa perspectiva, o público alvo do curso constitui-se basicamente por sujeitos que possuem ligação com o meio rural e com a agricultura familiar, o que comprova a importância do referido curso para os municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul, conforme já referido.

Entretanto, ao se analisar o Plano Político Pedagógico do Curso Técnico em Agricultura na modalidade a Distância (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E

TECNOLOGIA FARROUPILHA, 2013), e considerando-se que os alunos que frequentam o curso, em sua maioria são integrantes de famílias de agricultores familiares, constata-se que o mesmo não atende à realidade da região e nem mesmo as demandas destas famílias, uma vez que seu objetivo geral consiste em:

Formar técnicos em Agricultura na modalidade de Ensino a distância (EAD), aptos a atuarem como agentes de mudança no setor produtivo agrícola, com capacidade para desenvolver ações ligadas ao **agronegócio** (grifo meu), considerando as diferentes fases do processamento de produtos agropecuários, desenvolvendo educação profissional integrada ao trabalho, à ciência e à tecnologia. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA, 2013, p. 6).

Considerando-se que nos municípios analisados há uma predominância de famílias de pequenos agricultores, cujas produções agrícolas privilegiam a agricultura familiar, além de que, a predominância dos alunos é de integrantes de famílias de pequenos agricultores, subentende-se que o foco do curso deveria ser a agricultura familiar, e não o agronegócio, conforme consta de forma declarada no objetivo anteriormente referido.

Partindo-se do princípio que a Rede e-Tec Brasil foi criada pelo governo tendo como principal objetivo a democratização do acesso à educação, sendo direcionada para um público-alvo que deveria ser construído preferencialmente por alunos que atendam a alguns critérios voltados para cotas que privilegiem aqueles que tenham estudado em escola pública, que possuam renda familiar de até um salário mínimo e meio, além de terem etnia negra, indígena ou parda, ou apresentarem algum tipo de deficiência física, compreende-se que estas características não possuem nenhuma relação com alunos que estejam ligados ou que tenham interesse em uma formação agrícola voltada para o agronegócio.

Da mesma forma, a análise dos objetivos específicos apontam algumas contradições com relação à proposta do curso e à realidade dos alunos e dos municípios analisados, conforme evidenciado no quadro que segue.

Quadro 8: Objetivos específicos do Curso em Agricultura na modalidade a Distância

<b>Objetivos Específicos do Curso Técnico em Agricultura na modalidade a Distância</b>	
1º Objetivo específico	Analisar a situação técnica, econômica e social da região, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas;
2º Objetivo específico	Organizar e monitorar: a exploração e manejo do solo de acordo com suas características, as alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas, a propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação, a obtenção e o preparo da produção vegetal, o processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais;
3º Objetivo específico	Identificar os processos simbióticos, de absorção, de translocação e os efeitos alopatóicos entre solo e planta, planejando ações referentes aos tratamentos das culturas;
4º Objetivo específico	Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de pragas, doenças e plantas invasoras, prescrevendo o receituário agrônomo;
5º Objetivo específico	Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita;
6º Objetivo específico	Implantar e gerenciar o controle de qualidade na produção de Produtos Vegetais;
7º Objetivo específico	Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para a distribuição e a comercialização de produtos;
8º Objetivo específico	Elaborar projetos de empresas agrícolas.

Fonte: Plano Político Pedagógico do Curso em Agricultura na modalidade a Distância (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA, 2013). Dados organizados pela autora.

Constata-se que o primeiro, o segundo e o terceiro objetivos são fundamentais, pois estão relacionados com a identificação da região na perspectiva da compreensão de suas potencialidades, bem como, aos aspectos necessários para a o desenvolvimento da agroindústria, envolvendo desde o plantio, o preparo, a conservação e a industrialização dos produtos. Além da questão necessariamente agrônoma, importante para compreensão da agricultura.

Os aspectos relacionados com o quarto objetivo, que se referem aos métodos de erradicação e controle de pragas, doenças e plantas invasoras, são elementos que devem constar em uma discussão mais ampla, relacionada com a Gestão Ambiental, que contempla, além destes aspectos, elementos relacionados com o impacto ambiental, com a preservação e conservação dos recursos, com a questão ecológica, com processos de resiliência, etc.

O quinto objetivo, que se refere ao plantio, colheita e pós-colheita, deveria incluir, ainda, o processo de comercialização dos produtores, a compreensão da formação do preço e do mercado. No sexto objetivo, além de estarem contemplados aspectos sobre o gerenciamento do controle de qualidade de produção dos produtos vegetais, poderiam

ainda ser contemplados outros elementos que são fundamentais nesse processo, como, por exemplo, a legislação específica e as questões sanitárias.

O objetivo sétimo, relacionado com as técnicas mercadológicas, poderia ser contemplado em uma disciplina específica que tratasse sobre aspectos mais amplos que envolvem a administração rural, e os estudos sobre a viabilidade econômica.

O oitavo objetivo, por fim, se refere à elaboração de projetos voltados para as “empresas agrícolas”, o que evidencia uma relação estreita com o agronegócio. Entretanto, considerando-se as características dos alunos e a realidade da região, o ideal seria que o mesmo contemplasse a agroindústria, o que tem uma maior aproximação com a agricultura familiar.

A análise sobre as disciplinas ofertadas através do Curso Técnico em Agricultura na modalidade a Distância também evidencia algumas questões que devem ser pensadas, considerando-se a presença da agricultura familiar tanto nas características dos alunos como dos municípios analisados, conforme já referido.

A partir do quadro 10 é possível identificar as atividades previstas no Curso em Agricultura na modalidade a Distância, que contemplam atividades teóricas e práticas. De um modo geral, constata-se que o curso está focado na agricultura como um todo e em processos voltados ao agronegócio. Nessa perspectiva, constata-se a inexistência de uma disciplina que aborde especificamente o tema do desenvolvimento rural, as cadeias curtas, os nichos de mercado, a agroecologia, o turismo rural, entre outros elementos que são fundamentais para a compreensão da agricultura familiar.

Considerando-se o perfil dos alunos e a realidade dos municípios analisados, constata-se que a carga horária das atividades de extensão rural deveria ser maior, pois elas são essenciais para a compressão da agricultura familiar. Inclusive, o ideal seria que houvesse duas disciplinas, conforme segue: Extensão Rural I, que contemplasse aspectos teórico-metodológicos vinculados a trajetória da extensão rural, as técnicas e as práticas, os métodos e os diagnósticos e outra de Extensão Rural II, que articulasse atividades teóricas e práticas, como, por exemplo, visitas às propriedades, construção de unidades de referência, atividades voltadas a compreensão dos processos participativos, a motivação dos agricultores, o estímulo a integração.

Quadro 9: Grade Curricular do Curso em Agricultura na modalidade a Distância

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR				
DISCIPLINAS DO ENSINO PROFISSIONAL	ANO		CARGA HORÁRIA	
	1º	2º	Práticas	
Agricultura Geral	120		X	120
Cooperativismo	45			45
Planejamentos e Projetos	45			45
Informática Básica	90		X	90
Mecanização	75	75	X	150
Topografia	90		X	90
Administração, Economia e Empreendedorismo Rural		75		75
Extensão Rural	75			75
Fruticultura Geral – I		160	X	160
Fruticultura Aplicada – II		160	X	160
Informática Aplicada		90	X	90
Ética e Cidadania		45		45
Português Instrumental		75		75
Introdução ao EAD	45			45
Segurança no Trabalho		45		45
Gestão ambiental	45			45
Culturas regionais – I	45		X	45
Culturas regionais – II		45	X	45
<b>TOTAL</b>	1445h			
<b>ESTÁGIO</b>	100h			
<b>TOTAL ENSINO PROFISSIONAL</b>	1545h			

Fonte: Plano Político Pedagógico do Curso em Agricultura na modalidade a Distância (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA, 2013, p. 17).

Uma análise mais detalhada do plano das disciplinas evidencia que deveriam ser revistos alguns aspectos relacionados com algumas delas, conforme segue:

- Na disciplina de “Agricultura Geral”, a partir da ementa constata-se que os conteúdos programáticos previstos estão mais voltados para a Agronomia, e não propriamente para a agricultura geral. Nesse sentido, identifica-se que este fato pode estar relacionado com as características dos próprios professores que atuam no curso, pois, conforme já referido, do total de dezenove profissionais entrevistados, seis deles possuem formação em Engenharia Agrônoma.

- A ementa da disciplina de “Cooperativismo” contempla aspectos essencialmente teóricos, sem, portanto, privilegiar aspectos operacionais que envolvem questões como as relações existentes entre os cooperativados, as formas de organização e os desafios que envolvem este processo, tais como o acesso aos mercados institucionais, gerados a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

- O objetivo da disciplina de “Planejamento de Projetos” deveria contemplar, além da avaliação do custo/benefício das atividades, a avaliação econômica e o estudo de mercado, pois a agricultura familiar, muitas vezes, atua na “contramaré”, ou seja, em espaços não ocupados por atividades hegemônicas do sistema capitalista.

- No que se refere à disciplina de “Mecanização” compreende-se que não haja necessidade de uma carga horária de 150 horas, tendo-se em vista que os alunos possuem relação com pequenas propriedades, o que não exige altos processos de mecanização na sua gestão.

- Identifica-se que a disciplina de “Administração, economia e empreendedorismo rural” está mal dimensionada, pois seu título não condiz com a sua ementa e com os conteúdos que são trabalhados no curso.

- Considerando-se a realidade dos municípios analisados questiona-se que realmente existe a necessidade de haverem duas disciplinas denominadas de “Fruticultura I” e “Fruticultura II”, totalizando 320 horas. Sugere-se que, ao invés desta carga horária extensa para estas disciplinas, fosse aumentada, por exemplo, a carga horária das atividades de “Extensão Rural” que contemplam apenas 72 horas, conforme já referido.

- A disciplina de “Extensão Rural” poderia contemplar em sua ementa, além dos conteúdos descritos, outros relacionados com a agroindústria, as cadeias curtas, o turismo, a agroecologia e a diversificação da produção. Além disso, poderia contemplar aspectos relacionados com a compreensão de processos sociais, pois a extensão trabalha com sujeitos do campo que precisam estar motivados e mobilizados para atuarem de forma pró-ativa.

- A disciplina de “Segurança do Trabalho” poderia ser substituída por uma disciplina de 90 horas aula, e não 45 horas, contemplando aspectos gerais da legislação relacionados com questões de segurança do trabalho, aspectos voltados à legislação

sanitária, sobre agroindústria, ou seja, uma disciplina que poderia ser ministrada, por exemplo, por um profissional do Direito que trabalhasse as diversas questões legais.

- A disciplina de “Gestão Ambiental” deveria contemplar, também, aspectos relacionados com a agricultura familiar, tais como a sustentabilidade, questões relativas às Áreas de Preservação Permanente (APP), Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e ao cadastro dos agricultores para georreferenciamento.

As inferências supra destacadas buscam refletir sobre as possíveis relações que se estabelece entre um curso de agricultura, o desenvolvimento rural e a agricultura familiar. Considerando-se a heterogeneidade e a diversidade que envolve a agricultura familiar, bem como, as relações existentes entre esta e o desenvolvimento rural, da qual devem ser considerados a partir de uma perspectiva de totalidade, os atores sociais, a preservação ambiental, a produção resiliente, as relações com o território, a identidade territorial, entre outros fatores. Constata-se que o Curso de Agricultura na modalidade a distância, ora analisado, deveria contemplar em sua grade curricular as características intrínsecas e fundamentais para a compreensão das dimensões do desenvolvimento, tais como: ecológica, social, institucional, ética e territorial.

No item seguinte apresenta-se uma análise sobre a relação entre o Curso Técnico em Agricultura e o desenvolvimento da agricultura nos municípios analisados.

#### **4.3.2 O Curso de Agricultura na modalidade de Educação a Distância e o desenvolvimento da agricultura nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul**

Visando compreender a relação existente entre o Curso em Agricultura na modalidade a Distância e o processo de desenvolvimento dos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul, foram consideradas para a análise algumas questões relacionadas com a percepção dos alunos sobre a parceria estabelecida entre os entes governamentais para a implantação do Programa e-Tec Brasil, especialmente o papel dos municípios analisados, se os alunos recomendam o curso para outras pessoas do município e da região, e a compreensão dos mesmos sobre o desenvolvimento da agricultura em seu município.

Serão considerados, ainda, aspectos revelados pelos profissionais relacionados com a existência ou não de apoio para a inserção profissional dos alunos no mercado de

trabalho do município ou da região; se o curso proporcionou a valorização da população rural e a minimização das desigualdades sociais; quais as justificativas identificadas pelos profissionais para a implantação do curso em Agricultura na modalidade EAD nos municípios analisados e se os mesmos o consideram adequado para a realidade da região.

Conforme já referido, o curso técnico em Agricultura possibilita a formação profissional destes sujeitos que vivem nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul, pois a partir da formação eles se tornam aptos a atuarem de forma mais qualificada em suas propriedades, além de vislumbrarem o acesso a um curso de nível superior.

*Foi muito bom pelas dificuldades financeiras, é a porta de saída para dar oportunidades as pessoas de se profissionalizarem. (A. 1).*

*Boa porque se não é possível ter uma faculdade, pelo menos a gente tem um curso técnico. (A. 2).*

*Acho muito importante, muitos alunos buscam esse curso. (A. 3).*

*É muito válido, funciona como sementeira para que muitas pessoas futuramente possam fazer um curso superior. É um amadurecimento da ideia, hoje se recebe muitas informações e melhora o conhecimento profissional. (A. 4).*

*Chance muito importante porque oportuniza estudo para os que não podem se deslocar ou cursar um curso particular. (A. 5).*

*Foi muito boa, porque agora em canguçu pessoas que não tinham acesso a cursos têm através da criação do polo. (A. 7).*

*Por falta destas políticas não havia feito um curso antes e me profissionalizado. (A. 10).*

*Muito boa, possibilitou o estudo na cidade sem precisar se deslocar até Pelotas, não precisei abandonar a propriedade. (A. 11).*

Foi ressaltado pelos alunos que através do Curso em Agricultura é possibilitada a formação profissional para sujeitos que vivem em uma região que vem sofrendo os efeitos do processo de reflorestamento através da proliferação do plantio de eucalipto e de acácia, embora estas empresas tenham contribuído para o aumento de empregos dos moradores em algumas épocas do ano, conforme evidenciado por um dos entrevistados:

*Teve a plantação de acácia e eucalipto, o que empobreceu a região. A plantação do pinus com a extração de resina traz emprego, mas o resto do florestamento traz*

*desemprego, principalmente para região do Paraíso. Em algumas épocas do ano eles empregam mais de 100 pessoas da região, mas na maior parte do ano as pessoas ficam sem trabalho. (A. 4).*

Uma compreensão mais ampla de desenvolvimento considera o curto e o longo prazo, não se atendo apenas as questões econômicas, como retorno e renda, mas também às questões ambientais, especialmente a manutenção do agroecossistema. Assim, destaca-se a importância de serem estudadas também as questões sociais e os conflitos de interesse existentes na região, o que deveria ser contemplado no Curso de Agricultura.

Os alunos reconhecem também a importância do governo municipal no processo de implantação do curso, especialmente através da disponibilização de infraestrutura necessária nos Polos localizados nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul, conforme ressaltado por alguns dos entrevistados:

*Acho que beneficia pessoas que não tinham oportunidade de estudar. Proporciona qualificação e profissionalização das pessoas que vivem nestes municípios. (A. 13).*

*Fundamental para oportunizar estudo através da EAD, o município incentivou esta demanda criando e mantendo o Polo com excelente infraestrutura. Sempre organizado com um tutor para atender a qualquer momento. Moro numa propriedade rural, que apesar de perto da cidade não possui sinal de internet. O incentivo do governo municipal deve ser elogiado, não ocorreu mudanças ou influência no Polo com as trocas de governo, só melhorias. (A. 15).*

*Avalio como uma iniciativa boa. É uma possibilidade de acesso dos jovens ao estudo. Os jovens que saem da propriedade não retornam a esta. Deveria ser implantado desde o ensino fundamental para incentivar o aluno filho de produtor a fazer cursos nesta área. O Polo recebe do governo municipal todo apoio para o funcionamento dos cursos, mesmos nas trocas de gestão o polo continuou evoluindo e crescendo. (A. 17).*

*Acho que é uma forma de conseguir que aconteçam os cursos nestes municípios, através do uso da infraestrutura existente, através destas políticas São Lourenço pode receber cursos técnicos e superiores. (A. 19).*

*Muito boa, já que fiz um curso técnico presencial em outra cidade e sei como é cansativo viajar todos os dias. (A. 16).*

Conforme já referido pelos alunos em outros questionamentos realizados durante a entrevista, ficou evidente que, embora os mesmos enfatizem a importância do curso para a região, muitos deles reconhecem que o mesmo apresenta algumas lacunas, conforme pode ser observado em um dos relatos:

*Teve dificuldade de aulas práticas pela distância da instituição ofertante do curso. Este curso necessita muitas aulas práticas. O PRONATEC teve mais aulas práticas na casa dos colonos da região. Às vezes ocorre falta de suporte do Campus. Ficaram algumas lacunas. (A. 21).*

Percebe-se, ainda, que muitos dos alunos revelam que as oportunidades de estudo são oferecidas para todos os sujeitos, especialmente os “menos favorecidos”, sendo que, aqueles que não estudam não o fazem porque não querem, conforme pode ser identificado em alguns dos relatos que seguem:

*Para a educação todo investimento é válido para todos, tantos projetos lançados pelo governo para favorecer os menos favorecidos. (A. 18).*

*Oportunidade aos que não tem recursos financeiros de estudar. (A. 9).*

*Incentivo ao estudo, só não está estudando quem não tem interesse. (A. 8).*

*Avalio de maneira positiva, pois possibilita a quem não tem possibilidade de tempo, ou até mesmo de acesso, que tenham a chance de se especializarem e competirem no mercado de trabalho. (12.).*

*Acho muito interessante, pois somente desta forma pessoas como eu puderam cursar. (A. 20).*

*Para mim foi muito importante porque eu não tinha outra forma de cursar um curso técnico ou superior presencial. (A. 22).*

Entretanto, há que se considerar que nem todos os sujeitos possuem realmente o acesso ao curso, embora muitos deles atendam aos critérios e às exigências para o ingresso, como ter estudado em escola pública, possuir renda familiar de até um salário mínimo e meio, possuir etnia negra, indígena e/ou parda ou apresentar algum tipo de deficiência física. Tendo-se presente que os alunos entrevistados revelaram que obtiveram informação sobre o curso através da divulgação realizada nos Polos, através do site do Instituto Federal Farroupilha, através de alunos do curso e de profissionais, além da divulgação nos meios de comunicação local, especialmente rádio e pelo site das Prefeituras Municipais de Canguçu e de São Lourenço do Sul, pode-se concluir que muitos alunos que realmente se encontram em uma situação menos favorecida e que seriam considerados como “público alvo” do curso, nem mesmo tiveram informação sobre a existência do mesmo.

Quando questionados se recomendariam o curso para outras pessoas do município e da região, os alunos entrevistados revelaram, em sua totalidade que sim, pois, segundo eles, são inúmeros os benefícios relacionados com aspectos que já foram referidos, tais como: a possibilidade de qualificação dos agricultores, das famílias das propriedades; a

melhora das condições de vida no meio rural; a diversificação da produção e a redução do plantio de fumo; o desenvolvimento dos municípios e da região, conforme pode ser observado em alguns relatos que seguem:

*Sim, sempre recomendo este e os demais cursos, quero que meus irmãos façam os cursos também. (A. 1).*

*Sim porque precisamos melhorar a agricultura, para que se possa ter trabalho e vida melhor para todos. (A. 2).*

*Sim, mas acho que deveriam ser melhores divulgados estes programas em associações. Deveria ter mais divulgação pelas prefeituras. (A. 4).*

*Sim, porque o curso possibilita a profissionalização. Depois a gente pode prestar um concurso, buscar um emprego na área do curso, além de atender melhor as propriedades do município. (A. 8).*

*Sim, porque a gente pode aprimorar os conhecimentos e fazer o uso de novas tecnologias. (A. 11).*

*Sim, inclusive já o fiz, minha região é desprovida de cursos profissionalizantes. A Escola Técnica de Agricultura mais próxima fica há mais de 100 km de distância. (A. 12).*

*Sim, a região necessita de pessoas com conhecimento nesta área e “pulso firme” para mudar a mentalidade do agricultor. É preciso criar outras alternativas de produção, além do fumo. (A. 13).*

*Sim, recomendaria porque a agricultura é a atividade principal do Município. Através da melhoria destas propriedades terá mais renda e desenvolvimento na região. (A. 15).*

*Com certeza, é importante para quem trabalha na zona rural se aprimorar. (A. 16).*

*Sim, pelo fato da cidade ser de agricultores e aprender a teoria porque eles já têm a prática profissional. (A. 18).*

*Recomendaria porque tem relação com o município, melhora a realidade do pessoal do meio rural. (A. 19).*

*Sim, para eles puderem desfrutar dos mesmos benefícios que eu tive. (A. 20).*

*Sim, porque este curso na área agrícola possibilita novos conhecimentos, o conhecimento de outras pessoas, principalmente os filhos de produtores. (A. 21).*

Identifica-se que os profissionais também reconhecem os benefícios do curso, inclusive, com exceção de cinco deles, quando questionados sobre a possibilidade de inserção dos alunos no mercado de trabalho, todos os demais ressaltaram que os alunos estão encontrando possibilidades de trabalho a partir do poder público e do setor empresarial, conforme pode ser identificado em alguns dos relatos.

*Sim, pois os alunos têm plenas condições de atuarem como profissionais competentes. (P3).*

*Aos poucos está se dando espaço a estes técnicos nos municípios polos, que incentivam esta forma de educação. Inclusive, as empresas estão estimulando seus funcionários a participarem do curso. A Prefeitura de Livramento está abrindo vagas para esta área. (P. 4).*

*Sim! Há alunos formados trabalhando nas principais empresas fumageiras no Rio Grande do Sul, concursados na EMATER, trabalhando em empresas revendedoras de fertilizantes e agroquímicos, assim como há alunos que deram sequência aos estudos e agora estão frequentando universidades e Institutos Federais (cursos superiores). ( P.5).*

*Sim, inclusive têm alunos que foram aprovados em concursos. Através da agricultura organizaram empresas, pessoas jurídicas para concorrer a licitações. A agricultora familiar entrega sua produção para a merenda escolar e há muita qualidade nos produtos orgânicos. Algumas empresas da região exigiram que seus funcionários tivessem o curso técnico em agricultura. (C. 3).*

*Sim, ocorreu o concurso da EMATER e teve um aluno aprovado. As fumageiras também estão incentivando os funcionários a estudar. Tem também muitos alunos que trabalham em agropecuárias. (C. 4).*

*Sim, existem muitos dos nossos alunos que hoje desempenham suas atividades em empresas privadas e públicas nos seus municípios e na regiões. (C. 6).*

*Sim, muitos se qualificaram para atender sua propriedade, outros foram absorvidos pelo mercado de trabalho da região. (C. 8).*

*Sim, para bons profissionais sempre há colocação no mercado. Há um aluno que atualmente trabalha na Emater depois de concluir o curso do IFF e passar em um concurso. Outros alunos atuam como instrutores de fumageiras, pois estas exigem que os técnicos tenham formação na área. Ainda há alunos que continuaram os estudos e atualmente cursam Agronomia na UFPel (T. 2).*

*Existe, o município selecionou profissionais formados em nosso curso em agricultura para trabalhar na Souza Cruz. (T. 3).*

*Sim, quando estive presente junto ao Curso de Agroindústria, vários de nossos alunos saíram em estágio e muitos deles ficaram efetivados seja em órgãos públicos ou em empresas privada. Muitos deles desenvolveram o empreendedorismo aplicando os conhecimentos adquiridos no curso e atuando em suas propriedades rurais, melhorando a economia e aumentando a produção seja de sítios, chácaras e afins. (T. 6).*

No que se refere à compreensão dos alunos sobre o desenvolvimento da agricultura nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul, percebe-se que a maioria deles reconhece a importância que o setor agrícola possui para os dois municípios e para a região, conforme se evidencia em alguns dos relatos que seguem.

*É a base do município que possui em torno de 14.000 propriedades rurais. A principal fonte de renda do município depende da agricultura, dos pequenos agricultores. Está*

*tendo um bom investimento, os agricultores estão investindo e está havendo crescimento na região. (A. 1).*

*Canguçu tem tradição de região agrícola, mas ela carece de técnicos. Existe campo de trabalho nas propriedades, a agricultura está se modernizando e necessita de técnicos para orientar os produtores. (A. 2).*

*A agricultura é a principal fonte de subsistência do município, tudo gira em função da agricultura porque ela é maior fonte de arrecadação. A agricultura é o que mantém as famílias no campo hoje, têm muitas famílias retornando para a zona rural. (A. 3).*

*Em Canguçu a agricultura está em transição, anteriormente com a entrada do fumo, passaram a ideia de que só se podia se cultivar fumo, as outras culturas não eram lucrativas. Agora todo mundo planta fumo, estão selecionando os produtores melhores, mas a própria indústria está incentivando outros cultivos além do fumo como o leite, a pecuária e a soja. (A. 6).*

*O município tem tradição na agricultura, 54% da população vive no interior do município e depende economicamente da agricultura. Eu pretendo continuar trabalhando na agricultura e também se tiver oportunidade pretendo trabalhar em um empresa agrícola (A. 7).*

*O município de Canguçu depende economicamente da agricultura. Ela é a principal fonte de renda do município. (A. 8).*

*Meu município (São Lourenço do Sul) sobrevive diretamente da agricultura, e com uma agricultura forte, o município se torna mais forte. (A. 20).*

Alguns alunos também evidenciaram que está havendo um estímulo governamental para que sejam produzidas outras culturas além do fumo, conforme ressaltado nas falas de dois alunos:

*Tem diminuído a cultura do fumo e tem aumentado a produção de outras culturas como soja e milho. (A. 13).*

*Na agricultura familiar tem tido incentivo para que o produtor deixe a cultura do fumo. Tem incentivo principalmente do governo federal pelo risco que esta cultura traz a saúde. A prefeitura absorve a produção de hortaliças e sucos orgânicos na merenda escolar. O Município apresenta uma particularidade, pois existe uma distinção e divisão clara entre os grandes e os pequenos produtores. (A. 15).*

Por outro lado, muitos alunos reconhecem que ainda há muitas lacunas relacionadas com o desenvolvimento da agricultura nos municípios analisados, pois, segundo eles:

*Falta tecnologias voltadas aos pequenos agricultores, um maior incentivo para a produção de alimentos e a valorização do preço. (A. 11).*

*Falta interesse do setor público em relação a investimentos em assistência voltada ao que realmente interessa, que é a permanência do homem em sua propriedade. (A. 12).*

*A agricultura é a base da nossa economia, e tem necessidade de ela ser atualizada. (A. 16).*

*Deve haver maior investimento na zona rural em infraestrutura para o jovem não sair do campo. Os jovens desistem com mais facilidade, tem pouca persistência. (A. 17).*

No que se refere ao processo de valorização da população rural, especialmente dos alunos que frequentam o curso em Agricultura analisado, quando questionados os profissionais entrevistados revelaram que acreditam que este processo está ocorrendo, conforme pode ser identificado através de alguns relatos:

*Sim, principalmente na agricultura familiar, estimulando a produção e a comercialização de produtos orgânicos desenvolvendo nos municípios e região a agroecologia como estratégia de fortalecimento da agricultura socialmente justa, economicamente solidária e ambientalmente necessária. Porque nessa linha promovem ações direcionadas às políticas públicas, o aprimoramento para o fortalecimento da agroecologia e da produção orgânica. Assim há participação e empoderamento, respeito aos saberes tradicionais, uso sustentável dos recursos naturais e socialização do conhecimento agroecológico. (C. 1).*

*Sim. O retorno à escola proporcionou um entusiasmo e a valorização destes alunos, a possibilidade de adquirir conhecimento e um diploma técnico. As transformações sociais e ambientais serão visíveis com o passar do tempo. O acesso à escola traz benefícios pessoais, econômicos e sociais. (P. 3).*

Nesse sentido, os profissionais ressaltaram que se justifica a implantação do curso em Agricultura na modalidade a Distância nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul, pois, segundo revelado por alguns deles:

*A agricultura demanda pelo curso. Esta necessidade sempre foi considerável e há muitos produtores na região. No ano de 2014 houve muito interesse pelo curso (C. 2).*

*Estes dois municípios são referências na agricultura familiar, onde a maioria dos alunos é oriunda da área rural e desempenham atividades na agricultura. (T. 2).*

*A produção destes municípios é essencialmente agrícola, o que justifica a existência do curso. (C. 1).*

Esta predominância da agricultura na região de abrangência do Instituto Federal Farroupilha, Campus de Alegrete, é evidenciada, também, no Plano Político Pedagógico do Curso em Agricultura da modalidade a Distância, justificando, inclusive, as vantagens da oferta do referido curso devido às seguintes razões:

a) disponibilidade de infraestrutura física e de recursos humanos para o desenvolvimento e aplicabilidade dos currículos; b) garantia de clientela escolar, considerando a demanda crescente de alunos para os cursos técnicos subsequentes e tecnológicos (ou cursos de nível superior); c) oportunidade de colocação dos egressos do Curso no mercado de trabalho da região; d) necessidade verificada no mercado de trabalho, de profissionais qualificados nas áreas de Informática e Agropecuária. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA, 2013, p. 4).

Nesse sentido, embora se reconheça que existem inúmeras vantagens na Educação a Distância, há que se reconhecer, também, que ainda há algumas barreiras a serem vencidas, que podem também ser encaradas como desafios, e que devem ser consideradas. Entre elas destacam-se: a existência de alguns preconceitos e de resistência com relação à Educação a Distância, pois algumas pessoas ainda não a reconhecem como uma modalidade confiável; a existência de um grupo variado de profissionais envolvidos nos conteúdos trabalhados, o que faz com que ocorram algumas falhas no processo de disseminação dos conhecimentos, evidenciando a necessidade de haver uma maior articulação entre os mesmos, além da garantia de uma formação específica para lidar com a EAD; a necessidade de disponibilização de infraestrutura física, de recursos tecnológicos e de profissionais qualificados para atuarem em EAD, da qual se torna fundamental, tanto o repasse do governo federal, como a contrapartida do município e atuação dos Institutos Federais; a disponibilização do apoio presencial ofertado através dos Polos, atendendo as condições exigidas e ofertando as tecnologias de informação e de comunicação de forma adequada, possibilitando a interlocução virtual entre o aluno, o professor e o tutor, além do acesso aos conteúdos do curso; a necessidade de transpor barreiras geográficas e sociais.

Por fim, constata-se que o Curso em Agricultura na modalidade a Distância contribui tanto para o processo de formação da agricultura, como para o desenvolvimento da agricultura nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul. Entretanto, devem ser considerados todos os aspectos relacionados com as lacunas e dificuldades que necessitam ser superadas para que, de fato, o referido curso contribua para o desenvolvimento da região analisada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho procurou-se *analisar as implicações do Curso Técnico em Agricultura, integrante do Programa e-Tec Brasil, para a formação de agricultores e para o desenvolvimento da agricultura nos municípios de São Lourenço do Sul e de Canguçu*. Para esta análise valeu-se de um referencial teórico que foi apresentado ao longo do trabalho, da qual, se destacam as contribuições do sociólogo *Pierre Bourdieu*, que foram muito importantes neste processo.

Desta forma, parte-se do princípio de que os alunos que frequentam o Curso em Agricultura na modalidade a Distância apresentam condições diferenciadas de ingresso e de rendimento no processo de aprendizado, devido às questões relacionadas com sua origem familiar e social, elementos que devem ser considerados quando se analisa suas atitudes e comportamentos no referido curso. Os indivíduos não possuem formas igualitárias de inserção no processo escolar, o que evidencia que o seu desempenho não pode ser atribuído somente aos seus “dons pessoais”, mas, especialmente, a sua origem social.

Ou seja, cada indivíduo possui um “capital cultural” (BORDIEU, 1998a; 1998b) transmitido a partir de seu núcleo familiar, composto por um sistema de valores que será determinante da definição de suas atitudes e de seu êxito ou fracasso no processo de aprendizado. Nessa perspectiva, cada pessoa possui determinados “acúmulos culturais” que diferenciarão suas trajetórias culturais durante seu processo de formação.

Ao se analisar os alunos do Curso em Agricultura na modalidade a Distância se reconhece que cada um deles possui um determinado *capital cultural incorporado* ao longo de suas vidas (BOURDIEU, 1994b), como, por exemplo, aquele relacionado com o processo de trabalho no meio rural desenvolvido juntamente com suas famílias. Estes alunos possuem, ainda, um *capital cultural objetivado* (BOURDIEU, 1994b), que foi incorporado materialmente durante seu processo de aprendizagem e que pode ser qualificado (ou não) a partir do referido curso em Agricultura da qual estão inseridos.

Por fim, a partir do processo de formação realizado no Curso em Agricultura na modalidade a Distância, os alunos poderão obter um *capital cultural institucionalizado* (BOURDIEU, 1994b), que será incorporado sob a forma de um título (certificado e/ou

diploma) que lhes garantirá um reconhecimento institucional de novos capitais culturais que foram incorporados durante o processo de qualificação profissional.

Nesse sentido, a forma como o capital cultural foi sendo adquirido ao longo das trajetórias de vida dos alunos analisados lhes garantirá condições diferenciadas, tanto no processo de aprendizagem, como, por exemplo, no que se refere ao uso de tecnologias de informação como o computador e a internet, bem como, sobre o próprio reconhecimento das questões relacionadas com a estrutura e o funcionamento do curso. Por este motivo, observou-se que há posicionamentos diferenciados dos alunos com relação à importância do curso para suas vidas, bem como, sobre a forma como cada um deles avalia o próprio processo de formação disponibilizado através do referido curso.

Com base nas contribuições de Bourdieu procurou-se analisar o processo de ingresso, de permanência e de aproveitamento dos estudantes que realizam o curso de Educação em Agricultura na modalidade a distância, tendo-se presente suas condições sociais e suas características individuais. O Curso em Agricultura, objeto desta análise, é ofertado para indivíduos que possuem ligação com espaços rurais de dois municípios localizados na Região Sul do Rio Grande do Sul, Canguçu e São Lourenço do Sul. Estes alunos, em sua maioria, são filhos e filhas de agricultores familiares, sendo que, alguns deles, continuam exercendo atividades agrícolas juntamente com suas famílias.

Constata-se que a Educação a Distância pode ser uma das estratégias adotadas para suprir as necessidades de formação de jovens e adultos que vivem no meio rural, tornando-os mais qualificados para o exercício de atividades produtivas no setor agrícola. Entretanto, embora a proposta do Programa e-Tec Brasil seja de democratização do ensino, identifica-se que nem todos os sujeitos que são considerados como “público-alvo” do curso, possuem acesso ao mesmo. Nesse sentido, pode-se concluir através desta análise que a educação, tanto pode contribuir para a autonomia e emancipação dos sujeitos, como pode contribuir para a reprodução e até mesmo legitimação das desigualdades sociais (BORDIEU, 1983).

Além disso, há que se considerar não somente o acesso dos alunos ao curso, mas a garantia de outros elementos que são fundamentais nesse processo, como o acesso às tecnologias de informação, o transporte para seu deslocamento, além da oferta de uma metodologia de ensino que seja compatível com sua realidade. Devem ser consideradas ainda as características familiares, culturais, sociais e econômicas destes sujeitos,

fatores que são fundamentais para a garantia de que eles possam se manter estudando e obtendo um bom aproveitamento do curso.

Ao longo deste trabalho se evidencia a existência de inúmeros benefícios proporcionados através do Curso em Agricultura na modalidade a Distância para os alunos analisados, como a possibilidade de aprendizado, a oportunidade de estabelecimento de novas relações pessoais e sociais e o processo de qualificação profissional. Há que se reconhecer, também, a importância da Rede e-Tec Brasil e do papel que os Institutos Federais têm assumido no processo de disseminação da educação a partir da modalidade a distância, especialmente através do Instituto Federal Farroupilha, que aumentou significativamente seu nível de abrangência no estado do Rio Grande do Sul, e, particularmente, a importância que possui o Campus de Alegrete, tanto para a formação de agricultores como para o desenvolvimento da agricultura nos municípios analisados.

Por outro lado, há que se reconhecer, também, que existem alguns desafios que foram identificados ao longo deste processo, que dizem respeito a questões como as dificuldades de adaptação dos alunos à modalidade de ensino a distância; a falta de comunicação entre os alunos e os profissionais decorrentes de fatores como a resistência dos alunos, a falta de respostas dos professores às demandas dos alunos, ou ainda, à falta de acesso à internet no meio rural; a dependência de recursos financeiros do governo federal, o que compromete a disponibilização de material didático em função do atraso dos repasses, evidenciando, também, uma falta de comprometimento do próprio Estado com relação à Educação; falta de qualificação de alguns profissionais e falta de comprometimento de alguns alunos; entre outros aspectos evidenciados.

Constata-se, também, que o referido curso possui um papel importante no processo de desenvolvimento da agricultura dos municípios analisados, pois, possibilita a permanência dos alunos em seus municípios de origem, da qual podem conciliar a família, o trabalho e o estudo; permite o processo de qualificação das propriedades rurais; possibilita a ascensão profissional destes sujeitos através de oportunidades de ingresso no mercado de trabalho (no setor privado e/ou a partir do poder público).

Entretanto, identifica-se que, para que haja de fato o desenvolvimento da agricultura nos municípios analisados, deve ser reconhecida a importância da agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento rural/regional, havendo sua incorporação tanto nos objetivos do Curso Técnico em Agricultura na modalidade a

Distância, como nas atividades de ensino e de extensão. Desta forma, seriam valorizados os conhecimentos dos próprios alunos que, em sua maioria, possuem relação direta com a agricultura familiar, confirmando o que referem Nogueira e Nogueira (2002) sobre a existência de iniciativas na área da educação que, de fato, valorizam a diversidade social e cultural dos alunos, buscando, desta forma, “[...] promover uma aproximação mais respeitosa entre a cultura escolar e a cultura de origem dos alunos – organizando o ensino a partir dos conhecimentos anteriores trazidos pelos alunos, respeitando e valorizando os modos de fala e as tradições de cada grupo social [...]” (NOGUEIRA, NOGUEIRA, 2002, p. 34).

Com base nos elementos já referidos, através deste trabalho apresenta-se a seguinte tese: em um contexto de desenvolvimento regional em que a agricultura familiar, além de contribuir para o desenvolvimento dos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul, possibilita aos agricultores novas possibilidades de produção e de reprodução social através da sua diversidade e de sua multifuncionalidade verificada a partir de ações desenvolvidas no território voltadas à agroecologia, à agroindústria, às cadeias curtas, à diversificação produtiva e ao turismo rural, constata-se que o Curso em Agricultura na modalidade a Distância, contribui tanto para a qualificação de seus egressos como para o desenvolvimento rural dos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas /Hucitec,1992.275 p. (Estudos Rurais,12).

ABRAMOVAY, Ricardo; Silvestro, MILTON; CORTINA, Nelson; BALISSERA, Ivam T.; TESTA, Vilson M. **Juventude e Agricultura Familiar**. Eds. UNESCO-Convenio FAO/INCRA-EPAGRI, 1998.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, Lucineia. Educação a Distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. São Paulo, **Revista da Associação Brasileira de Educação a Distância**, v. 10, p. 83-92, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Desenhando a nova morfologia do trabalho**. Disponível em: <[www.fafich.ufmg.br/nesth/ivseminario/texto3.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/nesth/ivseminario/texto3.pdf). >Acesso em: 29 mar. 2015.

ARAÚJO, TÂNIA BACELAR DE. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. Disponível em: TTP:<[www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/60](http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/60)>.Acesso em :fev.2015.

AZEVEDO, W. Muito além do jardim de infância: o desafio do preparo de alunos e professores *online*. **Revista Brasileira de Educação a Distância**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 36, set.-out. 1999.

BANDEIRA, Pedro Silveira. Participação, **Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional- Texto elaborado para o projeto “Novas Formas de Atuação no Desenvolvimento Regional”** Brasília, fevereiro de 1999. Disponível em <[http://www.unc.br/mestrado\\_materiais/texto Pedro Bandeira nº630.pdf](http://www.unc.br/mestrado_materiais/texto%20Pedro%20Bandeira%20n%2630.pdf).> Acesso em:19 mai. 2013.

BARDIN, Lourence. **Análise do Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Ricardo Paes de, MENDONÇA, Rosane, BLANCO, Mauricio. **O mercado de trabalho para professores no Brasil**. Brasília: IPEA, 2001.

BELLONI, Maria Luísa (org.). **Formação da sociedade do espetáculo**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 4. ed. São Paulo: Autores associados, 2006.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 6 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 5. Ed. Campinas, 2008.

BERGER FILHO, Ruy Leite. Educação Profissional no Brasil: novos rumos. Número 20, OEI:50 años de cooperación/OEI:50 anos de cooperação Mayo-Agosto 1999/ maio-Agosto 1999. Disponível em: < <http://www.rioei.org/rie20a03.htm> >. Acesso mai.2015.

BERNARDES, N. Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1997.

BERTRAND, Hélène Angilberto Sabino de Freitas. **Ensino a Distância no Brasil: Avaliação de uma Parceria Universidade – Empresa**. (2006). < <http://www.academia.edu> >  
Acesso: em jun.2013.

BOSEMBERCKER, Patricia. **Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço do Sul (1857-1877)**. Dissertação de Mestrado de História. UFRGS.2011. Disponível:  
<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37811/000823612.pdf?sequence=1>>  
Acesso em: 20 jun. 2015.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Disponível em: [http://www.dji.com.br/constituicao\\_federal/cf205a214.htm](http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf205a214.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em: 22 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm)>. Acesso em mar.2013.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional do Idoso** (1994). Lei nº 8842/1994. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL CRESS 11ª REGIÃO. **Coletânea de Legislações: Direitos de Cidadania**. Edição Especial do II Congresso Paranaense de Assistentes Sociais. Curitiba: CRESS 10ª, 2003. p. 345-349.

\_\_\_\_\_. **Estatuto do Idoso** (2003). Lei nº 10741/2003. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL CRESS 11ª REGIÃO. **Coletânea de Legislações: Direitos de Cidadania**. Edição Especial do II Congresso Paranaense de Assistentes Sociais. Curitiba: CRESS 10ª, 2003. p. 448-471.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB 9394/96**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006**. Disponível em: <[http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=60:decreto-no-5800-08062006-decreto&catid=14:decretos&Itemid=44](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=60:decreto-no-5800-08062006-decreto&catid=14:decretos&Itemid=44)>. Acesso em: 23 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm) >. acesso em : 20 de mar. de 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998** <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf> >. Acesso em: 20 mar.2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm)>. Acesso em mar.2013.

\_\_\_\_\_. **Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011**.Disponível em : <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm) >. Acesso em mar.2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec\\_5622.pdf](portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf) >. Acesso em mar.2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011**. Disponível em <[www.planalto.gov.br/.../\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm](http://www.planalto.gov.br/.../_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm)> .Acesso: em fev.12

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 18, de 16 de junho de 2010**. <[www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3400](http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3400)>.Acesso em:fev.2015

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Disponível em <[http://www.lex.com.br/legis\\_23783442\\_RESOLUCAO\\_N\\_6\\_DE\\_20\\_DE\\_SETEMBR\\_O\\_DE\\_2012.aspx](http://www.lex.com.br/legis_23783442_RESOLUCAO_N_6_DE_20_DE_SETEMBR_O_DE_2012.aspx)>. Acesso em: 10 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 04/99**. Disponível em: <<portal.mec.gov.br/setec>>. Acesso em: 2. nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – 1996. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf). Acesso em: 22 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede e-Tec Brasil** – Apresentação. (2014). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-e-tec-brasil>>. Acesso em: 12 de mai. 2015.

BRUNO, Lúcia. **Educação, qualificação e desenvolvimento econômico**. In: BRUNO, Lúcia (org). Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo – Leituras Seleccionadas. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 39-64.

\_\_\_\_\_. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Bourdieu: escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998a, p. 71-80.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. (Grandes cientistas sociais; 39). São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. O capital social - notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998b, p. 65-70.

BUAINAIN, A. M., e FONSECA, R. B. Agricultura familiar no Brasil: a visão acadêmica. In: **Agrópolis**. Cosecha Fina/Zafra de Verano. Campo Acadêmico Brasil. Universidade Campinas, 2011. p. 108-113.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural - traços de uma trajetória. In: Jacques Therrien e Maria Nobre Damasceno (coords.). **Educação e Escola no campo**. Campinas, Papirus, 1993.

CAMARANO, Ana Amélia. ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil, panorama dos últimos 50 anos** [http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/exodo\\_rural](http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/exodo_rural). Acesso em: 15 mar. 2015.

CAMPOS, Marli Delfino. **A contribuição da educação a distância para o desenvolvimento organizacional**. IX Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 2010. Disponível em: <[www.convibra.com.br/dwp.asp?id=5222&ev=25](http://www.convibra.com.br/dwp.asp?id=5222&ev=25)>. Acesso em: 14 jan. 2015.

CARGNIN, Antonio Paulo. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais** / - 1. ed. – Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2014. 240 p. ISBN 978-85-917811-2-

CARGNIN, Antonio Paulo. **O planejamento territorial no Brasil: Efeitos da política Nacional do Desenvolvimento Regional no Estado do Rio Grande do Sul**. Acessível em: <http://confins.revues.org.8510>. Acesso em: fev. 2014.

CARNEIRO, Maria José. **Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas**. In: Luiz F. de Carvalho Costa, Roberto J. Moreira e Regina Bruno (orgs.). *Mundo Rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 325-344.

CHERINI, Giovani **A origem do nome dos municípios**– Porto Alegre: Imprensa Livre, 2007. 344 p.; 23 cm. ISBN 978-85-7697-059-0

COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA. Disponível em > [www.ctism.ufsm.br](http://www.ctism.ufsm.br). Acesso em: dez. 2014.

CONTERATO, M.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai, Rio Grande do Sul: suas metamorfoses e reações locais. In: TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

CONTERATO, M; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. **Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar**. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 31, n. 1, 2010, p. 149-186.

COSTA. **Origens históricas do município de São Lourenço do Sul**. In: *São Lourenço do Sul: 1884-1984*. São Lourenço do Sul: Corag, 1984.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. (2005). São Paulo: Cortez - capítulo 4: Os quatro pilares da educação - páginas 89-102. UNESDOC. Disponível em: <[unesco.org/imagens/0010/001095/109590por.pdf](http://unesco.org/imagens/0010/001095/109590por.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2012.

DEMO, Pedro. **Questões para teleducação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEPONTI, Cidonea Machado. As “agruras” da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar. In: **REDES**, Revista do Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, 2014, p. 9-24.

\_\_\_\_\_. Contribuições teóricas brasileiras ao debate da agricultura familiar. In: **Revista Gedecon**, v. 2, 2008, p. 82-102.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2ª ed. Guaíba: Agropecuária. 1999.

EMATER/RS/Ascar. Disponível em <<http://www.emater.tche.br/site/noticias/detalhe-noticia.php?id=13972#.VkPpH3arTIU>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. O. **Desenvolvimento Regional: a diversidade como potencialidade**. Blumenau: Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, vol 1, n. 1, 2013.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036,1994.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Versão Resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036. Coordenação de Carlos E. Guanzioli. Novembro de 1994.

FIALHO, M.A.V. **Rincões de pobreza e desenvolvimento: interpretações sobre o comportamento coletivo**. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro : CPDA/UFRRJ,2005.

FRANÇA, C. G. DE; GROSSI, M. E. D.; MARQUES, V. P.M. DE A. **O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2000, p. 96.

FRANTZ, Telmo Rudi; SILVA NETO, Benedito. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (orgs.). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: UNIJUI, 2005.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas a outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA(FEE). **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico** – Idese. 2011. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_idese.php?ano=2009](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php?ano=2009)>. Acesso em: 30 mar. 2013.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: ATLAS, 1987.

GOMES, Candido Alberto. **A educação em novas perspectivas sociológicas**. São Paulo: EPU, 2012.

GOMES, A. **A operacionalização do mercado institucional de alimentos no contexto do Vale do Rio Pardo: o caso da Cooperativa Leoboqueirense de agricultores familiares**. Dissertação – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional. UNISC: Santa Cruz do Sul, 2014.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999. (Capítulos 6 e 7);

GRAZIANO DA SILVA, JOSÉ. **Não há nada mais avançado do que o potencial da agricultura familiar**. (2014). Disponível em: <[www.mst.org.br/node/15565](http://www.mst.org.br/node/15565)>. Acesso em: 06 mai. 2014.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2012.

GUILHOTO, J. J.M.; SILVEIRA, F. G.; AZZONI, C. R.; ICHIHARA, S. **M. Agricultura Familiar na Economia: Brasil e Rio Grande do Sul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Estudos Nead, 9, 2005, p.44.

GUIMARÃES, Alberto M. T. A interiorização da educação técnica no Brasil através da REDE E-TEC - o caso de sucesso do IFTPR. Anais... V Seminário Internacional de Educação a Distância, CAEP, UFMG, 2 a 4 de setembro de 2013. Disponível em:

[https://www.ufmg.br/ead/seminario/anais/pdf/Eixo\\_5.pdf](https://www.ufmg.br/ead/seminario/anais/pdf/Eixo_5.pdf). Acessado em 10 de maio 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa das Mesorregiões**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/mesorregiao.html>>. Acesso em: 10 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2000**. Banco de dados agregados do IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/defaultcd2000.asp?o=19&i=P>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. Banco de dados agregados do IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010ETRD.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Cidades**. <http://cidades.ibge.gov.br> acesso em 30 de novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Séries históricas e estatísticas**. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=IU46&t=acesso-internet>>. Acesso e: 23 mai. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL (IPADES). **Desenvolvimento Regional e Local. (2010)**. Disponível em: <[www.ipades.com.br/desenvolvimento-regional-ipades.php](http://www.ipades.com.br/desenvolvimento-regional-ipades.php)> Acesso em: mar. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA (2014). **Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Farroupilha – 2009 -2013**. Disponível em: <<http://www.iffarroupilha.edu.br/site/>>. Acesso em: out. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA (2014a). **Educação a Distância**. Disponível em: <<http://www.iffarroupilha.edu.br/site/>>. Acesso em: dez. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.ifrs.edu.br/site>>. Acesso em: dez. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Plano Político Pedagógico do Curso (2013)**. Curso Técnico em Agricultura Subsequente e Articulado Concomitante Ensino a Distância. Autorizado pela Resolução do Conselho Superior N.º49, de 22 de dezembro de 2010. Alterado pela Resolução do Conselho Superior nº 57, de 20 de junho de 2013.

INSTITUTO FEDERAL SUL RIO-GRANDENSE (2014). **Educação a Distância**. Disponível em: <<http://ead.ifsul.edu.br>>. Acesso em: jan. 2015.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**, PPGS/UFRGS, Porto Alegre, v. 6, p. 76-89, 1994.

KEEGAN, Desmond (Ed.). **Foundations of distance education**. 2nd ed. London: Routledge, 1991.

KLERING, Luís R. **Desempenho dos municípios gaúchos em 1998**. Porto Alegre: Nutep/UFRGS, 2000.

KENSKI, V.M. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas, SP; papyrus, 2007.

KLERING, Luís R. **Desempenho dos municípios gaúchos em 1998**. Porto Alegre: Nutep/UFRGS, 2000.

KONDER, Leandro. **A construção da proposta pedagógica do SESC Rio**. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2000.

LANDIM, C. (1997). **Educação a Distância: algumas considerações**. Rio de Janeiro. s/n.

LUCKESI, C.C. **Democratização da educação: Ensino a Distância como alternativa. Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, ABT, n°. 89/90/91, jul./dez. 1989.

LUZZI, Daniel Angel – **O papel da Educação a Distância na mudança de paradigma educativa da visão dicotômica ao continuum educativo**- SP, 2007.

MASSON, Gisele. As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre Políticas Educacionais– <UEPG. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/966/126>>. Acesso: mai. 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARION FILHO, Pascoal José. **A economia Gaúcha (subsidiária) frente as crises da mineração e do café. Economia e Desenvolvimento**, DCE/UFSM. Santa Maria, n.09, p.30- 45, Dezembro, 1998.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2006.

MATA Maria Lutgarda. **Revolução tecnológica e educação: perspectiva da educação a Distância.** In: Educação a Distância: Referências e Trajetórias. Francisco José da Silveira Loboneto (org.) Brasília: Plano Editora, 2001.

MELLO, Guiomar Namó. **Cidadania e Competitividade:** Desafios educacionais do terceiro milênio. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica -** Períodos Letivos 2009 e 2010 – Disponível em: <[portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc)>. Acesso em: 20 mar. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Orientações para a formulação e apresentação dos planos de cursos técnicos com base na resolução CNE/CEB nº 04/99.** <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/oriplantec.pdf>>. Acesso em: 10. mar. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Uma política de inclusão pela Educação profissional a distância (2013).** Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/Fernando2510906/rede-etec-brasil-uma-politica-de-incluso-pela-educacao-profissional-a-distancia>>. Acesso em: 12. mai. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Polo de Educação a Distância (2015).** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12824:o-que-e-um-polo-de-educacao-a-distancia>>. Acesso em: 15. mar. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – **Rede e-Tec Brasil. Apresentação.** 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-e-tec-brasil>>. Acesso em 16. jun. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 9 mai. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Estudos Nead, 9, 2005, p.44.

MORAN, José Armando VaJente, José Manuel. **Educação a Distância: Pontos e Contrapontos.** Summus Editorial. Edição 1 / 2011

MUELLER, Carla Cristiane; LINDNER, Edson Luiz. **A construção do conhecimento em Comunidades Rurais e a recuperação dos setores locais.** Atas do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação e Ciências – IX ENPEC. Águas de Lindóia, São Paulo, 10 a 14 de novembro de 2013.

NAVARRO, Zander **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. vol.15 n°.43 São Paulo Sept./Dec. 2001 .Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 17/05/2015.

NEVES, Carmem Moreira de Castro. **Referenciais de qualidade para Cursos a Distância**. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

NEVES, D. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.25, p.21-37, maio/dez., 1995;

NIERDELE, P. A. e GRISA, C. **Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos**: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. Cuadernos Desarrollo. Rural, Bogotá Colombia, 2008, p. 41-59.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições**. Educação & Sociedade. ano XXIII, n°. 78, Abril/2002, p. 15-36.

NUNES. Osmar Manoel. **O processo de desenvolvimento da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul no período de 1980 a 2010**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). UNISC, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: <[http://online.unisc.br/btd/detalhe.php?cod\\_empresa=87&cod\\_acervo=150399](http://online.unisc.br/btd/detalhe.php?cod_empresa=87&cod_acervo=150399)>. Acesso em: mar. 2015.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa. R. T. (Orgs). **Política e Trabalho na Escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PALLOFF, Rena; PRATT, Keith. **Building learning communities in cyberspace: effective strategies for the on-line classroom**. San Francisco: Jossey-Bass, 1999.

PEREIRA, Jose Matias. **Educação Superior a Distância, Tecnologias de Informação e Comunicação e Inclusão Social no Brasil**. Disponível em:<<http://eptic.com.br/arquivos/Revistas/vol.XII,n2,2010/JosePereira.pdf>>. 2007. Acesso em: 23 mar. 2013.

PESAVENTO, S. J. **República Velha gaúcha – charqueadores-frigoríficos-criadores**. Porto Alegre: Movimento, 1980.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

\_\_\_\_\_. **Historia do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands*. Sociologia Ruralis. v. 32, nº2, 1993, p. 240-246.

PLOEG, J. D. V. D. *Diez calidades de la agricultura familiar*. Disponível em: <http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/latin-america/agricultura-familiar-campesina/diez-cualidades-de-la-agricultura-familiar#.UuUwcJwo1EM.email>. Acesso em 06/05/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU/RS (2015). Disponível em: <[www.Prefeituracangucu.com.br](http://www.Prefeituracangucu.com.br)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

RATTNER, Henrique. Sobre exclusão social e políticas de inclusão. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano II, nº. 18, novembro de 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**. Métodos e Técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Rosangela. **Modelo de planejamento para cursos de pós –graduação a Distância em cooperação universidade empresa**- Tese de Doutorado – Departamento de Engenharia de Produção – UFSC- Florianópolis, 2004.

RUBIO, Claudete Paganucci. **Uma modalidade de ensino na educação: educação a distância**. 2011. Tese (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca: Universidade Estadual Paulista, 2011.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. **Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza**. *Tessituras*, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez. 2013.

SPINDLER, Magda. Micheline . SANTOS, Eurico de Oliveira. **Roteiro de turismo rural caminho pomerano: aproximações entre aspectos histórico-culturais e atrativos turísticos do roteiro**. *CULTUR*, ano 07 - nº 03 - Out/2013 Disponível em: <[www.uesc.br/revistas/culturaeturismo](http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo)>. Acesso em: 13 ago. 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação *Revista Brasileira de Educação* v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf> . Acesso em: 15 mar.2013

SCHNEIDER, Sérgio; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção agrícola. In: FALEIRO, F. G.;

FARIAS, NETO, A.L. (Orgs.). Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. P. 987-1014.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. *FIDA: Pobreza y desigualdad. Contrato de consultoría de investigación*. Porto Alegre, 2013, p. 69.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, V. 18, nº 51, p.99-123, 2003;

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 470 p. (Cap. 1 e 2);

SCHRÖEDER, Christine da Silva- **Educação a Distância e mudança organizacional na escola de Administração da UFRGS: uma teoria substantiva**. Porto Alegre 2009.

SCHWARTZ, L.H. 2008. **Organização espacial e reprodução social da agricultura familiar: um estudo de caso na localidade de Harmonia I, São Lourenço do Sul, RS**. M. Sc. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política) - Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STOFFEL, Janete. **A influência da Agricultura Familiar no desenvolvimento rural na região Sul do Brasil**.2013. 291 F.Dissertação (Doutorado Desenvolvimento Regional) Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz.2013. Acesso em mar.2014.

SOUZA, Celina. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45 **A Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: out.2014.

SOUZA, Fernando Roberto Amorim. **AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA OFERTA DOS CURSOS DA REDE E-TEC BRASIL: UMA PROPOSTA POSSÍVEL**-Tese de Mestrado. JUIZ DE FORA (MG). 2013.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo Ed. UPF, 1999, 331 p. ;

TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo, Ed. UPF, 1999, (p. 107-148);

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade – 2002**. Disponível em: [www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br) . Acesso em: 14 mai. 2015.

TRIVINOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. e-Tec Brasil UFSC. Disponível em: <<http://www.etc.ufsc.br>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VEIGA, José Eli. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília, v. 13, n.3, p. 383-404, 1996.

VENTURA, Flaminia; PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Rural development: some tentative conclusions*. **Rivista di Economia Agraria**. Anno LXV, n.2, giugno 2010. A comparative analysis of rural development processes in China, Brazil and the European Union, 378 p. 319-336

VIERO Verônica Crestani. SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. **Apropriação de Tecnologias de Informação e Comunicação no meio Rural Brasileiro** - Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 28, n. 1, p. 257-277, jan./abr. Disponível em: 2011 <http://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/PETBiblioteconomia/apropriacao-de-tic-no-meio-rural-brasileiro.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Rio de Janeiro, In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2003, nº 21, [p. 42-62];

\_\_\_\_\_. A Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. In **Revista da ABRA**, nº 2/3, V. 25, mai-dez, 1995;

\_\_\_\_\_. O Brasil: agricultura familiar ou latifúndio? In: LAMARCHE, H. A **Agricultura Familiar**. Campinas, Ed Unicamp 1998. V.2, p.27-31.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405 p.

**APÊNDICE A****Formulário de Pesquisa I – Carta de Apresentação da Pesquisa<sup>10</sup>**

Prezado Sr. (a) \_\_\_\_\_

Este estudo é com o objetivo de analisar a Educação a Distância implantada em polos de apoio presencial. Esta pesquisa é relacionada à Tese de Doutorado junto PROGRAMA DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL/UNISC/RS Intitulada **“EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE APARTIR DO CURSO TECNICO A DISTANCIA NOS POLOS DE CANGUÇU E SÃO LOURENÇO DO SUL (RS)”**. Nesta etapa de defesa de Proposta de Tese e já dando andamento à análise documental e de notas de campo, e a partir deste momento, necessitamos realizar entrevistas para complementação de dados.

Neste sentido, contamos com sua relevante contribuição para esta etapa, a ser desenvolvida entre os dias 01 e 28 de fevereiro de 2013. Para tanto, necessitamos primeiramente, a partir de sua confirmação de participação, saber qual o dia, horário e forma de entrevista de sua preferência, durante este período. Antes da entrega da Tese, ainda, é possível que enviemos aos entrevistados um arquivo em meio digital, para fins de apreciação e validação do que elaboraremos a partir dos dados. Por fim, após a Defesa e o devido registro, lhe enviaremos o arquivo digital contendo o texto da Tese defendida, como agradecimento à sua colaboração.

Finalmente, enfatizamos que os dados obtidos serão analisados de forma global, garantindo-se total sigilo de dados pessoais e/ou organizacionais dos entrevistados.

Desde já agradecemos a sua importante participação. Para maiores esclarecimentos, gentileza contatar-nos pelo e-mail: [liliannaloebler@iffarroupilha.edu.br](mailto:liliannaloebler@iffarroupilha.edu.br) ou [l\\_loebler@yahoo.com.br](mailto:l_loebler@yahoo.com.br) ou telefone: 55 99939930

Atenciosamente,

Lilianna Bolsson Loebler  
Doutoranda PPGDR/UNISC

---

<sup>10</sup> Modelo de e-mail utilizado para contato inicial com entrevistados, para agendamento de entrevistas; no entanto, esse contato, em alguns momentos, foi realizado ou reforçado por outros meios, como, por exemplo, pessoalmente ou por telefone, nos mesmos termos.

**APÊNDICE B****Formulário de Pesquisa II – Alunos do Curso a Distância em Agricultura**

Entrevista nº \_\_\_\_\_ Data: \_\_/\_\_/\_\_

Meio/condições de realização da entrevista: \_\_\_\_\_

Nome do (a) entrevistado (a): \_\_\_\_\_

Polo de apoio presencial: \_\_\_\_\_

Entrevistado (a): \_\_\_\_\_

Ressalta-se que estas informações de identificação serão mantidas em caráter confidencial, servindo apenas para a organização e documentação das entrevistas no banco de dados da pesquisadora.

01. Como você percebeu o curso em sua vida e por quê? Pessoal e Profissional?
02. Por que você escolheu um curso na modalidade de Educação a Distância? Indicar a que o levaram a esta opção de estudo?
03. Como recebeu a informação desta possibilidade de cursar um curso técnico EAD?
04. Como você avalia esta Política de governo de profissionalização através de Cursos Técnicos em Municípios que não possuem as Instituições ofertantes situadas no local da oferta do curso, e este trabalho de parceria com os governos federal – Municipal e estadual?
05. Como você avalia a Instituição ofertante do Curso Técnico em Agricultura para oferta do Curso EAD – Por quê?
06. Como você avalia a interação entre alunos, coordenadores, tutores, professores ao longo do curso, explique como foi sua relação com estes ao longo do curso?
07. Qual era o seu conhecimento em Informática antes de iniciar o curso? Explique.
08. O curso tem relação com sua atividade profissional? Como e Por quê?
09. Você aplicou os conhecimentos adquiridos no Curso? Como e Por quê?

10. Quais as principais dificuldades que você encontrou para cursar um curso a Distância? Por quê?
  
11. Você recomendaria a outras pessoas de seu Município ou Região cursar um Curso EAD – na área de Agricultura? Por quê?
  
12. Qual é a sua visão no desenvolvimento da agricultura no seu Município?

**APÊNDICE C****Formulário de Pesquisa III – Profissionais do Curso a Distância em Agricultura**

Nome:

Função:

Ressalta-se que estas informações de identificação serão mantidas em caráter confidencial, servindo apenas para a organização e documentação das entrevistas no banco de dados da pesquisadora.

01. Qual a sua função no curso? Já tinha tido este tipo de experiência profissional?
02. Qual a sua formação profissional?
03. Exerce outra atividade profissional?
04. Qual havia sido sua experiência em EAD? Você foi capacitado para trabalhar nesta nova modalidade de educação? Como?
05. Como o (a) Sr. (a) percebe a educação a distância atualmente, de forma geral?
06. Na sua opinião, quais as principais possibilidades e limitações (ou vantagens e desvantagens) da EAD para todos os envolvidos (alunos, professores e outros atores do processo) ?
07. Como o (a) Sr.(a) percebe/vê, em termos gerais, as mudanças a partir da implantação?
08. Na sua opinião, qual(is) o(s) principal(is) desafio(s) que precisam ser enfrentados, com relação à utilização da EAD ?
09. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos para frequentar o curso?
10. No caso da evasão cite os principais fatores que levam a desistência do aluno?
11. Você acredita na capacidade profissional do aluno EAD?

12. Existe apoio para a absorção deste profissional no mercado de trabalho do Município ou região? Sabe de algum caso positivo de aluno formado pelo curso?

13. No caso do aluno produtor quais os benefícios que este curso traz?

14. Na sua visão este curso proporcionou valorização da população rural, aumentaram a sua competitividade, proteger o meio ambiente com sustentabilidade e houve minimização das desigualdades sociais? Como e por quê?

15. Que justificativas o Sr. (a) encontra para a implantação da EAD no Município de Canguçu e São Lourenço, na área de Agricultura?

16. Visualiza este curso adequado a estes municípios, se resposta positiva acredita na continuidade de ofertas de cursos neste eixo de “Recursos Naturais” nestes Municípios na Modalidade de Educação a Distância?